

Tânia Vanessa Araújo Gomes

Uma revista feminina em tempo de Guerra:

O caso da “Eva” (1939-1945)



Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Coimbra, 2011

Foto da capa: Revista “Eva”, Março de 1942

Tânia Vanessa Araújo Gomes

Uma revista feminina em tempo de Guerra:
O caso da “Eva” (1939-1945)

Dissertação de mestrado em História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, orientada pela Professora Doutora Irene Vaquinhas.

Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras
Coimbra, 2011

Índice

Agradecimentos	
Resumo/Abstract	
Siglas	
Introdução.....	1

Capítulo 1

A fonte: Revista “Eva” (1939-1945)

1- A revista desde o seu início. Objectivos gerais e secções. O corpo redactorial.....	5
1.1 - O primeiro semestre de 1939. Secções e colaboradores.....	10
1.2- A aquisição da revista por Carolina Homem Christo	11
1.2.1– As secções e os colaboradores.....	13
1.2.2– A instrumentalização em prol da revista do relacionamento médico-doente: a correspondência trocada entre Carolina Homem Christo e Bissaya Barreto.....	16
1.3– Sorteios, Concursos e Iniciativas. Conclusões finais.....	21

Capítulo 2

A revista sob o impacto da Guerra

2 – Estrutura formal.....	23
2.1 – As novidades temáticas.....	24
2.1.1 – Reportagem de Guerra.....	25
2.1.2 - Madrinhas de Guerra, Madrinhas de Paz.....	25
2.1.3 – Campanha do Bom Senso.....	28
2.2 – A “Eva” e o fim da Guerra.....	37

Capítulo 3

Dona de casa, esposa e mãe

3- A ideologia estadonovista do regresso da mulher ao lar e os seus instrumentos mobilizadores.....	39
3.1 – A dona de casa.....	46
3.2 – A organização do lar.....	50
3.2.1 – O bem-estar do marido.....	58

3.2.2 – Os filhos.....	62
------------------------	----

Capítulo 4

Os inquéritos da “Eva”

4- Os inquéritos da “Eva”.....	68
4.1 – O inquérito da “Eva” junto das universitárias portuguesas.....	69
4.2 – “A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão?”.....	73
Conclusão.....	93
Bibliografia.....	96
Anexos.....	102

Agradecimentos

Cabe-me agradecer a um conjunto de pessoas, cujo auxílio foi determinante na elaboração desta dissertação de mestrado:

Aos meus pais, em primeiro lugar, por terem sempre acreditado nas minhas capacidades e incentivarem a minha formação académica. Agradeço, também, terem-me sempre apoiado nas minhas escolhas, mas sem nunca deixarem de expressar o seu parecer. Além disso, fico muita grata pelas suas palavras reconfortantes nos momentos de menor optimismo.

À professora Doutora Irene Vaquinhas, que orientou esta dissertação, quero agradecer, a sua amabilidade por, desde o primeiro momento, ter aceitado coordenar este estudo. Fica o meu sincero obrigado pela disponibilidade que sempre mostrou, bem como, pela sua preocupação, confiança depositada e pelas suas palavras de estímulo.

Ao Doutor Rui Cascão por ter coordenado este ciclo de estudos, que aumentou a minha bagagem de conhecimento e engrandeceu a minha paixão pela História.

Uma palavra de apreço, também, à Dra. Cristina Nogueira, do Centro de Documentação Bissaya Barreto, pela sua amabilidade e pela ajuda a decifrar, a nem sempre fácil, caligrafia de Carolina Homem Christo.

À amiga Sónia Nabais, que trabalhando, também, na sua dissertação, partilhou muitos dias de trabalho comigo; à amiga e, também, funcionária da Biblioteca Municipal de Coimbra, Adosinda Vinhas, pela gentileza com que sempre me recebeu e pela incessante disponibilidade em ajudar e, de um modo em geral, a todos os amigos e colegas que acompanharam esta etapa.

Às funcionárias da Biblioteca Municipal de Coimbra, felizmente são várias e o espaço limitado não permite citar todos os nomes, que desde o primeiro dia me receberam com simpatia, tendo-se criado hoje laços de amizade.

Por fim, a todos aqueles, que na Biblioteca Geral da Universidade, na Biblioteca Central da Faculdade de Letras e respectivos Institutos me facilitaram a recolha de fontes e de bibliografia.

A todos os meus agradecimentos e estima.

Resumo

Esta investigação teve como propósito analisar uma revista feminina durante os anos da Segunda Guerra Mundial, tendo recaído o estudo sobre a “Eva”, sendo sua directora, durante o período 1939-1945, Carolina Homem Christo.

De um modo geral, a guerra dificultou o acesso a bens, diminuiu o poder de compra e, evidentemente, direccionou os olhares para outras questões, dificultando a venda da revista, uma vez que não é um bem essencial, assim como tornou mais complexa a sua própria edição, devido à escassez de papel e aumento dos restantes materiais imprescindíveis à sua edição. Procurou-se determinar como se conseguiu adaptar aos tempos de guerra e quais as estratégias usadas.

Sendo uma revista dirigida ao sexo feminino, e num período em que o discurso oficial exalta a dona de casa, interessa conhecer a sua actividade no lar, que se coaduna com o bem-estar do marido e a educação dos filhos. Dessa forma, a análise incidu sobre os diversos aspectos dessa condição, demonstrando que os propósitos da revista foram ao encontro da ideologia oficial do Estado Novo, sobretudo no que respeita a economizar e gerir materialmente o lar.

Apesar da mensagem de modernidade que a revista anunciava, a análise do seu conteúdo, demonstra que esta ainda estava revestida de algum conservadorismo que, acreditamos, ser consequência do regime implantado.

Palavras-Chave – Imprensa feminina; Segunda Guerra Mundial; Mulheres; Donas de casa; Trabalho Feminino.

Abstract

This research work aimed at analysing a feminine magazine during the years of the Second World War, focussing on the study of “Eva”, having as main Editor Carolina Homem Christo, during the period of 1939-1945.

The War, in general, increased the difficulty of accessing goods, decreased the purchasing power and, subsequently, has driven the main focus to other issues, making it hard to sell the magazine, since it was not an essential good. Hence, its own edition became even more complex both due to the scarcity of paper and to the rising of prices of the remaining materials inherently needed. In this context, we have tried to determine

how was it possible to adapt the magazine to those times of War and what were the main strategies used.

Since the magazine's main target was the feminine sex, and in a period where the mainstream exalted the housewife role, it is important to know her day-to-day activities which coped with the husband's well-being and with child education. In this way, our analysis has focused on the several issues regarding that condition, showing that the main purpose of the magazine were, in fact, aiming the official ideals of the New State, mainly regarding savings and home management policies.

In spite of the message of modernity announced by the magazine, the analysis of its content showed that it was still wrapped in some conservativeness which we believe is the consequence of the implanted regime.

Key-words – Feminine press; Second World War; Women; Housewives; Feminine Labour.

Siglas

MI – Ministro do Interior

MP – Mocidade Portuguesa

MPF- Mocidade Portuguesa Feminina

OMEN – Obra das Mães para a Educação Nacional

Neste trabalho actualizou-se a grafia, mantendo-se a pontuação original.

Introdução

A presente dissertação de mestrado subordinada ao título “Uma revista feminina em tempo de Guerra: O caso da *Eva* (1939-1945)” foi realizada no âmbito do 2º ciclo em História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais, tendo sido orientada pela Professora Doutora Irene Vaquinhas, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A escolha do tema derivou de um outro trabalho, “A questão do fato de banho durante o Estado Novo”, realizado no seminário intitulado as “Mulheres no mundo contemporâneo: história comparada” que se integra no mesmo 2º ciclo e leccionado pela docente que agora orienta esta dissertação.

Neste estudo e, como já elucida o título, pretende-se analisar um periódico feminino, mais concretamente a “Eva”, durante os anos da Segunda Grande Guerra. Embora, sediada num país que optou por uma posição neutral face ao conflito, a revista não ficou alheada dos contratempos e das incertezas inerentes ao período da guerra, e, como tal, reorganiza-se constantemente, mas, sobretudo, molda-se à situação vigente do mundo.

Os periódicos femininos visavam a autoformação das mulheres, sugerindo modelos comportamentais, instruindo-as para a vida no lar e para a melhor maneira, cada vez mais científica, de educarem os filhos. Paralelamente ensinava-lhes a arte de se embelezarem e permitia-lhes suspirar com as páginas de literatura, muitas vezes, de carácter moralista.

Com uma vincada tendência formativa tiveram de se ir adaptando às conjunturas sociais dos países. Os anos quarenta em Portugal marcam o esplendor do Estado Novo, muito vigilante com a imprensa, devido à sua máquina de censura e muito castrador das liberdades femininas, retirando-lhe acção na esfera pública.

A principal fonte utilizada neste estudo é a Revista “Eva”, publicada pela primeira vez a 25 de Abril de 1925, atravessando, ainda, a I República, a Ditadura Militar, o Estado Novo, e a Revolução de Abril, conseguindo permanecer entre os meios de comunicação social durante 64 anos.

Para este estudo foram analisados todos os seus números entre 1939-1945, num total de 178 publicações, considerando o pequeno hiato entre 1 de Junho e 3 de Julho de 1939, em que deixa de se publicar, devido a uma mudança de proprietários e, atendendo

à sua periodicidade que, a partir de Julho de 1941, deixa de ser semanal, para se tornar uma publicação mensal.

No primeiro capítulo denominado “A fonte: Revista “Eva” (1939-1945)”, vamos centrar-nos, em primeiro lugar, numa análise ao periódico, desde o seu aparecimento, procurando-se dar respostas a algumas questões, entre as quais, as razões da sua criação, as matérias privilegiadas e a sua estrutura formal, que permitem traçar o sentido da sua evolução.

Neste sentido, valorizou-se uma outra fonte, o “Diário de Notícias”, pertencente à mesma empresa, que anunciou e fundamentou o aparecimento do periódico, suscitando o interesse das leitoras com referências às secções e colaborações que se poderiam encontrar na nova revista dedicada ao público feminino. Além disso, acompanhou o lançamento dos primeiros números da “Eva”, fazendo o balanço da sua aceitação pelo público e anunciou as primeiras remodelações na revista, que se fizeram logo após o lançamento dos primeiros números. Porém, é necessário observar os dados fornecidos pelo jornal com alguma suspeição, especialmente os que se referem às vendas da revista, pois podem ser falaciosos e fazerem apenas parte de uma estratégia de vendas.

O ano de 1939 registará profundas alterações na revista, a mais importante culminará com a sua aquisição por Carolina Homem Christo, na altura sua directora. Para conhecermos este processo e as circunstâncias em que se deu, recorreremos a uma outra fonte, o jornal “República”, onde, na sequência da realização do inquérito “Dá licença, minha senhora?”, em que os inquiridos teriam de responder à questão “Conte-nos o episódio mais emocionante da sua carreira profissional...” Carolina Homem Christo relata todo o processo que envolveu a compra da “Eva”. Assim começava uma nova etapa...

A sobrevivência da revista é comprometida pelo regime político e, perante este imprevisto, a directora vai recorrer à ajuda do seu médico e amigo Bissaya Barreto, um homem muito influente pela sua grande proximidade a Oliveira Salazar, de quem era amigo. Recorreremos à correspondência recebida por Bissaya Barreto, que actualmente se encontra depositada no Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto, em Coimbra, a qual elucida sobre os obstáculos com que lutava a “Eva” e as medidas adoptadas para a ajudarem a resistir.

Nessa mesma documentação encontram-se elementos que nos indicam que Carolina Homem Christo sofria de uma patologia que, inclusive, a tinha afastado da direcção de um outro periódico feminino.

O segundo capítulo, “A revista sob o impacto da Guerra”, assinala o revés que a revista sofreu em virtude do conflito mundial, tendo que, por mais de uma vez, se reorganizar sobre o ponto de vista formal, com a redução do número de páginas, com a passagem de periódico semanal a mensal e com alterações ao seu custo. Apesar destas transformações, sempre difíceis de comunicar às leitoras, a “Eva” resolveu-as usando sempre um discurso lúcido e persuasivo.

Contudo, a “Eva” soube tirar proveito das circunstâncias, começando, inicialmente por publicar esporádicas reportagens sobre a guerra e, mais tarde, criando espaços na revista dedicados ao tema.

A acção da “Eva” não se circunscrevia à actividade escrita, como tal, conseguiu cativar o seu público através do recurso a sorteios, concursos e iniciativas que se distinguiam pela sua vertente lúdica e, muitas vezes, solidária. Uma das campanhas de cariz social, de grande sucesso, foi fundamentada pela guerra. Tratava-se das “Madrinhas de Guerra, Madrinhas de Paz”, a qual tinha como finalidade prestar algum apoio moral aos expedicionários portugueses.

A guerra gerou uma dificuldade na obtenção de bens, muitos de primeira necessidade e, tal motivo, determinou a criação de uma nova secção que auxiliava as leitoras a gerir e a reinventar o seu quotidiano.

No terceiro ponto deste estudo vamos centrar-nos na situação da mulher portuguesa, numa altura em que o país era governado por um regime autoritário, que privilegiava o homem como ser público e provedor da economia do lar e, em contrapartida remetia a mulher ao lar, onde lhe cabia o serviço doméstico, o bem-estar do marido e a educação dos filhos. No sentido de aprofundar a nossa análise, procedemos à consulta de alguns manuais de economia doméstica, que além dos nos informarem sobre a actividade da mulher no lar, prestam informação sobre as formas de pensar do homem e da mulher da época.

Em Portugal ainda são exíguos os estudos que tratam da dona de casa e de todas as funções que essa actividade acarreta. Há, inclusive, historiadores que não vêem o tema como assunto passível de ser estudado. Todavia, entendemos que era necessário enaltecer estas mulheres, que por vontade alheia ficaram presas no lar, sem que lhes fosse dada oportunidade de escolha. Se, ainda jovens, viviam sob a alçada dos pais,

obedecendo a um conjunto de apertadas regras, quando casadas viviam, não menos livres, sob a tutela dos maridos, que mantinham sobre elas um instinto protector num sentido amplo, uma vez que, estas não tinham direito à sua independência económica.

A rotina da dona de casa deveria centrar-se em três sentidos complementares: a organização do lar, através das muitas tarefas que uma casa requer; a satisfação do marido que, muitas vezes, derivava das tarefas executadas no lar e a educação dos filhos, que ia desde os mais primários cuidados à separação da instrução de acordo com o género.

No quarto e último capítulo, vamos proceder a uma análise de dois inquéritos realizados pela “Eva”, nos quais se dá voz às jovens universitárias portuguesas. Um desses inquéritos coloca a questão se “A mulher, especialmente a casada, deve ou não trabalhar profissionalmente?”, ouvindo-se, sobre esta pertinente pergunta, um leque bastante diferenciado de pessoas, desde operárias fabris e universitários, passando por destacadas figuras do regime estadonovista.

Com este estudo procuramos aprofundar os temas tratados, não se pretendendo alcançar balanços definitivos, mas apenas contribuir para a história, em particular, para a história da mulher e da imprensa feminina.

Capítulo 1 - A fonte: Revista “Eva” (1939-1945)

1- A revista desde o seu início. Objectivos gerais e secções. O corpo redactorial

No último quartel do século XIX, inicia-se, em Portugal, o hábito da leitura de jornais, o qual coincide com a industrialização da imprensa e a substituição do jornalismo de opinião, pelo noticioso, sem filiação partidária. As mulheres liam, sobretudo, revistas femininas, que se foram multiplicando a partir de meados do século XIX¹. Muitos títulos foram publicados, uns com uma existência mais longa e outros mais efémeros, merecendo muita ou pouca atenção do seu público-alvo. Aliás, os grandes órgãos de imprensa criaram espaços dedicados à mulher, a denominada página da mulher. Apesar da diversidade dos títulos, o universo de leitoras não era muito vasto, uma vez que só uma parte da população feminina reunia capacidades literárias, financeiras e tempo disponível para desfrutar deste género de literatura. Nas palavras de Paulo Guinote, a direcção e edição destas revistas passavam, prioritariamente, pela alçada feminina². Um facto que não se registou no periódico que nos serviu de análise, visto que, quando a “Eva” foi lançada, contava com uma mulher como directora, mas com um editor homem, como veremos mais adiante.

Foi na coluna “As nossas iniciativas” e subordinado ao título “*Eva*, revista dedicada à mulher portuguesa” que o “Diário de Notícias” dá conta da criação de uma nova publicação é que “têm sido descurados entre nós os interesses puramente femininos; não temos um jornal para a mulher”. A empresa manifestava a sua intenção de preencher essa lacuna com uma publicação periódica dedicada à mulher portuguesa. O objectivo seria criar uma revista onde “vão encontrar as nossas leitoras os mil segredos desses pequenos nada que fazem completa e brilhante a educação da companheira do lar. Foi a elas, às mulheres, que o destino confiou a missão de transformar e embelezar a vida; mas, para que esse desejo se torne realizável e prático, será indispensável educar-lhes as tendências naturais e ensinar-lhes como é possível em todos os lares, por mais humildes que sejam, fazer Arte e criar Beleza. É este o trabalho

¹ VAQUINHAS, Irene, “A Época contemporânea – Introdução”, *História da vida privada em Portugal: A época contemporânea*, dir. José Mattoso, coord. Irene Vaquinhas, Lisboa, Circulo de Leitores, 2011, pp. 15-16.

² GUINOTE, Paulo, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, Lisboa, Organizações não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres 1997, pp. 134-136.

que a revista pretende realizar “tratando proficiente e minuciosamente todos os assuntos que devam interessar o espírito feminino”³.

A revista “Eva” pretende ser, como se afirma no artigo promocional do “Diário de Noticias”, um “guia seguro em assuntos de arte e elegância” e, “além dum passatempo agradável, uma pequena enciclopédia de conhecimentos práticos e de noções de arte, tendentes a encher de beleza e conforto o lar moderno”⁴, fornecendo modelos, ideias, prestando conselhos, para que os melhoramentos e as transformações fiquem ao alcance de todos e se façam de forma racional e económica⁵.

O “Diário de Noticias” continuará, nas suas páginas, a dar destaque à nova publicação, a desvendar o que nela poderá ser lido, e também, a aliciar as leitoras à sua compra de que é exemplificativa a pequena nota de imprensa que se cita: “a empresa “Diário de Noticias”, tendo dado sempre às suas iniciativas uma forma prática e uma realização perfeita, não só pensou, ao lançar a nova revista “Eva”, em torná-la interessante para o espírito das suas leitoras, mas também em fazê-la acessível a todas as bolsas”⁶. Apesar das vinte páginas de texto e de gravuras, de uma folha de moldes que dispensa reduções ou ampliações⁷, das secções variadas redigidas por colaboradores seleccionados, a publicação tem como preço unitário um escudo, “preço que a tornará a mais popular e a mais lida de todas as revistas congéneres”⁸. Além do respectivo custo, e mesmo antes de sair a público o primeiro número, o “Diário de Noticias” informa que as assinaturas de 26 números terão direito a um brinde, um “napperon” com o desenho decalcado no tecido, o bordado começado e acompanhado dos preparos necessários ao seu acabamento⁹. E, de facto, nos dias seguintes, houve um grande número de assinaturas conforme esclarece o jornal. As leitoras poderiam optar pela assinatura de 13 números com o preço de 13\$00 ou então pela assinatura de 26 números pelo custo de 26\$00, com pagamento adiantado, feito na tesouraria, por vale do correio, carta registada, cheque ou, ainda, por intermédio dos agentes ou correspondentes do “Diário de Noticias”.

³ “Diário de Noticias”, 28 de Março de 1925, p. 1.

⁴ “Diário de Noticias”, 31 de Março de 1925, p. 1.

⁵ “Diário de Noticias”, 7 de Abril de 1925, p. 1.

⁶ “Diário de Noticias”, 14 de Abril de 1925, p. 1.

⁷ “Diário de Noticias”, 9 de Abril de 1925, p. 3.

⁸ “Diário de Noticias”, 14 de Abril de 1925, p. 1.

⁹ “Diário de Noticias”, 16 de Abril de 1925, p. 1.

Finalmente, a 23 de Abril, é anunciado o dia do lançamento do primeiro número e é pedido a todas as leitoras que ainda não a assinaram que a vejam atentamente, pois estavam certos que nunca mais a iriam deixar de ler¹⁰.

Convém ressaltar que o “Diário de Notícias” apesar de promover o lançamento de uma revista feminina continuará a publicar quinzenalmente a “Página da Mulher”¹¹.

No dia 25 de Abril, o periódico é posto à venda e afigura-se constituir uma revista de grande sucesso, sendo, por excelência, o “Jornal da Mulher e do Lar”, no qual as leitoras poderão encontrar “tudo quanto é necessário ao seu bom gosto, desde o último figurino da Moda caprichosa à página literária cheia de emoção e sentimento”¹².

Ao abrir o primeiro número da revista depara-se, de imediato, com uma mensagem evocando que “no nosso país, onde as necessidades intelectuais da mulher se intensificam dia a dia, onde a sociedade exige dela, numa constante preocupação de a confrontar com a mulher estrangeira, (...) fazia-se sentir a falta duma boa e bem orientada revista feminina”¹³.

Sabemos, através dos artigos do “Diário de Notícias”, que a “Eva” obteve um grande sucesso junto do público. Em poucas horas o primeiro número esgotou e, com pedidos de assinaturas e dos agentes das localidades da província em número superior à tiragem, houve quem chegasse a oferecer dez escudos pelo “magazine”¹⁴. Inclusive, de modo a que as leitoras pudessem formar a colecção inteira da revista foi feita uma segunda edição do primeiro número¹⁵, repetindo-se, ainda, uma terceira tiragem o que vem adiar a saída do segundo número¹⁶.

O segundo e terceiro números tiveram o mesmo êxito que o anterior¹⁷. Logo que se percebeu o sucesso potencial da revista, foi prometido às leitoras, como forma de agradecimento pelo imediato acolhimento, uma tiragem maior, a ampliação das suas secções e o lançamento de um concurso com valiosos prémios¹⁸. Além destes melhoramentos a revista passa a ser publicada semanalmente¹⁹.

¹⁰ *Idem, Ibidem.*

¹¹ “Diário de Notícias”, 29 de Abril de 1925, p. 5; “Diário de Notícias”, 13 de Maio de 1925, p. 5; “Diário de Notícias”, 27 de Maio de 1925, p. 5; “Diário de Notícias”, 11 de Junho de 1925, p. 5; “Diário de Notícias”, 26 de Junho de 1925, p. 5.

¹² “Diário de Notícias”, 25 de Abril de 1925, p. 1.

¹³ Revista “Eva”, 25 de Abril de 1925, p. 2.

¹⁴ “Diário de Notícias”, 26 de Abril de 1925, p. 1.

¹⁵ “Diário de Notícias”, 28 de Abril de 1925, p. 1.

¹⁶ “Diário de Notícias”, 6 de Maio de 1925, p. 1.

¹⁷ “Diário de Notícias”, 23 de Maio de 1925, p. 1.

¹⁸ “Diário de Notícias”, 26 de Abril de 1925, p. 1.

¹⁹ “Diário de Notícias”, 26 de Maio de 1925, p. 1.

O primeiro concurso intitulado “O leque de Eva” foi lançado no terceiro número e aliava o prazer artístico à possibilidade das leitoras se habilitarem a um sorteio de “magníficos prémios”²⁰. O quarto número teve, ainda, maior sucesso do que os restantes, o que seria atribuído pelo “Diário de Notícias” às melhorias introduzidas, nomeadamente, a qualidade do papel e os cuidados de impressão que contribuíram para o aspecto e nitidez dos desenhos. No entanto, as razões parecem ter sido outras, em particular, as indicações de que no número quatro se publicariam a lista de prémios e as condições do concurso²¹. Na verdade, a referida lista de prémios só será divulgada no número oito²². Esse impasse afigurava-se ter servido para suscitar a curiosidade das leitoras, levando-as a comprar o periódico, ou seja, ter-se-á tratado de uma verdadeira estratégia de vendas.

Aliás, convém olhar com alguma suspeição para os artigos do “Diário de Notícias” que comunicam o grande êxito da revista e o sucesso de vendas, pois estes dados podem ser falaciosos obedecendo, apenas, a uma estratégia de “marketing”.

A “Eva” visa aconselhar, guiar, ensinar e recrear, esclarecendo que, no seu programa, procurará sempre contribuir para o enriquecimento cultural das leitoras com literatura, poesia, música, teatro, moda, bordados e arte aplicada, moldes para vestidos, mundanismo, sport, lições práticas de caligrafia moderna, corte de roupas brancas, conselhos às mães, etiqueta, beleza, consultas de astrologia, de grafologia e de onomatologia havendo ainda, uma secção de correspondência destinada à troca de impressões, bem como outras, sobre assuntos de interesse geral.

No seu primeiro número, a revista contempla várias secções, nomeadamente: “Literatura”; “A Moda nos Teatros”; “O que a moda nos prepara”; “A Mulher no Lar”; “Responsabilidades das Mães”; “Bébé quer ser chic”; “Elegâncias”; “Etiqueta e Civilidade”; “Conselhos de Beleza”; “Como Alindaremos a nossa Casa”; “Conhecimentos Úteis”; “Culinária”; “Ruínas, romance duma alma”; Inquéritos de “Eva”; “Onomatologia”; “Conselhos e Alvitres”; “Conversando” e, por fim, “Consultas de Astrologia” e “Grafologia”. Não conseguimos ter acesso à capa do primeiro número, mas sabemos que a ilustrava uma fotografia de Vera de Lima²³.

²⁰ “Diário de Notícias”, 25 de Maio de 1925, p. 2.

²¹ “Diário de Notícias”, *Idem, Ibidem*; “Diário de Notícias”, 26 de Maio de 1925, p. 1.

²² “Diário de Notícias”, 27 de Junho de 1925, p. 1.

²³ FRANÇA, José-Augusto, *Os anos vinte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 94.

A revista tem como editor Abel Coutinho e será dirigida por Helena de Aragão²⁴, a quem não são desconhecido os trabalhos jornalísticos, visto ter dirigido, por mais de cinco anos, uma publicação da especialidade, o suplemento “Modas & Bordados” do “Século”. Num artigo comemorativo dos vinte anos da revista, a directora de então, Carolina Homem Christo, escreve uma crónica em jeito de balanço, e partilha a sua visão, algo depreciativa, sobre o que foi a “Eva” durante a direcção de Helena de Aragão. No seu entender “sucedeu à “Eva”, o que sucede a muitas meninas de boa família, que têm pais muito respeitáveis, muito sensatos, dignos de toda a consideração, mas pessoas pouco dadas a modernismos e que não querem as filhas vestidas pelo último figurino...Foi, portanto, uma menina modesta”²⁵.

Além da directora sabemos terem colaborado com a revista Luísa de Sousa, professora de pintura conhecida no meio artístico e organizadora de várias exposições de bordados e arte aplicada, responsável por estas duas áreas no corpo da nova revista²⁶. A revista contará, inclusive, com uma correspondente em Paris, encarregue de esclarecer as leitoras de tudo que surja de novo na grande capital da moda²⁷. O primeiro número, além destas colaboradoras, contará, também, com o maestro Ruy Coelho que terá a seu cargo uma página de música²⁸.

Segundo José-Augusto França, a “Eva” não melhorou com o tempo e fundiu-se com a “Voga”, em Março de 1929²⁹. Contudo, trata-se de uma informação que não foi possível confirmar. Aliás, a própria Carolina Homem Christo, no balanço efectuado nada refere quanto a essa fusão.

Ao ano de 1939, a “Eva” contou com quatro directoras³⁰. Seguiram-se a Helena de Aragão, as irmãs Helena³¹ e Mamia Roque Gameiro³² que asseguraram a direcção entre 1930 e 1931.

²⁴ Helena de Aragão (1880-1961), escritora e jornalista, foi redactora do jornal *O Mundo*, periódico republicano, e colaborou em revistas portuguesas, nomeadamente na *Ilustração*, *Ilustração Portuguesa*, *Civilização*, *O primeiro de Janeiro*, *O Século da Noite*. A partir de 1925 e, durante alguns anos, dirigiu o suplemento *Modas e Bordados* de *O Século*, depois a revista “Eva” e, desde 1933, a *Fémima*. Estas duas últimas foram por ela fundadas. A sua obra abarca vários estilos géneros narrativos, como o conto, a novela e o romance. Sob o pseudónimo de Agarena de Leão escreveu livros para crianças. Foi, também, tradutora da Agência Portuguesa de Revistas e compôs obras musicais e poéticas. Cfr ainda CASTRO, Zília Osório de (dir.), ESTEVES, João (dir.), SOUSA, António Ferreira (coord.), ABREU, Ilda Soares de (coord.), STONE, Maria Emília coord.), *Dicionário no feminino*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 385; OLIVEIRA, Américo Lopes de, *Dicionário de mulheres célebres*, Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 71.

²⁵ Revista “Eva”, Abril de 1945, p. 26.

²⁶ “Diário de Notícias”, 28 de Março de 1925, p. 1.

²⁷ “Diário de Notícias”, 3 de Abril de 1925, p. 1.

²⁸ “Diário de Notícias”, 9 de Abril de 1925, p. 3.

²⁹ FRANÇA, José-Augusto, *ob. cit.* p. 94.

³⁰ Ver anexo I.

Na crónica já mencionada, Carolina Homem Christo interpreta que sob a direcção das irmãs Roque Gameiro, “a “menina”deixou os bibes compridos, bastante antiquados, e começou a pôr uns vestidinhos curtos, muito graciosos, trancinhas e laços, e iria por aí fora se não houvesse uma espécie destas coisas que sucedem muita vez nas famílias: as mães a quererem alindar as filhas, já a pensar que no futuro elas vão ter muitos pretendentes, e os pais a puxar para trás, a barafustar, gritando que não querem modas novas, que não podem com mais despesas, que as mulheres são umas insensatas, e mais aquelas coisas que todas nós sabemos de que eles costumam acusar-nos”³³.

É certo que o primeiro número da revista e outros dados que neste ponto possam ter sido abordados não se enquadram no período temporal que nos propusemos analisar, mas parece-nos de grande importância essa referência, não só, para se perceber as razões da sua criação e os conteúdos que pretendia apresentar ao público, isto é, saber qual a sua essência, mas também porque permite traçar a linha evolutiva do “magazine” e captar eventuais diferenças entre os inícios da revista e os anos de 1939-1945.

1.1 - O primeiro semestre de 1939. Secções e colaboradores

Abrimos um ponto para falar sobre o primeiro semestre de 1939, pois apesar deste já se enquadrar no período de análise, não se insere na renovada fase da revista.

No início de 1939, e até Junho de 1941, a revista era semanal e vendida ao preço unitário de 1\$50.

Além de artigos esporádicos, a revista integra rubricas que se mantêm ao longo dos números. Sobre a temática de moda, inclui-se a secção assinada por Line Coline,

³¹ Helena Roque Gameiro (1895-1986), pintora e professora, leccionou na primeira Escola Industrial de Arte Aplicada e durante 25 anos na Escola de Artes Decorativas António Arroio, sendo por esta actividade distinguida como Grande Oficial da Ordem de Instrução Pública. Além de docente nestas escolas, foi professora particular de inúmeras discípulas. Em 1917, obteve a I medalha em aquarela da S.N.B.A. de Lisboa. Cfr ainda, CASTRO, Zília Osório de (dir.), ESTEVES, João (dir.), SOUSA, António Ferreira (coord.), ABREU, Ilda Soares de (coord.), STONE, Maria Emília coord.), *Dicionário no feminino*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 386-387; OLIVEIRA, Américo Lopes de, *Dicionário de mulheres célebres*, Porto, Lello & Irmão, 1981, pp. 455-456.

³² Mamia Roque Gameiro (1901-1996), aquarelista e ilustradora, foi discípula de seu pai, Alfredo Roque Gameiro, e de Mily Possoz, Dedicou-se ao desenho de motivos de histologia. Pintou também a óleo e guacho, distinguiu-se na pintura em esmalte de Limoges e na ilustração de livros infantis. Foi orientadora artística da Mocidade Portuguesa Feminina. Participou na XVI Exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes e, muito cedo, deixou de participar em certames, mantendo, sobretudo, uma prática artística privada. Cfr ainda, CASTRO, Zília Osório de (dir.), ESTEVES, João (dir.), SOUSA, António Ferreira (coord.), ABREU, Ilda Soares de (coord.), STONE, Maria Emília coord.), *Dicionário no feminino*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 661-662; OLIVEIRA, Américo Lopes de, *Dicionário de mulheres célebres*, Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 456

³³ Revista “Eva”, Abril de 1945, p. 26.

“Através da moda de Paris”. No que se refere à beleza existiam duas secções: “Crónicas de Beleza” de Sylvie Saint-Clair e “Respostas de Bela Dona” de autor não identificado. A página dedicada à culinária ficava a cargo de Maria da Horta. No campo literário são publicados alguns contos, e, aliás, foi criada uma página para a publicação de contos das leitoras, intitulada “Ensaio Literários”. A rubrica “Novidades cinematográficas” tinha a função fazer a publicidade dos filmes que poderiam ser vistos em Lisboa. Para prestar informação sobre preceitos de civilidade e conselhos às donas de casa, Fanfreluche, assina o espaço “Na vida e na Sociedade”. A secção, “Actualidades Estrangeiras”, é preenchida com pequenos textos relativos à vida na sociedade de além-fronteiras. Já presente desde o primeiro número da “Eva”, o espaço de “Astrologia” respondia a solicitações das leitoras. Convém ressaltar que as questões, neste ou em outro consultório, são colocadas em termos anónimos recorrendo-se a pseudónimos, que a revista pedia não serem de carácter religioso. Entre os mais utilizados podemos salientar “Uma desajeitada”,³⁴ “Sem graça”,³⁵ ou ainda, “Uma ribatejana que adora as aldeias do norte”³⁶. O espaço dedicado aos labores destina-se a ensinar a executar várias peças para adornar o lar e peças de vestuário. A revista não se limita a prestar estes ensinamentos às mulheres fazendo-os, também, chegar às “pequeninas leitoras”, cujas bonecas não podiam ter, apenas, o vestido que trouxeram da loja, afirmando-se que, tal com elas, também necessitavam de fatinhos para estar em casa e levar à rua. Ao endereçarem este tipo de discurso às leitoras mais jovens, pretendia-se contribuir para a sua preparação futura, como donas de casa, ensinando, desde já, a talhar as suas roupas e, mais tarde, a dos filhos. Para finalizar, a “Eva” tem, ainda, uma rubrica de decoração.

1.2- A aquisição da revista por Carolina Homem Christo

Em 1931 e 1932 “Eva” teve como directora, Carolina Homem Christo, cujo nome foi durante um ano omitido do público. Jornalista e publicista (1895-1980), ainda muito nova colaborou na secção “Esfinge” do “Jornal das Senhoras”, sob o pseudónimo de Alfacinha. Aos 14 anos evidenciou-se no jornal “O Povo de Aveiro”, mais tarde dirigiu o suplemento feminino de “O Século” e o periódico “Noticias Ilustrado” a que se

³⁴ Revista “Eva”, 1 de Abril de 1939, p. 20.

³⁵ Revista “Eva”, 20 de Maio de 1939, p. 19.

³⁶ Revista “Eva”, 11 de Maio de 1940, p. 20.

seguiu a “Eva”³⁷. Nesta publicação durante um ano “trabalhou sem glória, sem contractos, procurando melhorar a sua pupila, valorizá-la, num esforço de surda persistência, para adquirir autoridade e mostrar aos pais da menina que os seus métodos eram bons, e, com eles se podia preparar um grande futuro...”³⁸.

Em Dezembro de 1932, no primeiro grande número de Natal, que só foi possível realizar graças à resistência da directora, decidida a empenhar os próprios haveres como garantia do êxito que profetizava à sua “pupila” surge, pela primeira vez, o nome no cabeçalho da “Eva” com a designação de directora: Carolina Homem Christo³⁹.

Abria-se uma nova etapa para a revista com maiores tiragens, iniciativas, entre as quais, a Escola Técnica das Donas de Casa, as festas de caridade, os Bailes de Alta Costura, os “Réveillons” e tantos outros acontecimentos.

Todavia, a 26 de Maio de 1939, é comunicado o fim da “Eva”, esclarecendo-se que, seria publicada no último dia do mês, ou seja, quatro dias depois do anúncio feito⁴⁰. Esta situação ficou a dever-se a uma alteração dos accionistas da empresa proprietária, levando ao despedimento dos corpos dirigentes, entre os quais, Carolina Homem Christo, sob o argumento de que a revista sobrevivia devido a favores da contabilidade e que a sua exploração era ruínosa⁴¹.

A directora estava naquele projecto há 14 anos e não tinha profissão alternativa. Na sequência da decisão tomada, ao inquirir se iria ser substituída, ou se a revista terminaria, foi-lhe respondido que a “Eva” deixara de interessar à empresa. Perante essa decisão, Carolina Homem Christo, decide adquirir as cotas, o que foi aceite, tendo o título sido vendido por 100 escudos, valor que consta da escritura pública realizada no escritório do notário Tavares de Carvalho. Com este acto, a directora frisou, em entrevista ao Jornal “República”, que assim conseguiu “não morrer de fome e arrelhar muita gente”⁴².

De um momento para o outro, a revista “Eva” ficou sem sede, sem oficinas, sem papel, sem empregados, sem arquivos e sem dinheiro. Porém, apesar deste infortúnio pontual, Carolina Homem Christo pôde contar com o apoio de antigos e dedicados

³⁷ CASTRO, Zília Osório de (dir.), ESTEVES, João (dir.), SOUSA, António Ferreira (coord.), ABREU, Ilda Soares de (coord.), STONE, Maria Emília coord.), *Dicionário no feminino*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 206.

³⁸ Revista “Eva”, Abril de 1945, p. 52.

³⁹ *Idem, Ibidem*.

⁴⁰ Jornal “República”, 13 de Agosto de 1951, p. 4.

⁴¹ *Idem, Ibidem*.

⁴² *Idem, Ibidem*.

colaboradores que a coadjuvaram no empreendimento de refazer a revista e de a voltar a pôr de pé.

Os escritórios foram substituídos por uma sala de jantar, encontraram-se outras oficinas, improvisou-se o que faltava, aplicaram-se as poucas economias, cada qual triplicou as suas forças e a “Eva” que deixa de se publicar a 3 de Junho, volta às bancas no dia 1 de Julho, “transformada, melhorada, independente”⁴³.

Além das dificuldades conjunturais, a nova “Eva” foi apresentada ao público, com um novo formato, papel mais grosso e mais colorida⁴⁴. No cabeçalho lia-se o nome da nova directora que acumulava com as funções de proprietária e de editora⁴⁵.

1.2.1– As secções e os colaboradores⁴⁶

A nova fase encetada por Carolina Homem Christo traduziu-se numa renovação da revista e, com isso, novas secções.

Quanto aos consultórios, surge o “Correio Sentimental” que conta com a colaboração de Jorge Benardim e, mais tarde, dado o interesse que a secção despertou, também Rui Gomes. Aqui são abordadas, como o nome indica, questões afectivas. A rubrica “Confidências entre mulheres”, ou, apenas, “Confidências”, dirigida por Maria Angélica, destina-se a trocar conselhos, ideias, indicações e receitas entre as leitoras. É um meio de assistência mútua que a revista tentou estabelecer com as leitoras, em que cada uma pode socorrer outra com a sua prática ou sabedoria de vida. O espaço “Intimidade” é um consultório que recebe dúvidas, todavia, não obedece a um único assunto. Foram criados dois consultórios sobre questões de beleza, o primeiro, “Respostas sobre fisionomias” ou, somente, “Fisionomias”, consistia em, através de uma fotografia, prestar conselhos ou apontar correcções ao rosto passivas de serem feitas. O segundo, dirigido por Madame Rosarie, fundamenta-se na troca de opiniões, conselhos e sugestões. A juntar ao consultório de “Astrologia”, aparecem sobre a mesma temática, “Cartomancia”, dirigida por “Cigana” e, o espaço “As horas boas e más da semana”, com a finalidade de informar as leitoras sobre actividades a excluir em determinado dia da semana ou, sobre o dia propício para se tomarem determinadas

⁴³ Revista “Eva”, Abril de 1945, p. 52.

⁴⁴ Ver anexo II.

⁴⁵ Revista “Eva”, 8 de Julho de 1939, p. 4.

⁴⁶ Ver anexos III e IV.

decisões. Para finalizar, surge “Grafologia”, da responsabilidade de Clotilde Randi, Directora do Instituto Grafológico Português.

A moda é um dos temas sempre presentes, preenchendo várias páginas da revista, embora se restrinja a apresentar modelos femininos. Por isso mesmo, surge um espaço dedicado à moda masculina e, mais particularmente, aos maridos das leitoras. Com o nome “Para o seu marido”, este espaço é dirigido por alguém que assina “R.”.

Na parte literária, destaca-se o conto “Pimprenelle”, escrito por Lucien Francois. Nele são retratados momentos da vida de uma mulher enquanto mãe e esposa. Enunciam-se alguns subtítulos que evocam as temáticas narradas: “Pimprenelle gasta muito dinheiro”⁴⁷; “Pimprenelle governa a sua casa”⁴⁸ e, “Pimprenelle tem horror aos palavrões”⁴⁹. A função desta coluna, além de pretender distrair, visa transmitir, pela construção de contra-modelos corporizados nas atitudes da figura ficcionada de Pimprenelle, os comportamentos adequados e politicamente correctos a uma dona de casa. Ainda no quadro da literatura serão publicados, “Janine a escrava branca” de André Steylaeres; “Os casamentos célebres da história” de Armand Praviel e, “Um ano na Corte” de Andrade Corvo, entre outros.

Também com a função de distrair eram publicadas palavras cruzadas, que mais tarde, vieram a fazer parte de uma coluna denominada “Recreio Cultural”, onde havia, também, lugar para charadas e para passatempos.

Foi criada a rubrica “Conselhos de Jeannette” que é constituída por uma espécie de banda desenhada e pequenos textos a ilustrar cada imagem. Não se restringe a um só tema, podendo tratar de pequenas sugestões que facilitam a vida das donas de casa, como tirar nódoas⁵⁰, sugestões de culinária⁵¹, ou até, questões de beleza, como fazer óleo caseiro para bronzear⁵².

Alguns espaços na revista, como “Variedades”, “Intervalo” dirigido por Rui Gomes ou, “Vida Prática” assinada por Belaflor, consistem na publicação de pequenos artigos, alguns deles, assinados por colaboradores da revista que tratam vários assuntos, não obedecendo a um único tema. No espaço “Variedades” as leitoras podiam encontrar informações desde tratamentos para queimaduras ou golpes⁵³, a preceitos de civilidade⁵⁴

⁴⁷ Revista “Eva”, 12 de Agosto de 1939, pp. 24-25.

⁴⁸ Revista “Eva”, 16 de Setembro de 1939, pp. 19-30.

⁴⁹ Revista “Eva”, 7 de Outubro de 1939, p. 20.

⁵⁰ Revista “Eva”, 8 de Julho de 1939, p. 19.

⁵¹ *Idem, Ibidem.*

⁵² Revista “Eva”, 22 de Julho de 1939, p. 28.

⁵³ Revista “Eva”, 1 de Julho de 1939, p. 22.

ou, até, receitas⁵⁵. Em “Intervalo”, apesar da diversidade temática, há artigos permanentes como “Discos”, onde se fala sobre os melhores discos; “Livros” onde são dadas sugestões sobre algumas obras; “Palavras Cruzadas”, entre outros. Por último, na rubrica “Vida Prática” trata-se de receitas, decoração, princípios de civilidade, entre outras matérias.

Devido à adesão que a revista tinha na cidade do Porto passou a publicar-se, quinzenalmente, uma crónica de assuntos e costumes “tripeiros”, da autoria de Aurora Jardim e, posteriormente, também de outra colaboradora, Marianela de Castro. Seguiram-se a “Crónica Lisboeta”, administrada por Rogério, que relata aspectos da vida na capital e a “Crónica de Espanha” dirigida por Margarita Travieso, com a finalidade de divulgar algumas notas sobre esse país.

A revista passa a contar com uma nova colaboradora, a escritora e jornalista, Renée de Charmoy, que se popularizou na “Marie Claire” sob o pseudónimo de “Charmette”. A ela caberá a missão de escrever uma série de artigos sobre a situação feminina em vários países, entre os quais se destaca, “Os países e as mulheres – Na Noruega”⁵⁶, “Os países e as mulheres – A mulher da Suécia”⁵⁷, “Os países e as mulheres – A Checoslováquia”⁵⁸, entre outros.

Ainda relacionada com a situação da mulher a revista acolhe uma nova secção “A mulher e o desporto” ou, apenas “Desporto”. Inicialmente nada se esclarece quanto à sua autoria, pois não era assinada. Mais tarde informa-se que Alberto Freitas era o seu redactor principal e, posteriormente, Domingos Lança Moreira também se tornará responsável pela secção. O objectivo desta rubrica era fomentar na mulher portuguesa o hábito da cultura física, como já acontecia em quase todos os países civilizados, adiantando-se constituir elemento essencial para o regular funcionamento do organismo, tal como a saúde é indispensável requisito para se ser bela⁵⁹.

É, também, inaugurado o espaço “De Teatro”, por Aníbal Nazaré. Aqui são tecidos alguns comentários sobre o teatro e os seus artistas e realizadas algumas entrevistas.

Parece-nos que a chegada de um novo ano representava a vinda de novas secções na revista. E, para terminar, o ano de 1945, não é excepção. São criados dois

⁵⁴ Revista “Eva”, 22 de Julho de 1939, p. 23-30.

⁵⁵ Revista “Eva”, 12 de Agosto de 1939, pp. 20-21.

⁵⁶ Revista “Eva”, 16 de Novembro de 1940, pp. 13-15.

⁵⁷ Revista “Eva”, 7 de Dezembro de 1940, p. 16.

⁵⁸ Revista “Eva”, 18 de Janeiro de 1941, p. 3.

⁵⁹ Revista “Eva”, 20 de Janeiro de 1940, p. 8.

novos espaços, “O nosso consultório – O médico aconselha” e, “Cartaz do mês”. Contando com a colaboração do médico João da Trindade Álvares Pereira, “O nosso consultório – O médico aconselha” funciona como um guia que ensina às leitoras os cuidados a ter com os seus filhos, e, também, com elas próprias⁶⁰. Vai concentrar-se em temas como a higiene infantil⁶¹, higiene e alimentação da mãe que aleita⁶² e obstáculos ao aleitamento materno⁶³.

A outra secção igualava-se a uma pequena agenda cultural. Era como um pequeno roteiro dos espectáculos, das exposições, dos concertos, e dos livros do corrente mês. Não tinha qualquer intuito publicitário a sua única função era informativa e por isso, era breve e sem comentários⁶⁴.

1.2.2– A instrumentalização em prol da revista do relacionamento médico-doente: a correspondência trocada entre Carolina Homem Christo e Bissaya Barreto

*Um médico por vocação será sempre amigo dos seus doentes (...)*⁶⁵

Como vimos, anteriormente, Helena de Aragão antepôs-se a Carolina Homem Christo na direcção da “Eva”. Todavia, esta não foi a primeira vez em que os seus percursos profissionais se cruzam num mesmo projecto. Esclareça-se que, entre Abril de 1925 e Outubro de 1926, Carolina Homem Christo, tal como, Helena de Aragão terá sido directora da “Modas & Bordados”, sabendo-se que a sua curta passagem por este periódico está relacionada com motivos de saúde⁶⁶.

Através da documentação consultada, em particular correspondência trocada com Bissaya Barreto, actualmente depositada no Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto é possível saber que, em 1917, Carolina, já estaria doente. Não deixa de ser curioso o facto de abandonar a direcção da “Modas & Bordados” em 1926, quando a doença já tinha sido detectada há vários anos. Não deixa de ser intrigante o agradecimento que a doente faz ao seu médico, em Julho de 1926, pelo sétimo

⁶⁰ Revista “Eva”, Janeiro de 1945, p. 3.

⁶¹ *Idem, Ibidem.*

⁶² Revista “Eva”, Julho de 1945, p. 5.

⁶³ Revista “Eva”, Setembro de 1945, p. 5.

⁶⁴ Revista “Eva”, Janeiro de 1945, p. 5.

⁶⁵ Bissaya Barreto – Manuscrito 96, FBB/CDB/BB/MD-M36

⁶⁶ ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, *A moda e a beleza feminina no Portugal da 1ª República: Conselhos & Alvitres*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1997, p. 38.

aniversário da sua cura⁶⁷. Nestas circunstâncias, afigura-se poder concluir que, ou terá tido uma recidiva da doença antiga ou, se terá manifestado uma outra patologia.

Num primeiro momento da doença, anterior ao ano de 1926, o local enfermo parece ser uma perna visto que relata ao médico “continuo a mexer-me mais, tendo ido já há quatro dias, almoçar e jantar à baixa, não me tendo ressentido das escadas”⁶⁸. Um ano depois explica que lhe parece “sentir uma pequena dor em certos movimentos há uns dias para cá, e (...) ao subir a escada sentia impressão interior no local doente”⁶⁹. Além disso, na mesma carta tranquiliza o médico dizendo “descanse que não voltarei a subir tantas escadas num dia, visto assim o desejar, mas tenho a convicção que não foi o mexer de mais que prejudicou a minha doença”⁷⁰.

Após 1926 o local afectado passa a ser um dos braços, como a própria afirma em carta redigida em 1934, “as melhoras do meu infeliz braço não eram sensíveis para lhas mostrar”, mais adiante informa que “já desapareceu a dormência dos dedos e já posso cozer sem dificuldade”⁷¹. Ainda na mesma carta salienta que “com estes bons ares marítimos mais rija ficarei, assim lucra-se o meu pulso com os banhos de sol do mar, mulatinho já está, mas ainda tortito coitado”⁷². Num outro comunicado ao médico, quatro meses mais tarde, afirma que seguir o seu conselho não é fácil, “esquecer o meu infeliz braço”⁷³.

Parece-nos que nos dois momentos, se trata da mesma doença, visto que o tratamento coincide. Sabemos que o tratamento, ou pelo menos parte dele, passava pela helioterapia. Uma técnica, sobretudo, conservadora, que dispensa, em geral, qualquer intervenção cirúrgica, actuando sobre a lesão óssea, modificando-a e curando-a⁷⁴.

Numa das cartas enviadas, logo no ano de 1917, refere “já temos casa nos Palheiros com três janelas sobre o mar, e eu ansiosa por ir admirar essa linda vista com a esperança de que esse bom ar auxilie a minha cura”⁷⁵. Numa outra desabava, “que sol tão triste tem estado, para quem vê nele uma esperança de cura, é desolador”⁷⁶. E, talvez, num estado de ansiedade para se ver curada, questiona “poderei alongar o banho

⁶⁷ FBB/BB/CORR CX1 B-1, 21/7/926.

⁶⁸ FBB/BB/CORR CX1 B-1, 31/8/917.

⁶⁹ FBB/BB/CORR CX1 B-1, 27/3/918.

⁷⁰ *Idem, Ibidem.*

⁷¹ FBB/BB/CORR CX3 B-1, 14/8/934.

⁷² *Idem, Ibidem.*

⁷³ FBB/BB/CORR CX3 B-1, 22/12/934.

⁷⁴ BARRETO, Bissaya, *O sol em cirurgia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, p. 269.

⁷⁵ FBB/BB/CORR CX1 B-1, 31/8/917.

⁷⁶ FBB/BB/CORR CX1 B-1, 16/4/918.

de sol, pois tomo apenas 10 minutos que me marcou, este alivia-me muito”⁷⁷. Mais tarde, em 1941, pergunta ao médico, “os meus banhos de sol terminarão aqui não é verdade?”⁷⁸.

Sabemos que resultante do tratamento a lesão expeliu alguns sequestros, como refere Carolina, em 1918, “na primeira lavagem saiu de dentro um pequenino fragmento esbranquiçado e mole”⁷⁹. E volta a mencionar o facto, em duas outras cartas, “na semana passada voltou a sair outro fragmentozito”⁸⁰ e “o aspecto da minha doença não me parece mau, mas a profundidade não se altera e ontem voltou a sair outro fragmentozito”⁸¹. Neste sentido, o sol não se limita a actuar sobre o organismo tonificando-o e dando-lhe forças para que a doença não se agrave, ou para que a doença seja vencida pela resistência e vitalidade dos diversos órgãos e aparelhos. Faz algo mais, actua sobre as lesões, substituindo o cirurgião e desempenhando o seu papel⁸².

Embora seja difícil identificar a doença que a atormentava, visto esta não ser, em momento algum, mencionada, as referências feitas apontam para uma Osteomielite, isto é, uma infecção bacteriana, aguda ou crónica, do tecido conjuntivo ósseo e da medula óssea⁸³. Aliás, os sequestros estão por norma ligados às complicações da Osteomielite, em que uma porção de osso morre e se separa do osso são⁸⁴. Inicialmente, talvez se tratasse de uma Osteomielite Aguda, contudo o regresso da patologia, anos mais tarde, revela uma Osteomielite Crónica, que se atinge quando o primeiro tratamento é negligenciado ou quando não sortiu efeito, sendo que, nos últimos estádios da doença pode haver várias crises de recidiva durante muitos anos⁸⁵.

Contudo, neste estudo, percebemos que Bissaya Barreto revelou ser mais do que um profissional de saúde na vida de Carolina Homem Christo. Todos os anos é solicitada autorização para sortear prémios na revista de Natal, abstraindo casas. O pedido de autorização para o Natal de 1939 é indeferido, sob a justificação de que “por despacho de 9 do corrente o Sr. Ministro do Interior proibiu a realização de sorteios regulados pela Lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”⁸⁶. Face à resposta, e

⁷⁷ FBB/BB/CORR CX1 B-1, 18/10/920.

⁷⁸ FBB/BB/CORR CX5 B-1, 12/10/941.

⁷⁹ FBB/BB/CORR CX1 B-1, 17/7/918.

⁸⁰ FBB/BB/CORR CX1 B-1, 24/7/918.

⁸¹ FBB/BB/CORR CX1 B-1, 31/ 7/918.

⁸² BARRETO, Bissaya, *ob. cit.* p. 278.

⁸³ COSTA, Manuel Freitas e, *Dicionário de termos médicos*, Porto, Porto Editora, 2005, p. 884.

⁸⁴ Selecções do Reader’s Digest, *Enciclopédia de Medicina*, Lisboa, Printer Portuguesa, 1996, p. 968.

⁸⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 812-813.

⁸⁶ FBB/BB/CORR CX4 B-1, 18/5/939.

tendo em conta que os números de Natal, com os respectivos sorteios, constituíam uma estratégia de “marketing” delineada pela directora e a principal fonte de receitas da revista, pede a ajuda do seu médico e amigo Bissaya Barreto. O número de Natal é o “pão de todo o ano”⁸⁷. Os números ordinários encontravam-se, na altura, sem prémio e o preço do papel tinha um valor elevado. Tratava-se de aguentar a revista durante um ano para chegar ao número de Natal e obter recursos para os restantes. A directora pede a Bissaya Barreto para usar de toda a sua influência na obtenção da autorização, pois agora não é uma empresa grande que perde, mas ela própria. Chegando mesmo a frisar que se ele não a conseguir salvar não sabe o que lhe poderá acontecer⁸⁸. Nesse ano, devido ao mencionado despacho, a “Eva” não pôde sortear prémios do número de Natal sendo obrigada a encontrar uma outra solução para que houvesse sorteio⁸⁹.

Durante o período em que a revista deixa de ser publicada, a directora socorre-se novamente no amigo, Bissaya Barreto, afirmando que se naquele momento não tivesse a ajuda dos bons amigos não resistiria a tanta “dificuldade e patifaria”⁹⁰. Refere que além do número de Natal, que é impossível concretizar sem prémios, os números vulgares também não se aguentam sem esse atractivo. Carolina Homem Christo tinha preparado uma profunda remodelação na revista enquanto contava, dentro da lei em vigor, com a probabilidade de sortear os prémios. Comprou todo o papel que havia na empresa e tudo o resto que permitia dar continuidade à revista, baseando-se nos prémios vulgares e nos prémios sempre autorizados para o Natal que são proibidos. Pede ao amigo para que tente resolver a situação de forma definitiva. Chega mesmo a partilhar com o médico uma possível solução, a de criar uma espécie de alvará, que a revista pagaria, por um preço acessível, mas que resolvesse de forma definitiva o problema. Aliás, sugere que o Ministro deveria tomar conhecimento do primeiro número da nova fase da “Eva” e que diga “se esse esforço a bem da civilização não merece nenhum apoio”⁹¹.

Um ano depois, em 1940, Carolina apela novamente à influência de Bissaya Barreto, como sendo a sua única salvação. Na carta que redige ao médico, começa por afirmar, “a minha “Eva”, que o mesmo é dizer “a minha vida”, desamparada, cá vem vindo mercê de muito esforço e muita canceira, a aguentar-se, mas sempre

⁸⁷ *Idem, Ibidem.*

⁸⁸ *Idem, Ibidem.*

⁸⁹ Revista “Eva”, 16 de Dezembro de 1939, p. 3.

⁹⁰ FBB/BB/CORR CX4 B-1, 24/06/939.

⁹¹ *Idem, Ibidem.*

cambaleante”⁹². Continuava, esclarecendo que tencionava introduzir umas modificações, mas surge o “cabeçudo e ultra-estupido M.I. que ainda por cima usa e abusa de uma arbitrariedade em que a lei não é vista nem achada” não concedendo autorização para dar brindes, mesmo não sendo pela lotaria da misericórdia. Se num primeiro momento não deixava que o sorteio fosse regulado pela lotaria da misericórdia, agora não o autoriza de forma alguma. Além dos comentários pouco lisonjeiros à figura do Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa⁹³, ressalva ainda, que o país faz sorteios particulares e sorteia tudo quanto há. Evoca que não há justiça, nem lei, nem nada e finaliza dizendo que “como se há-de acreditar na lei de funil deste país?”⁹⁴.

A Bissaya Barreto pede que a acompanhe a uma audiência com o Ministro do Interior, visto não querer ir sozinha, nem que fosse o médico a falar sem ela estar presente. A directora sublinha que está a perder três contos de reis por número, sendo a única salvação dar brindes nos números vulgares ou, pelo menos, ter autonomia para os poder sortear em quatro números extraordinários por ano. Sem essa possibilidade resta a liquidação. No seu ponto de vista “parece que neste país se decretou matar tudo à fome e acabar com toda a iniciativa. Num momento em que poucos se poderão manter, em vez de nos darem o magro auxílio de umas facilidades, esmagam tudo, espoliam toda a gente”⁹⁵.

Como se depreende da sua correspondência, a directora socorre-se várias vezes da influência do médico junto da classe política para resolver alguns percalços que vão surgindo na “Eva”. Contudo, impressiona-se ao vê-lo “sempre naquela azáfama de atender doentes e aturar políticos!”⁹⁶. E lamenta que esteja “arraigado a malparada política, e rodeado de tantos impostores que até do seu nome se servem para pedir

⁹² FBB/BB/CORR/ CX5 B-1, 9/4/1940.

⁹³ Oriundo de Santa Comba Dão (1891-1949), manteve sempre uma relação muito próxima com Oliveira Salazar. Advém da direita republicana, da ULR de Cunha Leal, apoiou o 28 de Maio e em 1926 ascende a Governador Civil de Coimbra, ao serviço da recém implantada Ditadura Militar. É, também, neste período conturbado que acede, pela primeira vez, à pasta do Interior, no governo do general Domingos de Oliveira, entre Outubro de 1931 e Julho de 1932. Ganha uma reputação de “liberal” junto do sector mais à direita do regime que impõe a sua substituição no primeiro governo de Salazar. No entanto, é compensado com o cargo de deputado nas eleições de 1934. A confiança que merece a Salazar, determina o seu regresso ao Ministério do Interior em 1936 e, até 1944, num contexto difícil para o Estado Novo, em que, sob os efeitos da guerra civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial, os mecanismos repressivos se aperfeiçoam e as prisões políticas se avolumam. Cfr. ainda ROSAS, Fernando (dir.), BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, S.L, Círculo de Leitores, 1996, p. 995, vol. II.

⁹⁴ FBB/BB/CORR/ CX5 B-1, 9/4/1940.

⁹⁵ *Idem, Ibidem.*

⁹⁶ FBB/BB/CORR CX3 B-1, 22/12/934.

coisas ilícitas!”⁹⁷. Apesar da apreensão da jornalista, Bissaya Barreto tinha-lhe confidenciado que precisava da política para auxiliar as suas obras⁹⁸.

Carolina esteve também ao lado do médico em momentos para ele importantes⁹⁹. É o caso da abertura do Sanatório de Celas tendo organizado a festa de inauguração¹⁰⁰, bem como, na inauguração do Hospital Sanatório da Colónia Portuguesa do Brasil, actual Hospital dos Covões, onde dirigiu a decoração e ornamentação dos vastos jardins do “Baile do Romantismo”, uma das actividades desta fundação¹⁰¹ e, a Festa de Inauguração do Parque Infantil de Coimbra, integrando a comissão organizadora¹⁰². Aliás, chega a enviar casaquinhos para os meninos do Ninho dos Pequenininos¹⁰³.

1.3– Sorteios, Concursos e Iniciativas. Conclusões finais

Quando o jornal “O Trabalho”, da região de Viseu, publica um artigo afirmando que em Portugal não existem revistas de cultura feminina, a “Eva” entende que de certo modo se pode considerar isto correcto. Porém, quando o jornal elenca que as que existem, e refere a “Eva”, falseiam a sua missão social, esclarecendo a directora nunca a “Eva” se ter afirmado como uma revista de cultura feminina, mas antes, como um jornal de modas, um jornal “figurino”. E salienta, que mesmo não sendo uma revista cultural tem publicado artigos, crónicas e trabalhos de numerosas escritoras e artistas portuguesas versando vários assuntos de elevado interesse social. Destaca, também, a criação e sustento, durante muitos anos, de uma Escola Técnica de Formação de Donas de Casa que recebeu o aplauso de poderes públicos e das várias senhoras que a frequentaram. Considera que tal iniciativa contribui para desenvolver a cultura e termina dizendo que não é uma revista de cultura feminina na acepção do termo, mas tem a certeza de nunca ter falseado a missão de ser uma revista de modas¹⁰⁴.

A “Eva” protagonizou várias iniciativas que primavam pelo carácter lúdico e que apelavam ao coração das leitoras, exemplo disso a campanha Madrinhas de Guerra.

⁹⁷ *Idem, Ibidem.*

⁹⁸ *Idem, Ibidem.*

⁹⁹ Ver anexo V.

¹⁰⁰ BARRETO, Bissaya, *Uma obra social. Realizada em Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1970, p. 44.

¹⁰¹ Jornal “A Saúde”, Agosto de 1935, p. 8.

¹⁰² Jornal “A Saúde”, Maio de 1936, p. 6.

¹⁰³ FBB/BB/CORR CX3 B-1, 22/12/934.

¹⁰⁴ Revista “Eva”, 14 de Setembro de 1940, p. 20.

A par das iniciativas¹⁰⁵, realizou vários concursos¹⁰⁶ e, inclusive, sorteios mesmo nos números comuns. Semelhante ao número de Natal, a revista publicou a “Eva” de Santo António, embora só o tenha feito nos anos de 1940 e 1941¹⁰⁷. Quanto às razões para o efémero lançamento deste número, estas devem assemelhar-se às que motivaram sucessivas reorganizações no aspecto formal da revista.

Ainda no âmbito do balanço do vigésimo aniversário da revista, além dos comentários da directora, foi efectuado um questionário a várias personalidades, sobre o que pensavam da “Eva”. Entre os inquiridos estava Joaquim Manso, na altura, director do “Diário de Lisboa”, que refere não ler a “Eva” por se tratar de uma revista feminina mas não deixaria de referir que Carolina Homem Christo conseguiu revolucionar o jornalismo feminino com a sua revista. Também, Helena Roque Gameiro, antiga directora da revista, responde à questão e não poupa elogios à directora de então. No seu entender, o trabalho de Carolina Homem Christo deve ser elogiado por parte de todas as mulheres portuguesas e, até estrangeiras que Portugal acolheu em tempos de guerra. Nesta revista, a mulher portuguesa que não possa viajar encontra informação muito interessante e completa para a sua cultura feminina. Nas suas palavras, a directora estava, portanto, a realizar uma obra meritória de divulgação que aperfeiçoa e eleva o nível das mulheres. A juntar a estas figuras, o capitão Afra Nozes, subdirector da censura, também convidado a falar, assegura que “é uma boa vizinha, muito simpática, que não faz barulho e com quem vivemos, como é natural, num Paraíso”. Também refere que algumas vezes se zanga pois “não lhe agrada a nossa...colaboração”, mas tudo o que se passa são apenas “questões de senhoras vizinhas”¹⁰⁸.

A “Eva” teve uma longevidade de 64 anos, assumindo-se como uma das grandes referências da imprensa periódica feminina do século XX¹⁰⁹.

¹⁰⁵ Ver anexo VI.

¹⁰⁶ Ver anexo VII.

¹⁰⁷ Ver anexo VIII.

¹⁰⁸ Revista “Eva”, Abril de 1945, pp. 26-27.

¹⁰⁹ GUIMARAES, Maria Alice Pinto, *Saberes, modas & pó de arroz: Modas & Bordados. Vida Feminina (1933-1955)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 17.

Capítulo 2 - A revista sob o impacto da Guerra

2 – Estrutura formal

O primeiro comunicado que refere o conflito mundial foi emitido pela “Eva” no número 743, publicado a 23 de Setembro de 1939, no qual se afirma que os sacrifícios, privações e contratempos afectam todos e em toda a parte. Se há, apenas, três meses a revista fazia um esforço para se modernizar sem aumentar o seu preço e, se já nessa altura, o papel foi o maior problema, eis que, de novo essa dificuldade atormenta. Em tão pouco tempo da sua nova fase não foi possível conseguir reservas de papel que a pusessem ao abrigo das contingências da guerra. Não sendo suficiente o papel em depósito para uma vida desafogada e até, que fossem regularizados os fornecimentos, tornou-se necessário diminuir, provisoriamente, as páginas da revista. Uma medida, aliás, já colocada em prática pela imprensa francesa, alemã, italiana e espanhola que evidencia, claramente, as dificuldades na aquisição de papel, não só quanto à quantidade, mas também quanto à qualidade. Mas, independentemente, das contrariedades é anunciado que a “Eva” continuará a ser “tão boa, tão bem aproveitada, e com tanto assunto que nem as leitoras se lembrem que lhe falta qualquer coisa”¹¹⁰.

Com o decorrer da Guerra e em consequência das suas adversidades é tomada uma atitude previdente que desencadeia uma nova reestruturação na revista. Como medida de precaução e, para não se expor a dificuldades futuras, a “Eva” que era publicada semanalmente passará a publicar-se mensalmente, com o custo unitário de 3\$00. Contudo, do novo formato farão parte mais páginas, 56 no total, melhores, mais variadas e cuidadas, pois terá capas a quatro cores, em vez de duas como era habitual, e cada número será “um verdadeiro manual de tudo quanto uma mulher precisa sob o ponto de vista prático, espiritual, recreativo, elegante, (...) constituindo, ainda por cima, o que não é para desprezar nos tempos que correm, uma real economia para as leitoras”¹¹¹. Gera-se uma economia para as leitoras que estavam a gastar, em quatro números mensais, 6\$00 e, para a “Eva” uma garantia de vida através de todas as dificuldades que é lícito prever, a mais grave das quais se avizinha e, que motivou esta mudança, a falta de papel¹¹². Se a revista se mantivesse como publicação semanal, por

¹¹⁰ Revista “Eva”, 23 de Setembro de 1939, p. 3.

¹¹¹ Revista “Eva”, 21 de Junho de 1941, p. 21.

¹¹² *Idem, Ibidem.*

mais tempo iria desaparecer em pouco tempo¹¹³. No mês seguinte, em Julho, a revista apresentou-se ao público no modelo anunciado e assim se manteve durante todo o restante período deste estudo.

O número 854, publicado em Março de 1943, anuncia uma outra mudança na revista. O preço de cada exemplar, que até à data, era de 3\$00 aumentará para 5\$00, sendo um aumento justificado pelo acréscimo do custo do papel, das chapas fotográficas, das películas, das tintas, da composição, da impressão, entre outros¹¹⁴.

De todos os números publicados pela revista, havia um que, anualmente, fazia furor entre as leitoras. O número de Natal, pelos prémios que sorteava, tornava-se atractivo¹¹⁵. Contudo, e mais uma vez, a conjuntura que o mundo vivia influenciou, desde logo, o valor dos prémios a sortear, que no decorrer dos anos de guerra foram ficando cada vez mais simbólicos; o custo de cada um dos números de Natal¹¹⁶ e, inclusive, provocou embaraços à sua publicação, pois não podendo desperdiçar papel, devido à escassez, o número de Natal passou a vender-se por assinatura, ou seja, abriram-se inscrições e só seriam impressas as unidades que até à data fixada fossem requisitadas pelas leitoras¹¹⁷.

2.1 – As novidades temáticas

Se a guerra provocou percalços na revista, levando num primeiro momento à redução de páginas e depois à sua publicação mensal e alteração de custo, verdade é, também, que deu o mote, inicialmente, a esporádicas reportagens, que começam a publicar-se logo em 1939 e, mais tarde, à criação de rubricas e iniciativas com a finalidade de tratar o assunto. Convém salientar que embora Portugal tenha assumido uma posição de neutralidade perante a Segunda Guerra, esta política não evitou a ruptura de equilíbrios económicos, sociais e políticos construídos nos anos trinta¹¹⁸.

¹¹³ Revista “Eva”, 28 de Junho de 1941, p. 17.

¹¹⁴ Revista “Eva”, Março de 1943, p. 17.

¹¹⁵ Ver anexo IX.

¹¹⁶ Entre 1939 e 1942 cada exemplar do número de Natal custava 10\$00, aumentando para 12\$00 nos anos de 1943, 1944 e 1945.

¹¹⁷ Revista “Eva”, Setembro de 1944, p. 51.

¹¹⁸ MATTOSO, José (dir.); ROSAS, Fernando (coord.), *História de Portugal: O Estado Novo*, Editorial Estampa, 1994, p. 301.

2.1.1 – Reportagem de Guerra

O número 800, publicado a 2 de Novembro de 1940, marca definitivamente, a presença do tema na revista com a criação da rubrica “Reportagem de Guerra”¹¹⁹ assinada pela correspondente da “Eva” em Londres, Irene Gorska¹²⁰. Neste espaço, que se continuará a publicar mesmo após cessar o conflito, é narrado o quotidiano vivido na capital inglesa.

2.1.2 - Madrinhas de Guerra, Madrinhas de Paz

À revista chegam mais novidades motivadas pela tragédia mundial, desta vez a protagonista não é a “Eva” ou qualquer um dos seus colaboradores mas, antes, vinte homens que fizeram chegar uma carta à redacção a pedir madrinhas de guerra. A “Eva” não ficou indiferente a essa carta e à vontade desses homens e, desde logo, apela às suas leitoras. Entendia que “ser madrinha desses homens é ser o elo forte entre a metrópole *mater* e as províncias ultramarinas, o traço de união fraternal entre portuguesas e portugueses”¹²¹. Se pela pátria partiram e deixaram os seus lares, os seus interesses e os seus cursos seria, agora, justo que a mulher portuguesa lhes escrevesse algumas palavras de conforto, de esperança e de amparo espiritual. Tal como eles responderam com a sua presença quando o país os chamou, era chegada a vez das raparigas e mulheres portuguesas responderem prontamente a este pedido provando-lhes a verdade do ditado “longe da vista perto do coração”¹²².

A revista assume a intenção destes homens e será a sua voz lançando o apelo “Madrinhas para todos” e mantendo-se como madrinha nº1 será madrinha de todos aqueles que não tiverem¹²³. Às madrinhas cabia, tanto quanto fosse possível e, as circunstâncias o permitissem, olhar pelo afilhado, ser-lhe útil, escrever-lhe, provar-lhe que todos os elos que o prendiam à metrópole se conservavam intactos senão mais fortes. As madrinhas que residiam nas localidades onde habitava, também, a família dos

¹¹⁹ Este espaço vai sofrer algumas alterações no título inicial, embora a autora e o conteúdo da secção se mantenham.

¹²⁰ Irene Gorska ou Eddy, se atendermos ao seu pseudónimo, jornalista polaca começou a trabalhar no jornal “Stovo” (“A Palavra”), e passando depois em revistas femininas. Com a guerra teve que abandonar a sua cidade, Vilno, e depois de muitas paragens em solo europeu chegou a Lisboa. Todavia, rapidamente, partiu para Londres para trabalhar como correspondente da “Eva” na capital inglesa.

¹²¹ Revista “Eva”, Dezembro de 1941, p. 6.

¹²² Revista “Eva”, Março de 1942, pp. 46-47.

¹²³ Ver anexo X.

afilhados, podiam transmitir notícias dos seus familiares. As que moravam longe deviam fazer o possível por se informar da situação familiar a fim de a poder transmitir. A troca de correspondência era incentivada, visto que aqueles homens estavam sôfregos de novidades dos pequenos acontecimentos diários que eram parte integrante do ambiente que tiveram de abandonar¹²⁴. Prova disso, são as palavras de um expedicionário que verbaliza o “maior mal é a profunda nostalgia que nos abate a alma a cada instante, de maneira que, quanto não valerá a chegada de uma carta ditada pela delicada e subtil arte feminina, contando-nos coisas da nossa terra, mandando-nos, por assim dizer, um pouco do ambiente continental”¹²⁵.

Enquanto apelava às leitoras, com um discurso emotivo, seguiam-se as novidades, desta vez, anunciava aos expedicionários de cada batalhão que iriam ter uma madrinha colectiva a que chamaram “Madrinha de Batalhão”. Deste rol faziam parte personalidades do panorama artístico português, entre as quais, Amália Rodrigues, Hermínia Silva, entre outros nomes¹²⁶.

Mais do que uma página na revista ou uma secção criou-se uma verdadeira iniciativa que, a cada número, surpreendia pela originalidade e, sobretudo pela vontade de ir mais longe. A “Eva”, como madrinha nº 1, criou uma página, “Carta a um expedicionário”, onde se redigia uma missiva-modelo dirigida a um hipotético afilhado comunicando-lhe as novidades do continente.

Com o objectivo de apresentar os soldados com notícias das suas famílias e amigos, os colaboradores da revista, Rogério e António Homem Christo, partem em viagem pelo país, dando mote à reportagem “Venham com a *Eva* através do vosso Portugal”, publicada em vários números. Sendo, inclusive, uma reportagem fotográfica, além das notícias que receberam, os soldados puderam ver a sua terra e os seus entes queridos.

Prosseguindo com a campanha de assistência moral aos soldados, a “Eva” inaugura a página “Para cá e para lá” com o lema “Quem parte leva saudades, quem fica saudades tem”, que representa o caminho mais curto entre a metrópole e o ultramar. Neste espaço, os expedicionários e suas famílias poderiam trocar notícias e fotografias¹²⁷.

¹²⁴ *Idem, Ibidem.*

¹²⁵ Revista “Eva”, Maio de 1942, p. 47.

¹²⁶ Revista “Eva”, Março de 1942, p. 18-19.

¹²⁷ Revista “Eva”, Maio de 1942, pp. 27-46.

A campanha, que principiou com uma carta, provocou mutações na revista e, quando parecia ter já feito um intenso trabalho, a “Eva” surpreendia os leitores e, neste caso particular, os soldados com outras novidades. Pretendendo dar a melhor resposta possível ao apelo, a “Eva” vai ousar ainda mais e, mesmo com o mundo em guerra e as dificuldades a crescerem de dia para dia, anuncia a sua viagem aos Açores e à Madeira para se encontrar com os soldados e levar-lhes amizade e um pouco do Portugal que deixaram. A juntar a esta notícia a revista orgulhava-se de fazer o que, em seu entender, nenhum outro órgão de imprensa fez pelos expedicionários portugueses¹²⁸.

Da comitiva que viajou para as ilhas faziam parte a directora, Carolina Homem Christo, o redactor, Rogério e, a representante das Madrinhas de Guerra, carinhosamente tratada por Joanhina. Antes da partida, a revista, representada pela figura da sua directora, pediu presentes e lembranças para oferecer aos soldados e afilhados e esse pedido foi atendido pelos leitores. Na “Eva” esperava-se que o carinho e as lembranças traduzissem a compreensão que a mulher portuguesa tinha da sua missão como Mãe, Esposa, Irmã e Camarada¹²⁹.

A viagem foi tema de reportagem em alguns números, porém, a directora entendia que a sua missão não estava completa e, por isso mesmo, dedica todo um número à iniciativa. Esse número era a resposta ao desejo de todos os soldados, que almejavam mostrar às suas famílias como a comitiva os viu, como vivem, o ânimo com que cumprem o seu dever e como suportam o afastamento. Foi para poder desvendar o quotidiano destes homens que a directora deu a esse número um alinhamento diferente, pedindo desculpa às leitoras por as privar de algumas secções habituais, onde até mesmo a capa, normalmente ilustrada por mulheres¹³⁰ deu lugar à imagem da representante das Madrinhas de Guerra acompanhada por um soldado¹³¹. Todavia, não deixou de mostrar a sua mágoa, pelas mulheres portuguesas não terem correspondido ao apelo “Madrinhas para todos” com o fervor que esperava¹³².

A campanha de angariação de Madrinhas de Guerra repetiu-se, anos mais tarde, desta vez, não por iniciativa da “Eva”, mas pela acção do Movimento Nacional Feminino, fundado em Abril de 1961. O “Serviço Nacional de Madrinhas de Guerra” teve um papel preponderante na distribuição de aerogramas e na criação de uma rede de

¹²⁸ Revista “Eva”, Julho de 1942, p. 29.

¹²⁹ Revista “Eva”, Agosto de 1942, p. 4.

¹³⁰ Ver anexo XI.

¹³¹ Ver anexo XII.

¹³² Revista “Eva”, Outubro de 1942, p. 3.

Madrinhas de Guerra. Esta rede chegou a atingir 23.750 mulheres que se correspondiam com 33.400 homens. Entre as confidências e cumplicidades trocadas nas cartas resultaram muitos casamentos e, ainda mais, namoros. No entanto, também provocaram várias situações equívocas, como as que se registaram em Moçambique, onde alguns soldados reclamavam dinheiro e outros tomavam para com as madrinhas atitudes de intimidade sentimental que, por vezes, inoportunas magoavam as senhoras que generosamente lhes prestavam “amparo maternal”¹³³.

2.1.3 – Campanha do Bom Senso

Sob a divisa de que “mais vale prevenir do que remediar” no primeiro número do ano de 1942 é anunciada a nova secção, “Campanha do Bom Senso”. Na “Eva” entendia-se que, apesar do país se encontrar afastado do conflito, não impedia o cumprimento de deveres. Era crucial olhar em frente, sem ilusões e tomar as providências que a situação aflitiva dos outros países vinha a instigar. Poupar era imperativo, num país onde a dependência externa quanto ao fornecimento de matérias-primas estratégicas e de bens intermediários e de consumo essenciais à vida económica era um sério problema¹³⁴. Às donas de casa estava reservada a tarefa de serem económicas e de acabarem com tudo o que fosse supérfluo para, durante mais tempo, terem o indispensável. Era uma iniquidade, num momento como que se estava a viver, desperdiçar ou consumir mais do que o necessário¹³⁵.

A “Eva” lembra as leitoras que as auxiliará com ideias e conselhos e que, embora o primeiro número refira como racionar a alimentação, pretendia-se ensinar, nas próximas publicações, como poupar outro tipo de bens.

As dificuldades na aquisição de bens essenciais desencadeadas pela guerra, à semelhança do que já tinha acontecido entre 1914 e 1918, tornaram-se quotidianas. Em Lisboa, a população habituou-se a esta situação e o tema protagonizou muitas conversas. O assunto não escapou aos mais burlescos que, desde logo, se serviram do

¹³³ NEVES, Helena; CALADO, Maria, *O Estado Novo e as Mulheres: O género como investimento ideológico e de mobilização*, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 2001, p. 7.

¹³⁴ MATTOSO, José (dir.), ROSAS, Fernando, “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)”, *História de Portugal: O Estado Novo*, S.L., Editorial Estampa, S.D., p. 323.

¹³⁵ Revista “Eva”, Janeiro de 1942, p. 30.

campo anedótico, para brincar com a situação, uma atitude, aliás, muito recorrente quando a crise se instala¹³⁶.

O século XX e, sobretudo os condicionalismos desencadeados pelo primeiro conflito mundial e o pós-guerra, marcam o início de algumas restrições alimentares, no que respeita ao número de pratos, que foram reduzidos a dois, uma regra ditada, sobretudo pelos restaurantes a par da inflação do custo das refeições. Uma situação que pouco ou nada agradou a uma clientela habituada aos tempos de prodigalidade e de fartura. Tal como na I Guerra, período durante o qual os condicionalismos se reflectiram na mesa dos portugueses, incluindo na da burguesia com menos recursos, não havendo lugar para desperdício ou gastos supérfluos, o mesmo aconteceu no período entre 1939-1945¹³⁷.

Embora os gastos com a alimentação fossem os principais, pois são indispensáveis, era imperativo terminar com almoços e jantares onde eram servidos quatro ou mais pratos. Impõe-se, agora, o prato único que podia ser saboroso, abundante e perfeito como alimentação, bastava saber escolher e reunir num único prato a quantidade de calorias e vitaminas precisas ao bom funcionamento do organismo. Sob o ponto de vista científico, as necessidades divergiam, conforme, a estação do ano, a idade e o modo de vida de cada indivíduo. E, para que as leitoras se inteirassem do regime que mais convinha a cada uma delas e à sua família, a “Eva” indica o livro “Bases da Alimentação Racional” do Dr. Ferreira de Mira, pois estava em causa a saúde e a vida da Nação. Economizar era fundamental, mas era preciso começar pela saúde, resultando, desde logo, numa economia na farmácia¹³⁸. Estas noções também estão presentes na obra “A educação da Mulher e a Alegria no Lar” de Manuela de Castro, por nós consultada e, onde é possível encontrar alguns menus que fazem jus ao prato único¹³⁹.

A realidade do prato único fica bem patente nas palavras de M. Manuela de Mendonça, que na sua obra descreve o dia em que a sua mãe conclui “em conciliábulo

¹³⁶ MARTINS, Maria João, *O paraíso triste: O quotidiano em Lisboa durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, Vega, 1994.

¹³⁷ RASTEIRO, Natércia Maria Carvalho, *Sociabilidades Gastronómicas no Portugal Contemporâneo: Práticas, Modelos e Espaços*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 65-67.

¹³⁸ Revista “Eva”, Abril de 1942, p. 52.

¹³⁹ CASTRO, Manuela de, *A educação da Mulher e a alegria no lar*, Porto, Livraria Civilização, 1939, pp. 107-113.

penoso entre as tias, a impossibilidade de manter o regime de dois pratos às refeições, por não conseguirem viveres suficientes”¹⁴⁰.

Era um erro, uma velha extravagância peninsular comer excessivamente visto que, uma sopa, um prato e uma sobremesa, a “Eva considerava ser o suficiente para ficar bem alimentado. Uma sopa espessa, bem confeccionada, de feijão, de legumes, de grão, de batata, de abóbora, de agriões, de cebola, entre outros, temperada com azeite, manteiga, toucinho ou, carne de vaca, conforme as circunstâncias e um prato de peixe, de carne, de aves, de bacalhau, de caça, de arroz, de massa ou, ovos é mais que o suficiente. Essencial seria uma cozinha racional, bem escolhida, alimentícia, mas não excessiva. Se não houvesse carne, esta podia ser substituída por galinha, pato, coelhos, borrachos, presunto, entre outros. Não havendo bacalhau, podiam optar por peixe, feijão seco, legumes, ovos, batatas, conversas e outros géneros alimentares. Existem muitas formas de variar e, na conjuntura que se vivia, felizes daqueles que ainda podiam diversificar a sua alimentação¹⁴¹.

A revista apresenta um menu semanal baseado no prato único, fazendo-se publicidade às conservas de peixe portuguesas, salientando que “são saborosas, abrem o apetite e alimentam”¹⁴². Este foi um dos primeiros pratos do moderno pronto-a-comer, que se desenvolveu a partir de 1920 com a revolução doméstica de poupar em recursos e no tempo¹⁴³. Além disso, devido à ideologia nacionalista o Governo e entidades particulares investem em campanhas pelo consumo de produtos nacionais¹⁴⁴. Neste caso tratava-se do consumo das conservas de peixe na dieta nacional para proteger o sector da pesca¹⁴⁵. O período da Segunda Guerra foi uma das idades de ouro desta indústria, durante o qual a produção encontrou um mercado amplo nos países envolvidos no conflito. Os principais importadores foram a Grã-Bretanha, a Alemanha e os EUA. Entre o Instituto Português de Conservas de Peixe e os governos de vários países foram firmados contratos colectivos para o fornecimento de conservas portuguesas. Contudo, durante este período a indústria deparou-se com dificuldade na aquisição de folha-de-

¹⁴⁰ MENDONÇA, M. Manuela de, *Nascer nos anos trinta: Memória e imagens de um quotidiano*, Coimbra, 2009, p. 134.

¹⁴¹ Revista “Eva”, Janeiro de 1942, p. 30.

¹⁴² *Idem, Ibidem*.

¹⁴³ VAQUINHAS, Irene, GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, “Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa”, *História da vida privada em Portugal: A época contemporânea*, dir. José Mattoso, coord. Irene Vaquinhas, Lisboa, Circulo de Leitores, 2011, pp. 212-213.

¹⁴⁴ Ver anexo XIII.

¹⁴⁵ VIEIRA, Joaquim, *Portugal século XX, Crónica em Imagens 1930-1940*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 144.

flandres, de azeite, de óleos, de licenças de exportação, de meios de transporte e de pagamento¹⁴⁶.

Tendo como ponto de partida a expressão “Aproveita o que não presta e acharás o que é preciso”, a revista apresenta mais uma forma de poupar. Inicia dizendo que condenando a falta de discernimento ou apreciando a abundância de recursos é frequente os estrangeiros comentarem que “neste país privilegiado, até o lixo é cheio de coisas aproveitáveis”¹⁴⁷. De facto, muita coisa tinha como destino o lixo, mesmo quando ainda, tinha uma boa dose de préstimo. Este cenário verificado em quase todos os lares é geralmente, culpa das mulheres, mesmo daquelas que se dizem boas donas de casa, acusava a “Eva”¹⁴⁸.

Com a falta de transportes eram notórias as dificuldades na aquisição de certos alimentos. Nos cais acostáveis das colónias acumulavam-se toneladas de víveres destinados ao consumo da metrópole que a falta de transportes sucessivos e rápidos não fazia chegar com a habitual regularidade. Uma situação que podia não ter resolução a curto prazo, sendo necessário que as leitoras encarassem toda a extensão da sua importância na vida económica do país. O pouco que havia deveria ser aproveitado na sua totalidade e, para isso, a “Eva” apresenta formas de aproveitar o que erradamente se considera inútil.

A acrescentar à relação de produtos que era necessário racionar está o combustível, que mais à frente será focado. Assim, e para tirar partido de coisas, aparentemente, sem qualquer utilidade, os caroços dos frutos, quando secos, meses depois, servem como combustível avivando e conservando o lume de lenha ou carvão. As cascas de laranja, além de perfumar doces e xaropes, são de grande utilidade para avivar o lume. As cascas de nozes, de amêndoas e de avelãs, devido à sua quantidade de óleo resultam, também, num bom combustível que acende e conserva o lume¹⁴⁹.

As cascas dos ovos, quando bem pisadas, podiam acrescentar-se à comida das galinhas, sendo que beneficiariam desse tratamento. Reduzidas a pó, fazem o mesmo efeito que o pó de pedra-pomes que pode ser usado para arear utensílios de cozinha, banheiras, entre outros. O sebo de carneiro derretido e misturado em parte iguais com a

¹⁴⁶ RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, “Conservas de Peixe”, *Dicionário de História do Estado Novo*, ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 197.

¹⁴⁷ Revista “Eva”, Março de 1942, p. 49.

¹⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

cera que se emprega no sobrado serve para untar o calçado, que por este processo ficará impermeável¹⁵⁰.

Quase se pode afirmar que na cozinha nada se perde, uma vez que até as espinhas, os ossos, as cascas e caroços de frutos, as cascas dos legumes são, a maior parte das vezes, aproveitáveis. Mesmo o pão duro, o vinho azedo, e todos os restos que aos olhos dos leigos parecem de nada valer oferecem à cozinheira consciente e económica, o meio de fabricar novos produtos. Este é um dos capítulos mais importante na economia doméstica e, por isso, as donas de casa não o deviam negligenciar. Deviam, antes, conhecer, minuciosamente, a arte de cozinhar mesmo que não a praticassem. Porém, uma vez por outra, deviam dedicar-se a esta arte para receber alguns conhecimentos que só a prática dá¹⁵¹.

Não eram apenas os excedentes das refeições que se podiam reinventar. Outros objectos, como agulhas quando partidas e, após mergulhadas pela parte mais grossa, uma ou duas vezes, em lacre derretido, transformavam-se em alfinetes de cabeça. Os restos de sabão quando derretidos em água e, após lhe ter sido adicionada uma porção de farinha para formar uma massa espessa, leva-se ao lume e perfuma-se com alguma essência, ainda quente deverá colocar-se em formas de folha, primeiramente untadas com parafina líquida ou azeite e, assim, se fazem sabonetes¹⁵².

Fizemos uma pequena alusão a algumas matérias focadas na revista e que apontam para o seu aproveitamento, num período em que a palavra de ordem era poupar, reutilizar, “do velho virar novo” e evitar o desperdício¹⁵³. Um princípio para aplicar, também, no vestuário, pois para tudo naquele período era preciso bom senso.

De acordo com Manuela de Castro, para uma senhora vestir-se mal era desolador, sobretudo num meio ao qual muitas vezes reconhece ser superior, mas onde os caprichos da fortuna quiseram dar-lhe um lugar secundário e que outras mulheres revelando falta de bondade procuram tornar ainda mais doloroso. A primeira atitude que uma mulher consciente deveria tomar era a de se afastar desses meios sociais pretensiosos, em que o espírito nada lucra, pois são os assuntos mais banais, que preocupam as vassalãs da moda. Mas como nem sempre se podiam libertar inteiramente destes meios, torna-se necessário contornar o orçamento com alguma proficiência. Para se apresentarem bem, nas diversas situações, aconselha-se a compra de algumas peças,

¹⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

¹⁵¹ NAMORADO, Maria Lúcia, *A mulher, dona de casa*, Lisboa, Edições Universo, 1943, p. 63.

¹⁵² Revista “Eva”, Março de 1942, p. 49.

¹⁵³ VAQUINHAS, Irene, GUIMARÃES; Maria Alice Pinto, *art. cit.*, p. 213.

nomeadamente, um fato de saia e casaco, se possível de um bom tecido, de cor escura e bem executado. Geralmente são bastante caros, mas com a vantagem de nunca estarem fora de moda. Não importava usar sempre o mesmo afinal, se uma vez vestiu bem, teria a certeza que nas próximas vezes vestiria bem também. Outra peça que não podia faltar no armário era um vestido de noite de cor preta e, a cada ano, podiam ser-lhe feitas algumas modificações, uma guarnição de strass, vidrilhos, uma renda, o que a moda ditar. O vestido de meia estação para visitas, esse sim, teria de ser substituído todos os anos. A juntar um casaco de agasalho, estas seriam as “toilettes” indispensáveis para uma burguesa de limitados recursos se apresentar sem embaraços no seu meio social¹⁵⁴. Afinal, uma mulher opulentamente vestida mas atormentada pela angústia que a sumptuosidade da “toilette” lhe despendeu, nunca poderia igualar-se aquela que de espírito despreocupado sorri e conversa alegremente¹⁵⁵.

Embora a falta de tecidos não se fizesse notar, não seria demais economizar neste aspecto, quanto mais não fosse para aplicar o seu benefício em favor da mesa, que era o grande problema de todas as famílias. Tratava-se de aproveitar, com êxito e, de forma a evitar novas despesas, por exemplo, os fatos, os sobretudos, dos maridos, dos pais ou filhos. Como, geralmente, os homens têm uma constituição bem maior que a da mulher seria fácil, com um pouco de engenho, fazer “toilettes” com as roupas, que por razões várias já não usam¹⁵⁶.

Além da reutilização dos tecidos outro ponto fundamental consistia no tratamento da roupa. Estas noções são abordadas nos manuais de economia doméstica e, também, na “Eva”. Aí encontra a dona de casa auxílio para executar tarefas como passar a ferro, tingir peças de roupa ou cuidar do fato do marido. Realizar estas tarefas com toda a mestria resultava muitas vezes numa economia. Note-se, o tratamento de um fato de homem, por ser caro, era um trabalho de responsabilidade que, bem executado faria com que este durasse mais, logo gerava-se uma poupança. Além disso, outras formas de fazer durar as “toilettes” seria, quando chegasse a casa, após ter levado à rua uma das suas melhores roupas ter o cuidado de a substituir por outra menos faustosa¹⁵⁷. Ou recorrer ao trabalho de malha para executar algumas peças como meias e camisolas¹⁵⁸, um ensinamento, aliás, muito presente nas páginas da “Eva”.

¹⁵⁴ CASTRO, Manuela de, *ob. cit.* pp. 126-127.

¹⁵⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 132-133.

¹⁵⁶ Revista “Eva”, Setembro de 1942, p. 19.

¹⁵⁷ CASTRO, Manuela de, *ob. cit.* p. 127.

¹⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p. 99.

Já mencionamos e, inclusive, citamos formas de contornar a falta de combustíveis, usufruindo de matérias que, a partida, iriam para o lixo. Na economia doméstica, era da maior importância o consumo de combustível para confeccionar os alimentos e, no entanto, poucos eram os lares onde este assunto estava devidamente tratado¹⁵⁹. À dona de casa, exclusivamente, cabia administrar a verba de despesas caseiras, a qual se pode dividir em duas partes. Sendo que da primeira a que, geralmente, se chamam gastos diários, além dos encargos com alimentação, limpeza e conservação da casa e seu recheio estão as despesas com combustíveis¹⁶⁰.

A “Eva” entendia que a dona de casa, ao verificar que o dinheiro destinado às despesas caseiras não era muito, resolve entregar-se a abstinências desagradáveis ou prejudiciais para a saúde e não se lembra que tem num consumo exagerado de combustível o grande tormento do seu dinheiro, da sua tranquilidade. Este desmando de ordem económica que, noutro tempo, era já lamentável, torna-se, naquele período, significativo, uma vez que, era necessário economizar tudo para o bem de todos¹⁶¹.

A “Eva” informa as suas leitoras que existem muitas maneiras de reduzir o consumo de combustível nas cozinhas e apresenta algumas formas fáceis de o fazer. Por exemplo, as vasilhas que servem para ir ao lume deveriam ser largas e tapadas hermeticamente para que o calor fosse melhor aproveitado. A prática de sobreposição de vasilhas que se adaptam umas às outras permite que no mesmo lume se possa, por exemplo, na primeira, ferver água, na segunda cozer legumes e, na terceira fazer arroz. Isto, apenas, quando se trata de alimentos que não possam ser cozinhados juntos. Por um sistema de grelhas ou vasilhas de fundo crivado é possível cozinhar, separadamente, duas ou mais variedades de legumes num só lume.

Para economizar carvão de sobro, bastava deitar sobre o lume um pouco de carbonato de soda, que lhe aumentaria o rendimento. Por este processo dez quilos de carvão iriam ter um rendimento correspondente a quinze quilos. Ao lume, quando este está prestes a apagar-se, borrifa-se com um pouco de água e ele reviverá, podendo ficar ateadado por mais algum tempo. Quanto à lenha, só na falta de carvão ou, para aproveitamento de madeira existente, deveria ser utilizada. Isto porque, o seu valor como combustível é muito inferior ao do carvão. Enquanto um quilo de lenha põe em ebulição vinte e sete litros de água, o mesmo peso de carvão vegetal faz ferver sessenta

¹⁵⁹ Revista “Eva”, Fevereiro de 1942, p. 47.

¹⁶⁰ NAMORADO, Maria Lúcia, *ob. cit.*, p. 57.

¹⁶¹ Revista “Eva”, Fevereiro de 1942, p. 47.

quilos e o mesmo peso de carvão de coque ferve sessenta e seis. Porém, quando se utiliza a lenha deve aproveitar-se as brasas e colocá-las numa vasilha bem fechada que, depois de apagadas, têm a mesma função que o carvão. Até mesmo as acendalhas podiam ser feitas pelas donas de casa para isso bastava derreter trezentas gramas de resina e quinze gramas de parafina sólida, misturar com quinze gramas de azeite, cem gramas de serradura de cortiça e setenta e cinco gramas de serradura de madeira. Depois de fria molda-se em pequenas bolas ou cubos bem comprimidos. Até papéis, sem utilidade, quando molhados e moldados em pequenas bolas serviam de “briquettes” aos fogões fechados.

M. Manuela de Mendonça narra o cenário vivido em sua casa perante a falta de combustíveis, dizendo que as fornalhas do fogão, logo que terminava o jantar, eram apagadas. Comenta a falta de petróleo para o fogareiro de bomba e salienta a criatividade da sua mãe que criou um pequeno fogão de serradura, para ferver rapidamente a água do chá nos serões familiares¹⁶².

Contudo, a “Eva” entende que a mulher forçada pelo dever profissional a permanecer afastada do seu lar grande parte do dia não tem nestas práticas de economia uma tarefa facilitada, isto caso, não tenha uma criada zeladora e bem intencionada. À percentagem de lucro sobre o combustível economizado, depois de conhecido o consumo habitual, em favor da cozinheira, serviria de estímulo para economizar em benefício próprio.

Um outro assunto abordado nesta secção foi o de saber escolher, comprando bem e depressa, numa época em que economizar nos recursos, tal como, no tempo era considerado um acto de moralidade¹⁶³. Era necessário economizar tempo e energias, sendo que, as donas de casa, mais do que ninguém, devem economizá-los. Porque “tempo é dinheiro” mas, mais ainda, é a própria vida. O tempo permitia-lhes trabalhar, produzir e viver. Aproveitar o tempo, economizá-lo é, além de empregá-lo utilmente, uma questão de método, de distribuição de trabalho. Em todos os trabalhos, a dona de casa pode perder ou economizar tempo, sendo que trabalhar com perfeição é poupar tempo, ainda que, se perca mais tempo, pois o bem feito conserva mais tempo a boa aparência. É com estes pequenos reparos que a dona de casa economizando tempo consegue que este seja suficiente para realizar todas as tarefas. A dona de casa, mais que ninguém devia economizar energias, pois não faltaram ocasiões em que tem de se

¹⁶² MENDONÇA, M. Manuela de, *ob. cit.*, p. 134.

¹⁶³ VAQUINHAS, Irene, GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *art. cit.*, p. 213.

socorrer nelas. Ela tem de saber manter-se firme e atenta no seu posto, mesmo quando surgem contratemplos de todas as espécies¹⁶⁴.

Comprar judiciosamente era difícil, porém “não basta abrir a carteira, é preciso abrir também os olhos”, escolher é uma obrigação das donas de casa¹⁶⁵. Escolher prudentemente os produtos e artigos alimentares é a base do bom aproveitamento dos mesmos. Saber comprar e comprar bem é uma das principais regras de economia¹⁶⁶, o que nem sempre significa comprar barato. Comprar bem é obter o máximo rendimento com a mínima despesa¹⁶⁷.

No que refere à carne, quando havia, a de vaca devia ser vermelha com a gordura muito branca; a de carneiro, menos vermelho, deve apresentar a gordura rija, branca e quebradiça, de uma maneira geral, a boa carne devia ser rija e não flácida e os ossos brancos, a que não fosse fresca seria dura. Quanto ao peixe, as donas de casa deviam optar por aquele que tem os olhos abertos, transparentes, brilhantes e cujos ouvidos não estejam num tom rosa muito vivo. Se o olho não estiver duro e, se está deformado o peixe não é fresco. Nas saladas a primeira qualidade é a frescura, portanto as donas de casa não deveriam optar por comprar as que têm as folhas amarelas e molhadas, mas antes, as que têm folhas verdes e rijas. O estarem demasiadamente molhadas indica a presença de bichos dentro. Deixamos aqui alguns dos produtos que a “Eva” ajuda as donas de casa a seleccionar, contudo destaca outros, nomeadamente, manteiga; frutas; especiarias; legumes, crustáceos e, por fim, animais de criação¹⁶⁸.

Estas foram as propostas da “Eva” para equilibrar o orçamento e, mormente, superar as dificuldades da economia de guerra, ainda que outras existissem. Referimo-nos, por exemplo, ao aproveitamento do quintal, que bem usufruído poderá ser uma fonte de receita. Nele as donas de casa podiam instalar um tanque para lavar, uma capoeira com duas ou três galinhas tirando partido dos ovos e, em dia de grande festa sacrificar um dos animais, além disso, podiam cultivar algumas plantações de acordo com a época do ano¹⁶⁹.

Em tempos difíceis, como o que se vivia, era necessário suportar com resignação as contrariedades, e saber tirar partido dos obstáculos ou, não fossem as dificuldades

¹⁶⁴ NAMORADO, Maria Lúcia, *ob. cit.*, pp. 64-66.

¹⁶⁵ Revista “Eva”, Maio de 1942, pp. 18-19.

¹⁶⁶ NAMORADO, Maria Lúcia, *ob. cit.*, p. 61.

¹⁶⁷ *Idem, Ibidem*, p. 167.

¹⁶⁸ Revista “Eva”, Maio de 1942, pp. 18-19.

¹⁶⁹ CASTRO, Manuela de, *ob. cit.* pp. 98-99.

materiais que muitas vezes obrigam a descobrir e desenvolver faculdades e valores dos quais nunca se apercebiam se estas não existissem¹⁷⁰.

2.2 – A “Eva” e o fim da Guerra

Se o início e o decorrer da guerra motivaram a criação de reportagens e, conseqüentemente, o aparecimento de rubricas dedicadas ao assunto ou às suas conseqüências, o final da guerra, também foi assunto focado na revista. Como mencionamos, a reportagem de guerra continuará a publicar-se, porém, outros destaques serão dados.

O fim do conflito motiva o aparecimento de artigos, como o do colaborador Rogério, que refere ter terminado a guerra na Europa, mas o mundo sangrava ainda e sofreria durante anos dessa miserável epopeia que se chama guerra não havendo vitória que conseguisse apagar a visão de horror que o mundo presenciou, não existindo paz que compensasse o sacrifício realizado¹⁷¹.

O momento que se atravessava era também de regresso. Regresso à pátria dos muitos refugiados que deixaram o seu país fugindo ao conflito. Assim, Renée de Charmoy, colaboradora da “Eva”, que deixou a França para se refugiar durante quatro anos em Portugal, estava agora de partida. Num artigo da sua autoria, onde se despede de Portugal, diz ter feito “verdadeiros” e “incomparáveis” amigos e salienta a bondade e afectuosa amabilidade do povo português. Lamenta, apenas, que, em Portugal, se conhece mal o seu povo e, sobretudo, a mulher francesa. Estas mulheres, muitas vezes pobres, têm pudor de não mostrar a sua luta quotidiana contra a má sorte que não larga o casal unido. E então mentem, e nessa mentira são, por vezes eloquentes. É possível observar num salão uma mulher muito “chic”, mas esse “chic” é pago pelo costureiro para que ela mostre ao Paris “snob”. Podemos vê-la em casa de uma amiga rica a tomar chá e pensam as mães de família estrangeiras que esta mulher frívola corre o dia todo para a costureira e a modista. Mas Renée atenta que estas mulheres, consideradas frívolas, têm, por vezes, dois ou três filhos, não têm criada, muitas vezes, vestem-se como uma mulher-a-dias, cozinham, levam as crianças à escola. Trabalham desde cedo até à hora em que, fingindo divertir-se, trabalham ainda, pois se vão a casa de gente influente é porque podem encontrar gente que ajude na carreira do marido. Refere que

¹⁷⁰ *Idem, Ibidem*, p. 93.

¹⁷¹ Revista “Eva”, Junho de 1945, p. 28.

esta é a mulher parisiense e, ao lado desta, há a mulher rica, mas que em 1914 soube vestir a blusa de enfermeira e que, em 1940, repetiu esse acto. E, se a mulher francesa acabava de conquistar o direito ao voto, fazendo mudar o antigo equilíbrio do país, não muda, de maneira alguma, o seu carácter e a sua maneira de viver. Para a colaboradora da “Eva”, a melhor forma de não partir completamente de Portugal foi fazer conhecer a verdadeira “visage” da parisiense, tão pouco diferente do da portuguesa¹⁷².

A grande iniciativa da “Eva”, que marca o pós-guerra, é a viagem de Carolina Homem Christo, a França. A jornalista e directora da revista foi a primeira jornalista portuguesa a pisar o solo francês desde o início do conflito. Acentua que, apesar do termo da guerra, o acesso a França não é fácil e, por isso, a viagem com o mundo num estado, ainda, caótico representa um esforço extraordinário, que só o desejo de manter a “Eva”, sempre em primeiro plano justifica¹⁷³. Todo o cenário vivido pela directora nesta viagem foi narrado em reportagens publicadas em vários números.

O tempo de paz inspirou, também, o número de Natal de 1945, que a “Eva” dedicou aos vencedores da guerra. Assim, numa só publicação foram reunidos elementos de literatura, de arte, de usos e de costumes dos quatro grandes vencedores da guerra: Inglaterra, França, América e Rússia¹⁷⁴.

¹⁷² Revista “Eva”, Maio de 1945, p. 33.

¹⁷³ Revista “Eva”, Setembro de 1945, p. 17.

¹⁷⁴ Revista “Eva”, Novembro de 1945, p. 30.

Capítulo 3- Dona de casa, esposa e mãe

3- A ideologia estadonovista do regresso da mulher ao lar e os seus instrumentos mobilizadores

As ditaduras que eclodiram na Europa do Sul durante o período entre as duas guerras têm em comum a doutrinação e a mobilização das mulheres como uma questão ideológica e política¹⁷⁵. Instauradas na sequência de processos de democratização e de emergência dos movimentos feministas e perante um aumento significativo das mulheres no mercado de trabalho, defendem o regresso da mulher ao lar, a maternidade, e um determinado modelo de família ao mesmo tempo que se debateram com a questão da integração das mulheres na alçada política¹⁷⁶.

Tratava-se de uma linha de pensamento evidenciada por António Oliveira Salazar, numa conferência realizada em 1933, na Associação Comercial do Porto, onde este refere: “O trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas”¹⁷⁷.

Foi no decurso do século XIX que a divisão do trabalho, tendo por base o sexo, se afirma como elemento constitutivo da ideologia da emergente sociedade burguesa onde a progressiva especialização da actividade económica se restringe à alçada masculina, reservando-se à mulher a esfera doméstica e privada, ao mesmo tempo que a família se consolida como unidade de reprodução e de consumo. Neste período formalizou-se e estabeleceu-se a ideologia da domesticidade que irá assumindo contornos distintos à medida que incorpora novas funcionalidades, adequando-se às exigências do progresso social. As identidades de género são fortemente vincadas e separadas, traçando aspirações distintas. O desenvolvimento económico e a política liberal ajudaram à consolidação do padrão masculino do chefe de família e provedor da economia familiar. Este modelo será legitimado pelo aparelho jurídico e pelos discursos religioso e científico. Os principais argumentos apoiam-se no discurso da medicina, uma ciência dominada por um vasto conjunto de estereótipos sobre a natureza feminina, encarando-se a mulher como determinada pelo sexo e caracterizada, em termos físicos e

¹⁷⁵ NEVES, Helena; CALADO, Maria, *ob. cit.*, p. 7.

¹⁷⁶ COVA, Anne; PINTO, António Costa, *o Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa*, Edições Cosmos, 1997, p. 71.

¹⁷⁷ GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *ob. cit.* p. 87.

morais, pela fragilidade e sensibilidade, condicionada a um destino biológico e social evidente, isto é, a maternidade. Caracterizando como débil o organismo da mulher devido aos órgãos delicados, a uma fraca estrutura óssea, a tecidos moles e esponjosos e a nervos bastante ramificados, o que explica a sensibilidade e o predomínio da emoção sob a razão e, sujeita a indisposições periódicas que condicionam o seu humor, a mulher é nesta altura considerada como portadora de uma fisiologia patológica¹⁷⁸. A este discurso junta-se o da religião, sendo o modelo católico feminino o da esposa e mãe, encarregue de manter a fé e protectora da religião no seio da família. Assim, a questão da domesticidade resultava das duas principais fontes de poder e da autoridade do século XIX, a medicina e a religião católica, sendo juridicamente legitimada pelo direito¹⁷⁹.

A ideia da diferença de género renasce com o Estado Novo e, mais propriamente, com a Constituição de 1933, que enuncia a igualdade dos cidadãos perante a lei e a “negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social”. Contudo, este princípio vinha acompanhado de um artigo: “salvo, quanto às mulheres, as diferenças da sua natureza e do bem da família”¹⁸⁰. Assim, o Estado Novo seguirá o pensamento oitocentista de que as mulheres se situam do lado da “natureza” e os homens do lado da cultura. Mantendo-se seguidor das mensagens da Igreja Católica nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931), onde a “natureza” preestabelece às mulheres que fiquem no lar com a finalidade de educar os filhos e de se dedicarem às tarefas domésticas. Através da constatação de que homem e mulher não partilham da mesma força física, a encíclica expressava: “Existem trabalhos menos adaptados à mulher, que a natureza destina antes aos trabalhos domésticos”. Quarenta anos depois, a encíclica *Quadragesimo anno* enuncia: “É em casa antes de mais, ou nas dependências da casa, e entre as ocupações domésticas, que se encontra o trabalho das mães de família”. A mulher foi gerada para ser mãe, foi a “natureza” que assim decidiu. O Salazarismo acrescenta que deve ser uma mãe devota à pátria e ocupar-se do “governo doméstico”¹⁸¹.

¹⁷⁸ VAQUINHAS, Irene, “*Senhoras e Mulheres*” na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*”, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 22.

¹⁷⁹ VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *art. cit.*, pp. 196-198.

¹⁸⁰ PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 29.

¹⁸¹ COVA, Anne; PINTO, António Costa, *art. cit.* p. 72.

Na publicação “Economia Doméstica”, lançada em 1945, pelo Secretariado de Propaganda Nacional, estabelecia-se a semelhança entre a arte de gerir a casa e a de gerir o Estado. Um argumento que realça o carácter ténue das fronteiras entre o privado e o público. As mulheres podiam entrar no espaço público argumentando que cuidavam das suas famílias de forma exemplar e que devido a essa experiencia, estavam à altura de desempenhar funções públicas, partindo do pressuposto que o Estado não é mais que um conglomerado de famílias¹⁸². Porém, no processo de socialização política a mulher é largamente afectada, desde logo pelo machismo, pela dominação masculina e pela atribuição a cada sexo de papéis bem definidos e separados. A política não era assunto discutido entre marido e mulher, pois este tema era considerado um assunto de homens. Além disso, outro factor que dificultava o acesso à informação era o elevado analfabetismo feminino impeditivo de acesso à informação a não ser pela rádio e televisão¹⁸³.

O Estado Novo reenvia, assim, à ideologia consolidada sobre a “diferença natural dos sexos”, que aponta para o princípio da dissemelhança e da complementaridade dos papéis próprios à mulher e ao homem. Perante este pensamento as funções atribuídas ao homem e à mulher não seriam idênticas, antes se complementariam como refere a encíclica *Casti Connubii* que enuncia que na família “o marido é a cabeça, a mulher o coração”. O Estado Novo pretendia a complementaridade dos cônjuges como forma de garantir a estabilidade da família, que se evidenciava dos direitos individuais. Pois a família era “a fonte da conservação e do desenvolvimento da raça” e o “fundamento de toda a ordem política”, constituindo o elemento que assegurava o bom funcionamento da sociedade e a sua “regeneração”. A encíclica *Rerum Novarum* enunciava a primazia e anterioridade da família relativamente à sociedade civil¹⁸⁴.

Se no período oitocentista coube à medicina e à religião católica a legitimação da domesticidade, durante o regime estadonovista esta questão será reforçada pela escola, sobretudo, no âmbito da reforma do sistema educativo impulsionada por Carneiro Pacheco, em 1936, pela obrigatoriedade do livro único para cada classe do ensino primário¹⁸⁵.

¹⁸² *Idem, Ibidem*, p. 72.

¹⁸³ LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco, *Mulheres para além do seu tempo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p. 115.

¹⁸⁴ COVA, Anne; PINTO, António Costa, *art. cit.*, pp. 72-73.

¹⁸⁵ VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *ob. cit.*, p. 198.

O Livro da Primeira Classe, que figurou como livro único durante décadas, apresenta a abrir, antecedendo os textos, duas páginas de gravuras com meninas e no final, duas páginas com gravuras de meninos. Nas duas páginas que antecipam o texto as imagens ilustram meninas a lavar a roupa, a varrer, a passar a ferro, a estender massa com o rolo, a cozinhar, a lavar o chão, a pôr a mesa, a dar o biberão ao bebé, a passeá-lo no carrinho e a regar as flores do jardim. Nas páginas finais do livro, figuram os trabalhos e os dias dos meninos na carpintaria, na pesca, a colher os frutos do pomar, na jardinagem, a tocar música, a pintar em cavalete e a dar comida aos pássaros. Estas representações retratam a ordem social que se entendia ser a natural, isto é, cada um desempenhava os papéis que lhe cabiam. À mulher estava confiado o espaço privado, ou seja, o lar, os filhos e o bem-estar do marido. Quanto aos elementos do sexo masculino estava destinado o espaço público de que fazia parte o trabalho produtivo e, inclusive, o ócio¹⁸⁶.

A escola vai produzir e, mais tarde, reproduzir um modelo de sociedade, cujos valores não devem violentar, mas antes, forjar as consciências. Daí a modelo “A Escola oficina de almas”, o espaço de socialização que contaminará os restantes espaços sociais, o lar, ou seja, a família, o trabalho e a organização corporativa. O ensino do Estado Novo rompe com a ideologia republicana e assume, principalmente a partir de 1930, a não neutralidade da Escola, quando os valores “Deus, Pátria, Família” surgem como questão das lições do regime e da lição de Salazar. Neste seguimento, era preciso, como refere Carneiro Pacheco, a formação e selecção do pessoal docente para o tornar apto a ajudar os pais a moldar a “cera sensível e plástica que é o cerebrosinho da criança” e criar o “homem novo” português¹⁸⁷. O processo de ideologização de que se reveste o ensino está presente nos manuais, nas imagens, nas actividades escolares e extra-curriculares e apresenta como vertentes o nacionalismo, a religião, a moralização, o culto ao chefe, a obediência aos superiores, a imobilidade social, o espírito corporativo e a diferenciação dos papéis sexuais¹⁸⁸.

Foi neste sentido que foram criadas a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães para a Educação Nacional. A MP foi instituída a 19 de Maio de 1936 com a finalidade de abranger “toda a juventude, escolar ou não” e destinava-se a “estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à

¹⁸⁶ NEVES, Helena; CALADO, Maria, *ob. cit.*, p. 26.

¹⁸⁷ PIMENTEL, Irene Flunser, *ob. cit.*, p. 74

¹⁸⁸ NEVES, Helena; CALADO, Maria, *ob. cit.*, p. 27.

Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”. A criação desta organização foi o último grande projecto político do Estado Novo antes da eclosão da segunda Guerra Mundial¹⁸⁹.

Depois da criação da MP, Pacheco Carneiro é responsável pela fundação de mais uma organização, em 1936, desta vez, dirigida às mulheres, a OMEN. Os seus estatutos, regulamentados em 1936, evidenciam as funções que pretendia desenvolver, nomeadamente, “estimular a acção educativa da família”; “assegurar a cooperação entre esta e a escola” e “preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais”. Quando a junta central da OMEN foi apresentada, em 11 de Julho de 1936, a vice-presidente da direcção, Maria Guardiola, esboça os propósitos ideológicos da organização, insistindo na tradição como questão basilar da “obra de ressurgimento nacional”. No seu entender, a acção danosa de algumas teorias corruptoras tinha destruído o conceito tradicional de família portuguesa. E, como tal, cabia à OMEN recuperá-la “nos seus conceitos de amor de Deus e da Pátria, do respeito pela família, do amor ao trabalho e na aceitação do cultivo daquelas virtudes que aureolaram as frentes das nossas mães e fizeram delas os anjos tutelares da família”. A missão fundamental desta organização era fazer actuar, no campo feminino, o projecto político salazarista de dissolução das classes no seio da “comunidade nacional” e atribuir a cada um a sua função e, conseqüentemente, o seu lugar¹⁹⁰.

Importa, também, salientar a criação da Mocidade Portuguesa Feminina no âmbito da OMEN. A organização fundada a 8 de Dezembro de 1937 propunha-se “estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social no amor de Deus, da Pátria e da Família”. Através da “educação moral, cívica, física e social” pretendia formar, desde a infância, a “nova mulher”, boa católica e portuguesa, futura mãe e esposa obediente. Para o Estado Novo, a mulher era o alicerce da família, ficando-lhe reservado o papel de educadora dos filhos e o serviço da caridade, substituto da quase nula política de assistência social¹⁹¹. A MPF promovia culturalmente as fronteiras determinadas pela natureza onde a diferença era entendida não como discriminatória, mas antes como complementaridade. Daí o acautelar de corrupções que adviriam de

¹⁸⁹ KUIN, Simon, “Mocidade Portuguesa”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 607-608.

¹⁹⁰ PIMENTEL, Irene Flunser, *A cada um o seu lugar: A política feminina do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2011, pp. 204-214.

¹⁹¹ PIMENTEL, Irene Flunser, “Mocidade Portuguesa Feminina”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 609, vol. II.

desvios para militaristas e físicos na formação da juventude feminina e a precaução em definir o carácter não miliciano da MPF e o género de desporto favorável às futuras esposas e mães. Esta organização abrangia obrigatoriamente as jovens portuguesas estudantes ou não, desde os 7 aos 14 anos, bem como as que frequentavam o primeiro ciclo dos liceus, seja no ensino oficial como no particular, e voluntariamente, as restantes, até ao ingresso no corpo do serviço nacional ou até ao casamento se este se realizasse antes¹⁹².

Além disso, o Estado Novo criou fundamentações originais, particularmente eficazes na diferenciação educacional dos sexos, elaborando um discurso que vê a separação como uma mais-valia para o sexo feminino. É a partir das alterações legislativas no ensino primário que se desenvolve a produção e a reprodução dos papéis sexuais a que Carneiro Pacheco designará por “educação integral da mulher”. Os direitos da mulher são enformados pelo “bem da família” tanto quanto pela natureza feminina. O bem da família e, conseqüentemente, da nação, pressupõe uma entrega total. Devido à “natureza” e à exigência da consolidação familiar e da pátria, cuidar, poupar e a maternidade representam o expoente máximo na vida da mulher. A escola assume-se como principal veículo de instrumentalização e de mobilização femininas, onde o princípio de formação específica para as meninas é enunciado desde os primeiros textos. Esta orientação é contemplada no plano espacial, com a separação dos sexos, e no plano curricular, com exigências menores ao nível da instrução geral e com o estabelecimento de curricula específicos. Estabelecem-se as disciplinas de Economia Doméstica e a de Trabalhos Manuais. A mesma pedagogia é sustentada nos livros escolares cujos textos mencionam meninas exemplares. Temos o caso da Filomena que, em debate, na sala de aula, com os projectos profissionais das colegas, se diferencia de uma menina que quer ser professora e de outra que “gostava de ser missionária para ajudar os pretinhos” ao dizer “ Pois eu... quero ser dona de casa como a minha mãe!”¹⁹³.

A imagem da mulher nos manuais escolares situa-se entre o mito e o gineceu doméstico. A família é concebida como base para a educação e sustento dos filhos conduzida pelos rígidos valores do patriotismo e da religião. A imagem da criança é a de um ser afável e sem vontade própria, que deve ser obediente. Quanto às relações pai e mãe, são descritas, nestes manuais, como quase inexistentes, exceptuando na base dos filhos e respectiva educação. Os manuais escolares exprimem uma ideologia retrógrada

¹⁹² NEVES, Helena; CALADO, Maria, *ob. cit.* pp. 58-60.

¹⁹³ *Idem, Ibidem*, pp. 28-30.

comparados com as revistas de larga divulgação como a “Ilustração Portuguesa”, a “Voga” ou a “Eva”¹⁹⁴.

Além do ensinamento familiar, que se materializava na figura materna, cuja filha devia observar e tomar como exemplo, bem como da instrução escolar, existe um conjunto de obras formativas com o intuito de ensinar a mulher e a jovem que ambiciona contrair matrimónio e constituir família. Este tipo de literatura começa a divulgar-se em Portugal a partir de 1830, mas, na sua maioria, são obras estrangeiras que foram adaptadas à realidade portuguesa. A produção deste género bibliográfico deu-se, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, a par do aparecimento, como já vimos, da imprensa periódica feminina ou das páginas femininas nos jornais¹⁹⁵. Estas obras apresentavam modelos de comportamento feminino para adoptar tanto no seio familiar como na esfera pública. Daqui resultam três tipos principais de texto: os de carácter ensaístico e vincadamente pedagógicos da acção feminina, isolados ou incluídos em colecções destinadas à formação feminina; os contos, que através das personagens, recriam bons ou maus exemplos que as leitoras devem, ou não, seguir e, por fim, os artigos que vão surgindo na imprensa destinados à transmissão de conhecimentos úteis à mulher, em particular, enquanto esposa, mãe e dona de casa¹⁹⁶.

Contudo, estas obras não chegavam a todo o universo feminino, predominando, sobretudo, nos meios urbanos e nas elites locais, que proporcionaram a alfabetização às suas filhas, para além de manterem hábitos de leitura e terem capacidade financeira para adquirir uma biblioteca, mais ou menos, recheada de obras nacionais e, nos casos de famílias mais abastadas, de obras estrangeiras. Quanto às raparigas de origem mais modesta dificilmente adquiriam este tipo de literatura, preferindo antes, quando as suas capacidades literárias e os meios disponíveis o permitiam, comprar ou trocar títulos de carácter mais popular. Nestes casos, a aprendizagem resultava, largamente, da prática absorvida perante as exigências do dia-a-dia, que desde cedo apareciam nas suas vidas¹⁹⁷.

Se, nas suas origens, eram redigidos, essencialmente, por elementos da burguesia ou da aristocracia, mais tarde, o Estado Novo vai servir-se dos saberes domésticos do restrito grupo de mulheres de condição elevada, para escreverem

¹⁹⁴ BARREIRA, Cecília, *História das nossas avós: Retrato da Burguesa em Lisboa*, Lisboa, Edições Colibri, 1992, p. 52.

¹⁹⁵ VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *art. cit.* p. 204.

¹⁹⁶ GUINOTE, Paulo, *ob. cit.*, p. 74.

¹⁹⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 76-77.

pequenos livros para usar em campanhas oficiais e solicitando a sua colaboração nas acções pedagógicas dirigidas aos mais desfavorecidos¹⁹⁸.

A obra, *A Educação da Mulher e a alegria no Lar*, da autoria de Manuela de Castro, pode inserir-se nesse rol de obras, uma vez que a autora a dedica a todas as mulheres em geral, mas especialmente à MPF. Logo no preâmbulo, com uma só frase introdutória, sintetiza uma das mensagens do Estado Novo ao escrever, “Educar a mulher do futuro é preparar a argamassa que irá cimentar os alicerces de uma nação nova”¹⁹⁹.

No campo da produção escrita destaca-se, ainda, a imprensa da MPF, cujos boletins e revistas constituem instrumentos fundamentais no processo de inculcação ideológica e da mobilização política das jovens pelo regime²⁰⁰.

3.1 – A dona de casa

Maria Lamas situa no conjunto de domésticas todas as mulheres, independentemente da sua classe, que não exercem qualquer profissão. Este estatuto “equivale e viver no âmbito limitado do lar (...) absorvida pelos problemas familiares, desligando-os dos grandes problemas gerais (...)”²⁰¹.

À mulher restavam apenas dois caminhos: ou aceitar as circunstâncias da sua vida, caindo numa espécie de apatia espiritual e mental, situando-se, apenas, entre as diversas preocupações domésticas do dia-a-dia ou, não conseguir anular as suas aspirações, permitindo o crescimento de uma revolta que não consegue controlar e lhe transforma a vida numa angústia. Com isto, a autora não pretende defender que a mulher deva desinteressar-se pela organização do lar ou da vida familiar, sobretudo, no que refere à criação e educação dos seus filhos. Apenas adverte que isolando a mulher no lar, circunscrevendo-a, somente, às tarefas domésticas, considerando incompatível a sua função de esposa e mãe com a sua realização pessoal, não se contribui para a valorizar ou tornar feliz²⁰².

Virgínia de Castro e Almeida é quem revela uma posição mais crítica face à condição feminina chamando às mulheres, “(...) Gatas-borracheiras como o cérebro

¹⁹⁸ VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *art. cit.* p. 204.

¹⁹⁹ CASTRO, Manuela de, *ob. cit.*, p. 13.

²⁰⁰ NEVES, Helena; CALADO, Maria, *ob. cit.* p. 74.

²⁰¹ LAMAS, Maria, *ob. cit.* p. 447.

²⁰² *Idem, Ibidem*, p. 447-448.

vazio, que esperam, sentadas na lareira e com estremecimentos mórbidos, a hipotética aparição do príncipe encantado; (...) animais de carga ou de reprodução, rodeadas de filhos que não sabem criar nem educar, (...)”²⁰³.

Alguns historiadores têm demonstrado uma certa indiferença perante a dona de casa e a sua função social, vendo com alguma suspeição a possibilidade das tarefas domésticas poderem constituir matéria científica passível de análise académica. Entendem que as actividades domésticas fazem parte do rol de matérias aparentemente sem história, estigmatizadas pelo seu carácter repetitivo e anónimo, diluindo-se na imperceptível rotina diária²⁰⁴.

Porém ao analisar a “Eva” e, após, cruzar a sua informação com outras obras, nomeadamente, alguns manuais de Economia Doméstica, percebemos que a organização do lar não era concebida como uma simples tarefa integrante do quotidiano da mulher. A complexidade desse trabalho fica demonstrada nas palavras de Manuela de Castro quando esta sintetiza: “O papel da mulher na vida da sociedade parece às vezes insignificante aos olhos dos frívolos, por ser humilde e recolhido; mas, no recato do seu lar, a acção da mulher pode ter o mais alto significado (...)”²⁰⁵.

Mais longe vai Paulo Combes ao afirmar, que salvo as devidas proporções, a tarefa de uma dona de casa é ainda mais importante do que a de um Chefe de Estado, visto que este é auxiliado pelos ministros. Enquanto a dona de casa tem de ser o próprio ministro das suas finanças, embora com o marido a dirigir o orçamento das receitas, só a ela cabe resolver o problema do equilíbrio da receita com as despesas²⁰⁶.

Gerir e organizar o lar doméstico parece ser uma ciência que exige método e rigor. Daí a criação de alguns cursos de ensino doméstico e, por exemplo, da Escola Técnica de Formação de Donas de Casa, uma iniciativa da “Eva”, mas de que, infelizmente, não conseguimos reunir mais informação²⁰⁷.

Maria Lúcia Namorado, que colaborou durante vários anos com a revista “Modas & Bordados”, na sua obra intitulada “A mulher, dona de casa”, insiste na necessidade de se criarem cursos obrigatórios para as jovens de todas as classes sociais. Nesses cursos seriam ministrados conhecimentos de carácter teórico e prático, nas áreas que as donas de casa e as mães deveriam conhecer, desde culinária, costura, economia

²⁰³ BARREIRA, Cecília, *ob. cit.* p. 55.

²⁰⁴ VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *art. cit.* pp. 194-195.

²⁰⁵ CASTRO, Manuela de, *ob. cit.* p. 9.

²⁰⁶ COMBES, Paulo, *O Livro da Dona de Casa*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1921, p. 18.

²⁰⁷ Revista “Eva”, Abril de 1945, pp. 26-52.

doméstica, puericultura, enfermagem, educação infantil, psicologia e moral. Deveria funcionar em todas as aldeias, vilas e cidades e estariam divididos em dois ou três graus de desenvolvimento, correspondentes ao meio social e à capacidade das alunas a que se destinassem, sendo, no final, fornecido um diploma, sem o qual nenhuma rapariga pudesse casar. A autora confessa que certamente muitos se iriam rir do referido diploma mas, sublinha que, quem se tem debruçado sobre o assunto, reconhece que este evitaria muitas infelicidades e conservaria intactos muitos lares que se desfazem²⁰⁸.

Refere também que este diploma garantiria a muitas mulheres o “pão de cada dia”, pois seria o melhor atestado de competência para criadas, para governantes, para preceptoras, entre outras actividades²⁰⁹.

Ao contrário do que vulgarmente se pensava, não era só a mulher pobre que se devia dedicar aos trabalhos domésticos, embora precisasse mais do que qualquer outra conhecer esses assuntos, porque tem de resolvê-los pessoalmente e quase sempre sozinha. Todavia, a remediada e a rica também devem conhecê-los, porque fazem parte da vida de toda a gente e, sobretudo, porque podem guiá-la no sentido da felicidade ou da desgraça. Num lar mal governado ou sem governo reinava a confusão e o desequilíbrio que criavam, motivos de discórdia, mas o lar bem dirigido possui uma das condições essenciais para ser feliz. Para que um lar fosse bem gerido contribuía em primeiro lugar, a existência de alguém para o organizar e dirigir, em segundo, que esse alguém saiba executar as tarefas. Ou seja, era essencial que todos os lares tivessem a sua “dona” e que ela não fosse apenas de nome, mas de facto. Esta só seria dispensável se tivesse alguém que a substituísse dignamente e, apenas, no que refere a assuntos da administração da casa ou a assuntos meramente materiais. Pois a soberania moral pertence-lhe sempre e exclusivamente a não ser que “consinta em anular-se como a mais inepta das criaturas”²¹⁰.

Foi para nós bastante legitimador da realidade que temos vindo a gizar o inquérito, realizado por Cecília Barreira, a algumas personalidades de reconhecido mérito, na sua obra “Confidência de Mulheres: anos 50-60”. No questionário delineado para as senhoras foi feita a pergunta “Qual a profissão dos seus pais?” e, sendo em parte este o nosso objecto de estudo, as respostas não nos surpreendem. Das 33 inquiridas, 24

²⁰⁸ NAMORADO, Maria Lúcia, *A mulher, dona de casa*, Lisboa, Edições Universo, 1943, p. 7.

²⁰⁹ *Idem, Ibidem*, p. 8.

²¹⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 8-9.

revelaram que sua mãe era dona de casa; 4 não referem a ocupação e, por fim, 5 revelaram que mãe trabalhava fora do lar²¹¹.

Das que se inserem no último grupo, exerciam as profissões de professora primária tal como o seu marido, progenitores e, avô; atriz de teatro, uma vez que, já descendia de uma família de actores; funcionária dos arrais, ajudante do marido na empresa familiar e uma dona de casa que, embora tivesse frequentado a universidade, só entrou no mundo do trabalho após ficar viúva²¹².

Algumas das inquiridas, cujas mães se ocupavam das tarefas do lar, respondem de forma bastante curiosa à questão. Vejamos o caso da escritora Fernanda Botelho, “minha mãe consagrou-se muito senhora-da-sua-casa, não sei no entanto se muito a seu contento: detestava a domesticidade e os trabalhos caseiros, mesmo aqueles em que era exímia”²¹³. Outra resposta interessante é a da escritora, Eduarda Chiotte, ao dizer “ (...) minha mãe, tão aristocrata, tão família menina, tão irmã (apenas) de mais velha formada em Medicina – especialista em doenças pulmonares e pediatra -; minha mãe, repito, tão filha de senhora anarquista, professoral e douta, só conheceu, de alvoradas e militares milícias, as fraldas...as criadas e tachos.”²¹⁴. Para terminar, Rose Nery Nobre de Melo de Sttau Monteiro profere “ (...) minha mãe lia romances, fazia bordados, dirigia a casa através das criadas. Estava ainda a seu cargo a educação dos filhos, sendo impensável qualquer actividade fora de casa.”²¹⁵.

Todavia, estes dados não podem ser generalizados, uma vez que, algumas mulheres, devido ao seu estrato social, desempenhavam tarefas profissionais. Algumas podiam exercer a sua actividade, ainda, nos limites do seu lar. Referimo-nos às professoras de escolas particulares ou costureiras. Outras, sobretudo mulheres de camadas populares com menores recursos, desempenhavam funções fora do lar, sobretudo as operárias mas, também, lavadeiras, vendedeiras e serviçais²¹⁶.

Existem outros casos, ainda, onde a mulher se liberta do estereótipo da dona de casa e, na falta do seu pai ou marido, assume a responsabilidade da casa, dos negócios e, inclusive, da profissão do antigo chefe de família²¹⁷.

²¹¹ BARREIRA, Cecília, *Confidencias de Mulheres: anos 50-60*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 91-413.

²¹² *Idem, Ibidem*.

²¹³ *Idem, Ibidem*, p. 121.

²¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 166.

²¹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 269.

²¹⁶ GUINOTE, Paulo, *ob. cit.* p. 100.

²¹⁷ LAMAS, Maria, *ob. cit.* p. 451.

3.2 – A organização do lar

<i>Mostra boa cara a todos, Esconde da tristeza o véu. Nunca digas em voz alta: - “A escrava, em casa, sou eu...”</i>	<i>Não abras cartas alheias E afastarás mil sarilhos. Com conta, peso e medida Alimenta, bem, teus filhos.</i>	<i>Acorda sempre o teu esposo Se acordares a primeira. Evitarás que ele pense: “Lá me vai à algibeira...”</i> ²¹⁸
---	--	--

Se as leitoras da “Eva” seleccionassem as páginas da revista alusivas à organização do lar, sob o ponto de vista moral, intelectual, estético e educativo, essa selecção resultaria, com certeza, num manual de economia doméstica.

Neste ponto pretendemos abordar, como na prática, a mulher se deveria ocupar da casa e dos elementos que nela habitam. Como já referimos, a tarefa da mulher, enquanto dona de casa, assemelhava-se quase a uma ciência, dado o rigor e a minúcia com que deveria ser executada. Paulo Combes tece um juízo bastante claro, acerca dessa complexidade, numa passagem da sua obra: “muitas donas de casa sentem uma verdadeira repugnância pelo cuidado com essas minuciasinhas. Parece que temem dar nelas a evidência de um espírito tacanho, e imaginam que, não ligando importância a tais bagatelas, manifestam uma superior inteligência. Pois o que é positivo é exactamente o contrário”²¹⁹.

Dentro do lar nenhum pormenor era deixado ao acaso, nem mesmo a indumentária da dona de casa, uma vez que, os trabalhos caseiros não são incompatíveis com a higiene, nem mesmo com a elegância. Maria Lúcia Namorado traça a imagem que muitos ainda tinham da mulher que trata da casa “esguedelhada, arremangada, chinelandando e limpando as mãos encardidas à ponta do mísero avental”²²⁰. Desta forma, a “Eva” lembra as leitoras que os aventais e bibes que a moda apresenta, para executar trabalhos caseiros, de “atelier” ou de jardinagem, são tão elegantes que se tornam muito apreciados²²¹. A par dos variados figurinos que sugere, alerta as leitoras para que procedam com lógica na escolha dos tecidos para este tipo de vestuário e, apresenta alguns modelos de bibes para crianças²²². A imagem da mulher de avental, que até meados do século XIX era impensável, inverte-se durante o Estado Novo quando a mulher se transforma na guardiã do lar²²³.

²¹⁸ Revista “Eva”, 16 de Setembro de 1939, p. 22.

²¹⁹ COMBES, Paulo, *ob. cit.* p. 24.

²²⁰ NAMORADO, Maria Lúcia, *ob. cit.* p. 85.

²²¹ Ver anexo XIV.

²²² Revista “Eva”, 8 de Abril de 1939, pp. 18-19.

²²³ VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *art. cit.* p. 210.

Como refere Maria Lúcia Namorado, o método é “o grande auxiliar dos que trabalham”. Desta forma, o trabalho tornava-se mais fácil e, logo, mais rápido e agradável. Todas as donas de casa deveriam procurar ser metódicas, para assim, evitarem muitos dissabores²²⁴. Esta obsessão pelo método desencadeou uma calendarização das tarefas a desempenhar pelas donas de casa. Logo no início do ano, a “Eva” apresentava calendários anuais com as tarefas que as donas de casa deveriam ir cumprindo em cada mês. E, mesmo nos números mensais, alertava para as tarefas a desempenhar no decorrer do mês. Por exemplo, em Outubro de 1943, a “Eva” lembrava às leitoras que, entre outras tarefas, deviam ter atenção aos fornecimentos, deviam fazer as últimas compotas do ano se ainda restasse algum açúcar, comprar algumas cebolas e castanhas para o inverno. Deviam, também, pensar nos longos serões e, como tal, limpar as cartas de jogar e preparar um cantinho da casa onde as luzes estivessem bem dispostas, que, juntamente com uns bons “maples”, favorecem a intimidade²²⁵.

Seguindo a mesma lógica de método, a “Eva” apresenta um quadro de serviço para ser executado durante a semana e distribuindo diariamente o emprego do tempo. O quadro que nos é apresentado foi delineado para uma família de quatro pessoas vivendo em Lisboa e que tivesse criada. À dona de casa cabia a função de ir à praça, quando os filhos saíssem para o liceu. A limpeza geral não deveria ser executada num só dia, aconselha-se que a cada dia seja realizada a limpeza geral de um ou dois compartimentos. Desta forma, não fica toda a casa em alvoroço incomodando quem nela vive. Obviamente, os casos variam de família para família e precisavam de ser adaptados às circunstâncias. Aconselha-se para “evitar esquecimentos e desculpas tolas”, que se coloque na cozinha o quadro de serviço em que está determinada a ordem semanal e diária que se deve atribuir ao trabalho, que será distribuído pela senhora e pela criada²²⁶.

Maria Lúcia dá o exemplo de uma família constituída, apenas, pelo casal e que tem uma criada. A dona de casa levantava-se entre as oito e as nove horas e, após cuidar de si (banho, ginástica, vestir), deveria tomar o pequeno-almoço. Até à hora do almoço, marcado para as treze horas, deveria dar as ordens à criada e tratar do arranjo da casa: fazer a cama e arrumar o quarto, escovar e arrumar roupas, limpar o pó e arrumar as várias divisões e cuidar das plantas. Após o almoço podia descansar um pouco e, das

²²⁴ NAMORADO, Maria Lúcia, *ob. cit.* p.44.

²²⁵ Revista “Eva”, Outubro de 1943, p. 43.

²²⁶ Revista “Eva”, Fevereiro de 1944, p. 46.

catorze às dezassete horas, deveria tratar da roupa (costura, bordados). As dezassete marcava a hora do chá, sendo que, chegada a esta hora, os trabalhos inadiáveis e mais fatigantes deveriam estar concluídos. Até ao jantar ainda sobram algumas horas que podiam ser dedicadas a diversos assuntos, que não se repetem diariamente, mas que é necessário cumprir. Assim e, começando na segunda, fazer compras; fazer bolos; receber visitas; obras de caridade; fazer visitas e, por fim, no sábado pôr a correspondência em dia. Depois do jantar, ficam os serões livres para conversar com o marido, ir com ele ao teatro ou ao cinema, fazer e receber visitas íntimas, ler, entre outros.

O dia da criada começava mais cedo, às sete deveria levantar-se e, de seguida, arrumar o quarto. A parte da manhã ficava destinada à preparação do pequeno-almoço, à limpeza e arrumações diárias com a supervisão da senhora, à ida às compras, e à confecção do almoço. Entre as treze e as catorze horas almoçava e, logo depois, arrumava a cozinha e lavava a louça. O trabalho seguinte variava entre lavar roupa, proceder a uma limpeza na cozinha, passar a ferro e encerar, lavar vidraças e arear metais. Mais tarde, deveria fazer o chá da senhora e servi-lo. As horas seguintes são dedicadas ao jantar e à arrumação da cozinha. Às vinte e duas horas, cumpridas as suas obrigações, seroa ela ou vai-se deitar. Para as limpezas maiores ou se contrata uma mulher-a-dias ou, se modifica o horário conforme convenha²²⁷.

A higiene era considerada um dos grandes factores da saúde e do optimismo e, por isso, manter a casa no mais perfeito estado de asseio e, facultar à família vida higiénica, é dos primeiros deveres da dona de casa. A higiene não criava apenas saúde física, mas também, espiritual pois uma e outra estão estreitamente ligadas. A casa arrumada e limpa atrai e potencia o bem-estar. A limpeza tinha a capacidade de transformar o lar mais modesto num lugar acolhedor onde apetece permanecer²²⁸.

A limpeza geral de uma casa era tarefa trabalhosa e que exigia cuidados especiais. Numa casa bem ordenada este ritual deve cumprir-se, pelo menos, uma vez por ano, na altura que mais agrada à dona de casa. A “Eva” aconselhava que se fizesse depois das férias, uma vez que, antes de partir, já se deveria deixar a casa um pouco desmanchada²²⁹. Para a “Eva”, a arte de preparar umas férias agradáveis comporta para a mulher ordenada, muitas das coisas que devem ser motivos de orgulho de uma boa

²²⁷ NAMORADO, Maria Lúcia, *ob. cit.* pp. 47-49.

²²⁸ *Idem, Ibidem*, p. 32-34.

²²⁹ Revista “Eva”, 7 de Outubro de 1939, pp. 8-9.

dona de casa e, entre essas coisas, está a de saber “fechar a casa” antes de partir²³⁰. A ida de férias requeria o cumprimento de algumas tarefas, entre outras, a dona de casa deveria, fechar os contadores do gás e da electricidade e verificar a indicação do respectivo consumo para saber, no regresso, se houve alguma fuga; deixar uma chave à porteira do prédio ou a uma vizinha de confiança para o caso de haver algum incidente; colocar os “abat-jours”, sobretudo os mais frágeis, ao abrigo da poeira; combater a criação de ratos e baratas com produtos adequados; reunir os móveis ao centro dos quartos e das salas e cobri-los com panos; limpar e embrulhar em papéis todas as peças do trem de cozinha e, por fim, não se esquecer de levar para férias tudo o que precisa, para não ter que voltar atrás²³¹.

Como vimos, o mais correcto seria desmanchar a casa à partida e, no regresso, proceder a uma limpeza a fundo, uma vez que uma casa fechada é uma casa pouco asseada. A “Eva” com o intuito de auxiliar as suas leitoras presta-lhes alguns conselhos, ensinando-lhes, passo-a-passo, como devem proceder a essa limpeza geral, desde a limpeza de tectos e paredes, à limpeza da biblioteca, à arrumação das roupas de inverno, à aniquilação de nódoas de gordura teimosas e à lavagem de cortinas. A poeira era “a grande inimiga das donas de casa” e tornava-se necessário lutar contra ela. O melhor processo consistia no desempoeiramento com recurso ao aspirador, na falta dele, um batedor de junco revestido por um pano branco ou, em último caso, uma raquete antiga serviam para este serviço. Obviamente, o aspirador, a que algumas empregadas domésticas chamavam de “chupa lixo”, era o ideal para todas as casas, principalmente, para as mais pequenas, sem marquise, varandas ou terraços propícios para sacudir as tapeçarias. Todavia, o seu preço, só estava ao alcance de quem podia comprar bens caros, a pronto ou a prestações²³².

Da bagagem de instrução das mulheres devia fazer parte um vasto rol de conhecimentos para resolver pequenos imprevistos do dia-a-dia. Falamos dos vários truques para tirar nódoas, limpar superfícies ou objectos, curar pequenos ferimentos²³³. Daí a necessidade de, em todas as casas, haver uma farmácia caseira, que se deveria situar, preferencialmente, na casa de banho e num armário destinado a esse fim. Só quando a falta de espaço obrigasse, devia antes, colocar-se num quarto, mas nunca na cozinha, dispensa ou sala de jantar. Este armário deveria ter uma divisão, onde se

²³⁰ Revista “Eva”, 27 de Julho de 1940, p. 14.

²³¹ *Idem, Ibidem.*

²³² Revista “Eva”, Novembro de 1945, p. 34.

²³³ Ver anexo XV.

guardam os produtos venenosos, sempre fechada à chave devido à curiosidade das crianças podendo, assim, evitar males maiores²³⁴.

Paulo Combes refere-se à casa como “um mundo à parte, um sólido penhasco no meio das ondas tempestuosas, um seguro asilo contra as agruras com que o mundo nos agride”. De facto, a casa constituída pela habitação e mobília são factor importante da organização material da vida doméstica, daí a insistência da “Eva” na publicação de páginas dedicadas à ornamentação e à organização das várias divisões de que é composta uma casa. No que refere a este assunto, a economia, a comodidade, o moderno, a elegância e a simplicidade são palavras de ordem. O princípio da economia resultava do tempo difícil que se atravessava e, que como já vimos, obrigava a uma poupança generalizada. Todavia, entenda-se que a economia não era apenas em géneros, mas também, em espaço e em tempo. Na maioria das casas modestas tentava-se, através de diversas habilidades, aumentar os exíguos metros de soalho, pois usufruir de um apertado orçamento não era motivo para abdicar do conforto e elegância que cada é merecedor dentro das suas possibilidades. Assim, como forma de modernizar o lar e, contornar o orçamento, a “Eva” ensinava às leitoras formas de reciclar móveis, por exemplo, com as gavetas de uma antiga cómoda era possível a construção de “étagères” e cantoneiras²³⁵. Também, a partir de janelas, portas ou recantos de corredor estovados, muito comuns nas casas antigas, era possível a construção de toucadores²³⁶, estantes para colocar livros, escrivaninhas de aba móvel e oratórios²³⁷. Outras vezes, e de modo a suprir algumas inconveniências das casas, a “Eva” fornecia plantas de alguns móveis que as leitoras poderiam solicitar a um carpinteiro que os executasse a baixo custo.

Convém, desde logo, fazer uma separação entre a casa, domicílio habitual da família, e a casa de campo, muito comum nas famílias mais abastadas. Era considerado de mau gosto usar nas casas de campo as mesmas loiças, roupas ou móveis de igual categoria dos que se tinha na casa da cidade. Contudo, este reparo deixava de fazer sentido quando a casa de campo era a habitação principal da família. No campo, não se tratando de um solar de família ou palácio senhorial, impunha-se uma decoração rústica que não implicava a ausência de comodidade²³⁸. Sugeria-se a variedade de cores, o embelezamento do lar com flores ou frutos que deviam estar presente nas cortinas,

²³⁴ NAMORADO, Maria Lúcia, *ob. cit.* p. 133.

²³⁵ Revista “Eva”, 23 de Março de 1940, p. 15.

²³⁶ Revista “Eva”, 11 de Novembro de 1939, p. 5.

²³⁷ Revista “Eva”, 9 de Setembro de 1939, pp. 16-17.

²³⁸ Revista “Eva”, 12 de Agosto de 1939, p. 12.

roupas de mesa e outros artigos do lar, o uso das louças de barro vermelho ou preto, a velha candeia de azeite ou o primitivo castiçal²³⁹ e as chitas de Alcobaça²⁴⁰.

As cozinhas desempenhavam um papel acentuadamente preponderante nas casas da época. Nas grandes cidades em que a vida se tornou excessivamente difícil e, em que o pessoal de serviço é reduzido ao mínimo, a cozinha vai servindo ostensivamente de sala de jantar e de casa de engomados. Esta tendência acentua-se, forçada pela necessidade de economizar, para diminuir o trabalho doméstico para que possa ser feito pela dona de casa ou por uma criada de todo o serviço. Uma cozinha bonita, bem tratada e devidamente instalada podia utilizar-se, pelo menos, para servir os almoços e lanches às crianças, poupando-se, assim, o tempo que se consome a pôr e levantar a mesa da sala de jantar várias vezes ao dia e a roupa equivalente, visto que, na cozinha, com mesas de mármore não havia necessidade de pôr toalha ou “napperons”. Mais uma vez, economizar não era apenas gastar pouco dinheiro mas, principalmente, evitar todas as despesas supérfluas. Contudo, a cozinha deveria continuar a receber toda a atenção da dona de casa, mesmo sob o aspecto do luxo, se esta tivesse recursos deveria cuidar dela o mais possível. Isto porque, como afirma a “Eva”, “não é na sala de visitas que se conhece uma dona de casa. É na cozinha e...num outro compartimento que nos permitimos não mecionar...”²⁴¹.

Na “Eva” comparava-se a cozinha moderna a uma “sala de operações”, que, logo à entrada, devia dar a impressão de asseio e nitidez aliada à parte técnica e prática. Devia ser em tom claro e arejada, não muito distante da porta da rua, as paredes em azulejo e o chão em mosaico, tudo lavável. Quanto à iluminação, deveria ter uma lâmpada grande no centro e uma mais pequena junto ao fogão. Por cima da banca de mármore ficavam as torneiras de água quente e fria. O caixote do lixo, que ficaria sob a banca, deveria ter uma tampa. Os armários brancos revestiam as paredes e neles se guardaria a louça e os artigos de mercearia. Produtos, como a carne e o peixe, deveriam estar no frigorífico ou no mosqueiro. Quanto ao fogão, este não precisava de ser muito grande, visto que um pequeno é mais económico. Na escolha da mesa, a preferência recaía sobre a de ferro esmaltado, como mais sólida e higiénica. Para finalizar, um relógio “sempre um nadinha adiantado” por causa das criadas²⁴². A lavagem da louça era entendida como uma tarefa não tão simples quanto se pensava e, por isso mesmo, a

²³⁹ Revista “Eva”, 12 de Agosto de 1939, p. 12.

²⁴⁰ Revista “Eva”, 20 de Abril de 1940, p. 13.

²⁴¹ Revista “Eva”, 2 de Setembro de 1939, pp. 22-23.

²⁴² Revista “Eva”, 6 de Abril de 1940, p. 17.

“Eva” ensinava como lavar, desde os copos e chávenas aos talheres e pratos. Até mesmo, os esfregões, que anteriormente eram feitos de trapos velhos e inestéticos, deveriam agora ser feitos propositadamente para o fim a que se destinavam²⁴³. E, se no lar moderno as manifestações de arte decorativa se encontravam em todos os aposentos, a cozinha que a “Eva” equiparava, também, a um “laboratório químico, onde o esmalte branco dos móveis brilha juntamente com os globos de vidro e metais cromados”, não era excepção. Os comuns panos da loiça, onde eram bordados frutos ou flores, bastavam para dar uma nota de graciosidade a esta divisória²⁴⁴.

Palidamente e, com certeza, reflexo do decrescente poder de compra dos anos de guerra, surge alguma publicidade a determinados electrodomésticos, nomeadamente, a frigoríficos, aspiradores e enceradoras. Além destes, é feita alguma publicidade a outros equipamentos domésticos como a balança²⁴⁵.

Outra das preocupações das donas de casa reside, também, na cozinha com a confecção das diversas iguarias que diariamente teriam que servir às suas famílias. A boa cozinha contribuía largamente para o bom humor geral e atrai os maridos pois um homem que soubesse que na sua casa residia uma boa cozinheira, não arranjará pretextos para almoçar ou jantar fora.

A organização material da sala de jantar era outro ponto essencial. De acordo com a “Eva” o pouco tempo que os maridos passavam em casa, era passado, essencialmente, nesse compartimento. Num tempo marcado pelas contrariedades, os homens chegavam a casa, muitas vezes, cansados e de mau humor, devido ao trabalho e, por isso, precisavam de encontrar junto da sua família conforto e alegria. E, neste aspecto, a sala de jantar é ponto crucial, onde “uma mesa risonha, bem posta, um bom jantarzinho, um sorriso amoroso da mulher que amam, e uns bracitos rosados que se estendem para eles” fazem-no esquecer de todas as agruras. Mais ou menos modesta, a sala de jantar pode reunir bom gosto e comodidade, bastava, para isso, a dona de casa prestar-lhe maior cuidado, uma vez que, ela seria “a sua melhor colaboradora na conquista da felicidade caseira”²⁴⁶.

Os melhores aposentos da casa deveriam ser ocupados pelas crianças, quer para brincar, dormir ou estudar. Era lamentável que o melhor aposento da casa, mais espaçoso e iluminado, fosse ocupado pela sala de visitas, sacrificando, assim, as

²⁴³ Revista “Eva”, 1 de Março de 1941, p. 19.

²⁴⁴ Revista “Eva”, 12 de Agosto de 1939, p. 27.

²⁴⁵ Ver anexo XVI.

²⁴⁶ Revista “Eva”, Janeiro de 1943, p. 36.

crianças a permanecerem a maior parte do tempo em divisórias de condição higiénica inferior²⁴⁷. A “Eva” refere, também, a criação de uma sala de jantar para o bebé, no entanto, se tal não fosse possível, deveria reservar-se um canto do quarto dos brinquedos para as suas refeições, com uma mesa adequada e um guarda-louça. Aconselhava-se o uso de copos, de pratos, e restantes objectos inquebráveis para a criança não se ferir caso alguma coisa partisse e, também, para não dar prejuízo aos pais, pois não garantia que a cada dia partisse uma peça²⁴⁸.

Quanto às salas de estar, a prioridade centrava-se na comodidade, a parte estética vinha depois de bem cuidada a parte útil²⁴⁹. Os móveis deste compartimento requerem conforto e facilidade em limpar, isto porque, depois da cozinha, esta é a área mais usada da casa e, como tal, mais sujeita a se desarrumar²⁵⁰. As dificuldades monetárias fizeram com que, muitas vezes, desta sala resultasse, também, a sala de visitas²⁵¹.

A celebração de datas festivas, de que é exemplo o Natal e a Páscoa, bem como, a realização de acontecimentos marcantes no seio da família, como noivados e baptizados, obrigavam a uma reorganização na decoração da casa e, sobretudo, a uma diferente e esteticamente mais agradável, apresentação da mesa de refeições. No entanto, pôr uma mesa não era tarefa fácil, uma vez que se devia aliar o bom gosto ao sentido de equilíbrio e à capacidade de organização²⁵². Este embelezamento culminava com o servir dos menus, em regra, mais requintados nestes dias. Usando como exemplo o Natal, quando esta quadra festiva se aproximava, a “Eva” publicava artigos onde eram tecidas algumas considerações sobre a decoração da casa e a organização da mesa. Da mesa da sala “com um pinheiro pequeno” e no seu tampo, bem como, nas paredes, “raminhos e festões de gibardeira” à mesa de jantar onde a “toalha de linho branco é clássica e bonita, nessa noite” e se completa com um “cesto com frutas, em que sobressaia o ananás, rodeado de cachos de uvas e raminhos de carrasqueiro”. A par destas indicações, teciam-se algumas notas sobre a arte de receber, alguns conselhos para a “toilette” da senhora e, para terminar, uma lista de possíveis presentes para familiares e amigos. Em meados do século XX, no país, havia uma grande

²⁴⁷ Revista “Eva”, 28 de Junho de 1941, p. 18.

²⁴⁸ Revista “Eva”, 23 de Setembro de 1939, p. 8.

²⁴⁹ Revista “Eva”, 27 de Abril de 1940, p. 9.

²⁵⁰ Revista “Eva”, 23 de Novembro de 1940, p. 21.

²⁵¹ Revista “Eva”, 1 de Abril de 1939, pp. 18-19.

²⁵² CASCÃO, Rui, “À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia”, *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 76.

complexidade na gastronomia desta quadra festiva²⁵³. A “Eva” questionava as leitoras sobre a ceia, se iam optar pela ceia característica do Norte, antes da meia-noite e atendendo ao jejum, com o bacalhau, as couves, as batatas, as rabanadas e as filhós ou, à maneira de Lisboa, mais moderna, que tinha início depois da meia-noite, após a missa do galo, de que fazem parte a canja, a pescada, o peru e muitos doces. De modo a facilitar a tarefa das donas de casa, sobretudo das que não podiam ter uma criada para as auxiliar neste dia, que requeria máximos cuidados, a “Eva” sugeria a compra de galantines; salsichas de Frankfurt, vendidas em latas; empadinhas; croquetes; lagosta; carnes frias, e doces tudo já confeccionado e pronto a servir²⁵⁴. Convém, também, mencionar que passado o Natal e a passagem de ano, que acarretavam muitas despesas, era preciso economizar²⁵⁵.

3.2.1 – O bem-estar do marido

*Se vieres tarde, avisa,
Evita a família em ânsia.
Não te queixes do assado,
nem fales com arrogância .*

*Diz sim à tua sogra,
Para afastar a quezília.
Não critiques a tua esposa
Senão a sós, em família...*

*Não dês razão a teus filhos
Contra a sua própria mãe.
Lembra-te sempre que os outros
Têm mau génio também...²⁵⁶*

Contrair matrimónio representava para muitas raparigas o realizar de um sonho, muitas vezes, fantasiado desde a infância. O amor, o casamento e a maternidade constituíam os alicerces da realização feminina. Ficar solteira, pelo contrário, era encarado de forma depreciativa e, daí, a utilização de termos algo grosseiros como “ficar para tia”²⁵⁷ ou ser tratada por “solteirona”²⁵⁸. Num artigo intitulado “Solteirona, porquê?” a “Eva” dirige-se às suas leitoras ainda solteiras, alertando-as sobre esse estado. Como refere, certamente já aconteceu às leitoras terem conhecido algum rapaz que as agradou e com quem pensaram casar, entretanto, ele foi-se afastando e acabou por desaparecer. Com este artigo a “Eva” pretendia ajudar a perceber o porquê dessa ruptura e, sobretudo, fazer com que as leitoras se emendassem. Como tal, deviam evitar afirmar que uma casa não pode prosperar se não for a mulher a “puxar os cordões à

²⁵³ CASCÃO, Rui, “Em casa: o quotidiano familiar”, *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 240.

²⁵⁴ Revista “Eva”, Dezembro de 1941, p. 4.

²⁵⁵ Revista “Eva”, 18 de Fevereiro de 1939, p. 20.

²⁵⁶ Revista “Eva”, Revista “Eva”, 16 de Setembro de 1939, p. 22.

²⁵⁷ VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *art. cit.* p. 201.

²⁵⁸ Revista “Eva”, 18 de Janeiro de 1941, pp.8-9.

bolsa”; deviam tolerar que ele fumasse na sua presença, mesmo que deixasse cair cinza do charuto no tapete e deviam evitar gracejar da sogra²⁵⁹.

Apesar do casamento ser a aspiração de todas as raparigas, a “Eva” acautela as leitoras para certas precipitações. O facto das amigas terem casado não deveria representar obrigação de o fazerem também, tivessem ou não, amor pelo seu pretendente que bastasse para toda a vida. O casamento teria de ser “resultado do entendimento de alma dos que se querem bem e nunca um desfastio, uma toleima, um capricho ou uma obrigação de sociedade...”²⁶⁰. A “Eva” aconselhava, portanto, prudência e resume o seu conselho a um simples ditado, “Antes que te cases vê o que fazes”²⁶¹.

Contudo, passar ao estado de noivos obedecia, também, a determinados preceitos que deveriam ser cumpridos pela rapariga e pelo rapaz. O noivo, desde que feito e aceite o pedido de noivado, poderia ir todos os dias fazer a corte à sua prometida na casa dos pais; só deveria beijar a noiva quando chegasse e na altura em que se despedisse e não deveria falar de dinheiro à noiva independentemente da sua condição social, uma vez que a questão pecuniária do futuro deverá ter sido regulada de uma vez pelas duas famílias. A noiva devia encarar o anel de noivado como a sua primeira jóia de importância e não deveria usar outra enquanto durasse o noivado; não deve manter o noivo na sua companhia para além das horas razoáveis, não devendo nunca fazer-lhe esquecer as suas ocupações profissionais e não deveria aceitar convites para visitas ou festas se o seu noivo não fosse convidado²⁶².

O casamento, por si só, não bastava, era preciso ser feliz e, desta forma, este não poderia ser encarado como uma situação estabelecida, cabia a ambos fazer com que fosse, também, agradável²⁶³. Não sabemos se, ou por se tratar de uma revista feminina ou, se devido ao papel da mulher submissa, os vários conselhos que a “Eva” transmite para a felicidade no casamento são, na maioria, dirigidos às mulheres. Contudo, parecem despropositado, pois como refere a “Eva”, o casamento “não é, como talvez se imagine, fazer cada um a sua vida”²⁶⁴.

À esposa era atribuído um papel apaziguador, tendo, na maioria das vezes, que se conformar com as vontades e gostos do marido que, geralmente, a faziam recorrer à

²⁵⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁶⁰ Revista “Eva”, Setembro de 1945, pp. 44-45.

²⁶¹ *Idem, Ibidem.*

²⁶² Revista “Eva”, Junho de 1942, p. 36.

²⁶³ Revista “Eva”, 15 de Fevereiro de 1941, p. 16.

²⁶⁴ Revista “Eva”, 16 de Setembro de 1939, p. 22.

arte de ocultação da sua vontade ou dos seus sentimentos. Mesmo o amor que sentia pelo seu cônjuge, às vezes, tornava-se necessário esconder, devido à insatisfação, exigência ou ciúme, sentimentos que os homens censuravam numa mulher, pois tornavam-na desinteressante. De modo a evitar pequenos dissabores entre os casais, a “Eva” aconselhava à esposa algumas situações a evitar. Responder por ele quando alguém lhe perguntava algo ou falar-lhe, constantemente, no que faz o marido da sua amiga eram atitudes que a esposa deveria banir. Numa altura em que o cinema era venerado por todos e, sobretudo, idolatrados actores e actrizes, a “Eva” publica a opinião de dois actores que dão o seu parecer sobre a arte de agradar ao marido e que, com certeza, era partilhada por muitos maridos. Clark Gable entendia que, entre outras coisas, a mulher ideal deveria rir das gracinhas do marido e vestir-se não só a seu gosto mas, também, ao gosto do marido. Para Robert Taylor, a mulher deveria ser mais simpática do que bonita, pedir conselhos ao marido no que refere a todos os assuntos caseiros e gostar dos amigos do seu marido, com os quais, também casou um pouco²⁶⁵.

Em todas as matérias que envolvesse o marido, era-lhe exigido cuidados constantes, fosse consigo próprio ou com as suas coisas, era representativo de deferência e mimo, além do brio natural de uma dona de casa. A apresentação do marido, bem como, dos filhos, é, normalmente, o espelho da mãe e da esposa e nele se reflectem a sua boa orientação caseira. As calças vincadas, os fatos limpos, as camisas e respectivos colarinhos engomados primorosamente, representam tarefas a que os homens eram bastante sensíveis e que deveriam ser para as esposas questão de brio pessoal²⁶⁶. Com certeza, é este pensamento que motiva que tarefas, como passar a ferro ou cuidar do fato do marido, sejam tratadas com muita proficiência nos manuais de economia doméstica. Um outro facto que comprova a preocupação com a boa apresentação, é a quantidade de publicidade, sempre presente na “Eva”, de produtos para tratar a roupa²⁶⁷.

A “Eva” salientava que, tal como a mulher, o homem precisava de ser apurado e, para isso, bastava transformar alguns cuidados em hábitos diários. Começamos pela higiene oral que deveria ser feita ao acordar e deitar, bem como, após cada refeição²⁶⁸. Devido ao hábito do tabaco que amarecia os dentes tornava-se necessário o emprego,

²⁶⁵ Revista “Eva”, 18 de Novembro, p. 9.

²⁶⁶ Revista “Eva”, 21 de Outubro de 1939, p. 18.

²⁶⁷ Ver anexo XVII.

²⁶⁸ PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui, “A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal”, *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 107.

de tempos em tempos, de uma solução de cré canforado, depois de se ter molhado a escova em água oxigenada a 12 volumes misturada com três vezes a mesma quantidade de água. Contudo, por vezes, só no dentista se conseguia um melhor resultado. E, quando necessário, a aplicação de uma coroa num dente aconselhava-se a de porcelana em detrimento da de ouro²⁶⁹. As básicas noções de asseio recomendavam que se cortassem os pelos muito compridos das sobrancelhas, narinas e orelhas. Uma tarefa, muitas vezes, desempenhada pelo barbeiro, mas que os homens excessivamente peludos deveriam fazer a si próprios todas as semanas. O uso do bigode era uma questão de gosto pessoal ou da esposa, contudo, os homens que não fossem pacientes e minuciosos só lucrariam em usar a cara rapada²⁷⁰. Não bastava que estivesse barbeado, era preciso também que estivesse na perfeição e sem lhe causar dor²⁷¹. Este hábito deveria ser cumprido pela manhã, embora o homem se pudesse deslocar ao barbeiro, apesar de não ser aconselhável que o fizesse diariamente devido ao perigo de contágio de várias doenças²⁷². O cabelo despenteado, com caspa ou oleoso, era inaceitável, desta forma, aconselhava-se o uso diário de uma loção que limpasse sem que fosse necessário molhar muito. Na higiene pessoal era essencial a lavagem das mãos. Muitos homens negligenciavam o aspecto das suas unhas, mas como diziam os ingleses: “depois da consciência nada precisamos de trazer tão limpo como as unhas”²⁷³. Ivone Leal traça na perfeição o cuidado com a higiene das mãos, “unhas rentes nas mãos queimadas mas sempre imaculadamente limpas”²⁷⁴, “lavava o rosto e as mãos com água fria no pequeno lavatório de ferro pintado de encarnado”²⁷⁵ e “depois de passar a escova no cabelo e já lavar as mãos...”²⁷⁶.

A preocupação com a imagem aparece-nos muito enfatizada, de tal modo, que até a mulher que nem sempre estava graciosa quando acordava, deveria apresentar-se aprimorada ao pequeno-almoço para que o marido quando saísse para o trabalho não levasse a lembrança de uma mulher desmazelada²⁷⁷. Aliás, e como vimos, a maioria dos artigos da “Eva” destinados aos maridos focava essencialmente questões de higiene e de

²⁶⁹ Revista “Eva”, 2 de Setembro de 1939, p. 6.

²⁷⁰ *Idem, Ibidem.*

²⁷¹ Revista “Eva”, 6 de Julho de 1940, p. 6.

²⁷² PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui, *art. cit.* p. 107.

²⁷³ Revista “Eva”, 2 de Setembro de 1939, p. 6.

²⁷⁴ LEAL, Ivone, “As mulheres, senhoras e escravas do quotidiano doméstico”, *Faces de Eva, Estudos sobre a Mulher*, nº4, Lisboa, 2000, p. 34.

²⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p. 35.

²⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p. 42.

²⁷⁷ Revista “Eva”, 16 de Março de 1940, pp. 12-13.

moda. A estes se juntavam os alvitres, dirigidos às esposas, que pretendiam promover uma relação harmoniosa entre marido e mulher.

3.2.2 – Os filhos

Para a filha:

<i>Lembra-te de que de um piano Saem sons de mil infernos. Nunca digas a ninguém: - “Os meus pais não são modernos...”</i>	<i>Todos, na vida, apanhamos Alguma resposta torta. Se a ouvires sai de mansinho E não atires com a porta</i>	<i>Não uses meias maternas (Podem as tuas estar falhas...) Mas se acaso as usares, Vai-lhes apanhando as malhas...</i> ²⁷⁸
--	---	---

Para o filho:

<i>Se vieres tarde, descalça-te, Entra muito devagar. E nunca deixes à noite Uma torneira a pingar...</i>	<i>Nunca deixes no cinzeiro, Ponto de cigarro acesa. Nunca fales de dinheiro Nem leias jornais à mesa.</i>	<i>Se entrares em dia de chuva Limpa, no capacho, as botas. Não vás de noite ao armário À procura das compotas.</i> ²⁷⁹
---	--	--

Ao iniciar este ponto vamos começar por focar se a criança lucrava mais em ter irmãos ou em ser o único filho do casal. O número de filhos únicos era elevado, e segundo a “Eva”, estes eram fáceis de reconhecer. Ter um só filho era encarado como um grande problema, pois estes, não se imiscuíam na vida que os rodeava, sendo a sua relação com os outros, tanto no exercício da sua vida social, como profissional complicada, pois passaram a sua infância com pessoas de idade diferente da sua. Mesmo sendo meigos e afectuosos eram considerados egoístas e exigentes, pois foram sempre rodeados dos maiores cuidados. Mesmo quando educados de forma rígida, a solidão fazia com que pensassem demasiado em si e em tudo que se relacionasse com a sua pessoa. O filho único tem necessidade, mais do que as outras crianças, de uma escola onde encontre muitos colegas e onde ninguém se preocupe especialmente com ele. Tinha, ainda, mais necessidade da escola de vida comum que é o escutismo. E, se nos feriados, os pais tivessem que se separar do seu filho, isto era só para seu bem, embora, por vezes, não percebessem que a criança que voluntariamente se associa aos seus trabalhos e ocupações sérias, nem sempre estava disposta a tomar parte nos seus divertimentos. Ou seja, a criança modelo que para ajudar a sua mãe, que não tem criada,

²⁷⁸ Revista “Eva”, 16 de Setembro, de 1939, p.23.

²⁷⁹ *Idem, Ibidem.*

põe a mesa e trata do calçado durante toda a semana, não teria o menor prazer, de aos domingos, participar no chá em família. Se o filho pedisse permissão para levar os seus colegas a casa, a mãe deveria aceder ao seu pedido, sem se intrometer nas suas brincadeiras, a não ser que a disciplina o exigisse absolutamente. A intromissão dos crescidos perante os divertimentos infantis era tão censurável quanto a curiosidade das crianças pelos segredos das pessoas adultas. Os pais não deveriam influir nas amizades do filho, dizendo “eu no teu lugar convidaria antes este do que aquele”, porque, na verdade, não era possível tomar o seu lugar. Obviamente, no contacto com outras crianças poderia contrair a tosse convulsa e, mesmo nos meios mais selectivos, podia apanhar uma pulga ou ouvir um palavrão. Contudo, os pais seriam incapazes de substituir a educação que as crianças dão umas às outras e que o filho único se arriscava, muitas vezes, a ficar privado²⁸⁰.

Para as crianças nada era tão desolador como não saber em que actividade empregar o seu tempo. Normalmente, quando se dava esta situação, a criança recorria à mãe, que muitas vezes lhe dizia “deixa-me e vai brincar”. Perante esta atitude a criança ficava só e, ainda mais, aborrecida. Em tempos onde a economia era fundamental, a “Eva” apresentava algumas ideias para as mães executarem, na companhia dos filhos, brinquedos com materiais habitualmente presentes em casa e pouco dispendiosos. Por exemplo, com madeira cortada em várias formas geométricas, alguns pregos e martelo os petizes poderiam construir, pelas suas mãos, carrinhos, casinhas, entre outros. Quanto à compra de brinquedos, a prioridade deveria ir para os jogos, construções e tudo quanto possa dar entretenimento duradouro, desenvolvendo as faculdades mentais e suscitando interesse pelos trabalhos manuais²⁸¹.

Seguindo o pensamento de alguns pedagogos, na “Eva” defendiam-se as mulheres que davam às suas filhas o melhor exemplo na realização do trabalho caseiro e lhes iam ensinando todos os segredos da culinária e dos arranjos do lar. Considerando, muitas vezes, mais felizes as raparigas do povo que, por vezes, aos dez anos sabiam realizar todo o trabalho doméstico, que as meninas ricas aprendiam à pressa nas vésperas do casamento e, somente, porque parecia mal não o saberem. Advertia as leitoras para que se quisessem ver as suas filhas contentes bastava-lhes colocar um avental e deixá-las tratar dos serviços domésticos. Afinal, “de que importa um pires a menos se desse facto alguma coisa ficou de útil para a futura “menagére”? Uma ida ao

²⁸⁰ Revista “Eva”, 14 de Dezembro de 1940, p. 12.

²⁸¹ Revista “Eva”, 18 de Maio de 1940, pp. 10-11.

cinema seria mais cara do que o pires e menos proveitosa”²⁸². Note-se que “brincar às casinhas” era o divertimento mais comum entre as meninas²⁸³. Cabia à mãe ensinar à sua filha a brincar com as bonecas, reproduzindo uma mãe em ponto pequeno, que devia executar os vestidos e o enxoval com elegância e graciosidade, e devia também, ensiná-las a ter ordem e asseio²⁸⁴.

No entanto, além da educação assegurada pela mãe sobre a arte de gerir uma casa, desde os preceitos da higiene doméstica e alimentar, à coordenação da criadagem e dos recursos familiares, devia acrescentar-se uma instrução elementar para os momentos de convívio em sociedade. Desta forma, a aprendizagem de certas artes como a literatura, o piano, o desenho e a pintura, a dança, a declamação de poesia e o conhecimento básico de línguas estrangeiras poderiam ser-lhe úteis²⁸⁵. Mas não podemos esquecer os preceitos de civilidade que auxiliavam a regular as relações, tornando-as mais agradáveis, e que excluía tudo o que a boa educação proíbe. Era impensável ver alguém a molhar o pão no molho de uma iguaria; que a dona de casa se lamentasse de um convidado que lhe partiu uma peça de loiça, ainda que valiosa²⁸⁶; antes de tomar o café voltar a chávena para saber a origem da porcelana ou gesticular com o braço que segura o garfo correndo o risco de arremessar o que está a comer²⁸⁷.

A partir da segunda metade da década de 1920 começam a surgir nas revistas femininas artigos que tratavam a maneira científica de cuidar das crianças, muitas vezes, da autoria de médicos, mas não só²⁸⁸. Exemplo disso foi a criação, na “Eva”, em 1945, da secção “O nosso consultório, o médico aconselha”, assinado pelo Dr. João da Trindade Alvares Pereira. No entanto, antes da sua criação, a revista tinha já publicado vários artigos que focavam os hábitos de higiene e a alimentação infantil, como veremos, de seguida, mais pormenorizadamente.

No início do século XX, o banho começa a ser considerado parte integrante dos hábitos higiénicos e, ao longo do tempo vai assumindo outros sentidos, o terapêutico, o preventivo e de bem-estar geral e, inclusive, o de bem-estar psicológico²⁸⁹. A higiene

²⁸² Revista “Eva”, 20 de Maio de 1939, p. 15.

²⁸³ VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *art. cit.* p. 198.

²⁸⁴ OSORIO, Ana de Castro, *As mães devem amamentar seus filhos*, Setúbal, 1901, p. 7.

²⁸⁵ GUINOTE, Paulo, *ob. cit.*, p. 92.

²⁸⁶ Revista “Eva”, 2 de Setembro de 1939, p. 10.

²⁸⁷ Revista “Eva”, 27 de Janeiro de 1940, pp. 18-19.

²⁸⁸ FREIRE, Maria Martha de Luna, “Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920, “História, Ciência, Saúde – Manguinhos”, Rio de Janeiro, Livros&Livros, 2008, pp. 160-161.

²⁸⁹ PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui, *art. cit.*, pp. 105-106.

não era, como tantas outras coisas, um privilégio das classes mais abastadas, apesar de, muitas vezes, haver quem descurasse este hábito e, na maioria dos casos, isso acontecia devido a falhas na educação. A criança devia tomar banho e começar cedo a aprender esta prática sozinha, para que ficasse com o hábito de se cuidar, demonstrando, assim, mais interesse pelo asseio e pela beleza. Os objectos da criança destinados a este fim, como a toalha, o copo, a escova de dentes, a esponja e o pente, deviam ser, exclusivamente, de seu uso pessoal²⁹⁰. A base da conservação da saúde de uma criança começava pela alimentação e, logo de seguida, pela higiene. As crianças deveriam tomar banho todos os dias, até porque, este rito os maravilhava, com água pura, numa banheira, que conforme as condições económicas, poderia ser de cerâmica, de ferro esmaltado ou zinco. O importante era que servisse unicamente a criança e nunca para fins domésticos. Recomendava-se o uso de sabonetes de glicerina, em detrimento, dos sabões perfumados, muitas vezes, contendo substâncias nocivas. Para este fim o sabão azul e branco servia na perfeição²⁹¹.

A criança deveria aprender o mais cedo possível a realizar a sua higiene sozinha: “A Lúlú detesta que lhe escovem os cabelos (...) porque a criada lhos puxa, tem a mão pesada e é muito brusca. Para que não fique com horror para sempre a esse esplêndido acto de quotidiana higiene, a mamã deve substituir a criada, nos primeiros dias, e depois obrigar a Lúlú a tratar ela própria do seu cabelo”²⁹².

Aliás, a responsabilidade das crianças não deveria recair apenas na sua higiene, desde cedo, os pais deviam ensinar-lhes a ser desembaraçadas em tudo. Vejamos alguns exemplos práticos: se a criança tivesse medo de dormir no escuro, cabia aos pais ensinar-lhe que o escuro não ocultava nada de mau e, no final das suas brincadeiras, a tarefa de arrumar os brinquedos devia ser da criança e, se algum se estragasse, não deveriam zangar-se, mas sim, motivá-lo para que os consertassem²⁹³.

Após o nascimento a criança podia ser alimentada pela sua mãe ou por outra mulher, a isto chama-se aleitamento natural. Caso esta forma não se verifique parte-se para o aleitamento com biberão a partir do leite de vaca, de cabra, de ovelha ou de burra, considerado aleitamento artificial; pode, inclusive, ser alimentada simultaneamente a peito e a biberão, isto é, o aleitamento misto. Incontestavelmente, o aleitamento natural feito pela mãe é o que mais convém à criança. As outras formas

²⁹⁰ Revista “Eva”, 19 de Abril de 1941, p. 14.

²⁹¹ Revista “Eva”, Março de 1945, p. 4.

²⁹² Revista “Eva”, Setembro de 1941, p. 17.

²⁹³ Revista “Eva”, 30 de Setembro de 1939, p. 20.

podiam ser-lhe prejudiciais e, só a elas se deve recorrer, quando a mãe não tenha leite suficiente ou o médico a proibida de amamentar²⁹⁴. Ana de Castro Osório sintetiza a importância deste acto ao afirmar: “uma das questões que mais interessa o futuro da família e da sociedade é, sem dúvida, a amamentação dos filhos”²⁹⁵. O aparecimento de artigos que abordavam este assunto tinham a função de guiar as jovens mães, para que no futuro, as próximas gerações fossem sadias²⁹⁶. A criança quando privada do leite materno perdia um dos melhores bens da sua existência, já a mãe renunciava a uma das missões mais sublimes da mulher. Nas classes ricas era muito frequente a mulher não aleitar para não renunciar à vida de diversões e para não deteriorar o seu corpo. Nas classes médias predominava a ignorância, acreditando-se que o leite da mãe não serve para o filho ou não era suficiente. Quanto às classes mais pobres a necessidade do trabalho era factor inibitório para a amamentação. Convém, também salientar e, uma vez que se aconselhava muita prudência com os gastos, que o aleitamento materno é a forma menos dispendiosa de alimentação²⁹⁷.

No verão os cuidados com as crianças eram redobrados, entre os mais graves perigos encontram-se as perturbações digestivas. As gastroenterites contribuía, em larga escala, para a elevação do número da mortalidade infantil e, na maioria dos casos, resultava da falta de cuidado na preparação do biberão. Desmamar era uma das maiores dificuldades das mães no Verão, devido ao perigo desta patologia²⁹⁸.

Era muito frequente a perda do apetite nos dias de maior calor. Convinha nesses casos, procurar dar-lhes alimentos que eles gostassem, fugindo às ementas habituais, a fim de lhes criar interesse pelas novidades culinárias e suscitar o seu apetite²⁹⁹. O normal, quando uma criança começava a sentar-se à mesa, era que o seu interesse recaísse sobre as iguarias que têm mais açúcar. Todavia, a experiência tem demonstrado que o organismo precisa deste nutriente e para que a tentação pelas gulodices das confeitarias não fosse originada por uma necessidade fisiológica, cabe à mãe facultar, de tempos em tempos, uma sobremesa bem doce que previna a carência de açúcar no organismo. Figos secos cozidos em calda de açúcar, maçãs ou peras assadas são doçuras económicas e que em nada prejudicavam a saúde³⁰⁰. Também as geleias e compotas de

²⁹⁴ Revista “Eva”, Maio de 1945, p. 5.

²⁹⁵ OSÓRIO, Ana de Castro, *ob. cit.*, p. 5.

²⁹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 6.

²⁹⁷ Revista “Eva”, Maio de 1945, p. 5.

²⁹⁸ Revista “Eva”, 17 de Agosto de 1940, p.

²⁹⁹ Revista “Eva”, 12 de Agosto de 1939, p. 9.

³⁰⁰ CASTRO, Manuela, *ob. cit.* pp. 115-116.

fruta, além de uma agradável sobremesa, muito nutritiva e saudável, representavam um valioso recurso, de que a mãe se pode socorrer no inverno, para ajudar no combate à tosse ou às fraquezas pulmonares³⁰¹.

O discurso da “Eva” e, tal como aconteceu com outras revistas, mais que difundir informações sobre a fisiologia infantil, pretendia difundir o ideário da maternidade científica, num discurso totalmente voltado para as mulheres. Agora, dotadas de bases científicas sobre a puericultura, onde predominava a razão em detrimento da emoção, as mães estariam aptas para desenvolver uma das suas grandes missões, motivadas pela sua natureza, encabeçando o novo papel social da mãe moderna³⁰².

³⁰¹ *Idem, Ibidem*, p. 65.

³⁰² FREIRE, Maria Martha de Luna, *art. cit.* p. 161.

Capítulo 4 – Os inquéritos da “Eva”

4- Os inquéritos da “Eva”

Durante o período em análise, a “Eva” elaborou dois grandes inquéritos: o primeiro, realizado em 1942, foi efectuado a alunas de várias instituições de ensino superior do país, nomeadamente, as Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, e tinha como finalidade conhecer a mentalidade das raparigas portuguesas no que refere ao amor, o homem, a família, a profissão, entre outros assuntos.

O segundo inquérito realizou-se dois anos depois, em 1944. Mais amplo e mais controverso, debatia uma questão que a “Eva” dizia interessar a todo o país: “A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão?”. A questão já não era nova, uma vez que, no ano anterior, em 1943, o suplemento “Modas & Bordados” tinha elaborado um inquérito semelhante onde questionava figuras públicas sobre se “A actividade intelectual ou artística feminina prejudicava a vida doméstica?”³⁰³. Este facto pode ser um evidente sinal da competitividade que existia entre revistas do género mas, sobretudo, um indício de uma nova percepção sobre a mulher e o seu ingresso na vida profissional. Além deste, já nos anos vinte, o Suplemento Literário e Ilustrado de “A Batalha” elaborou dois inquéritos sobre a situação económica e social da mulher assalariada. A questão debatida no primeiro, com início em Agosto de 1924, foi “A integração da mulher na vida sindical” e o segundo, realizado em Novembro de 1926, questionava os leitores sobre se a mulher devia ou não dedicar-se a profissões tipicamente masculinas³⁰⁴.

³⁰³ GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *ob. cit.*, p. 91.

³⁰⁴ Emonts, Anne Martina, “*Onde há galo não canta galinha*”: *Discursos Femininos, Feministas e Transgressivos nos Anos Vinte em Portugal. O caso do Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha (1923-1927)*, Lisboa, Organizações não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2001, pp. 95-104.

4.1 – O inquérito da “Eva” junto das universitárias portuguesas

Quando analisámos, pela primeira vez, este inquérito decidimos, de imediato, abrir-lhe um espaço neste estudo, não só porque é um testemunho da época, realizado junto das jovens portuguesas, onde estas dão o seu parecer sobre vários assuntos, mas também, porque nos surpreendeu, que jovens, que tiveram oportunidade de frequentar o ensino superior, ainda demonstrem uma visão tradicional e até fantasiosa em relação aos assuntos tratados.

Obviamente, a questão da profissão que mais se adequava à mulher, tinha de ser formulada neste inquérito. Junto das alunas da Faculdade de Letras de Coimbra, a questão não reúne consenso. Enquanto uma das alunas responde que “a mulher deve ficar em casa!”, uma outra colega afirma que “a mulher deve tirar um curso para se poder defender na vida³⁰⁵. Só depois pode ficar em casa”. Junto das alunas da Faculdade de Letras de Lisboa o assunto suscita debate. Uma delas exprimia que trabalhar só faria sentido se fosse para ajudar o marido, a outra colega deixa um comentário singular: “Independência? Não, não me interessa. Tenho confiança”. A colega que contra-argumenta afirma que para si o importante era a independência e, por isso, trabalhava com afinco. Nesta discussão foram evocados os argumentos habituais: o lar em primeiro lugar; a necessidade de aumentar o orçamento e a prevenção em reservar algum dinheiro para os casos de doença ou morte³⁰⁶. Curiosamente, quando a questão, “a mulher deve ficar em casa a fazer “crochet” ou a tirar um curso?”, foi colocada às universitárias do Porto, foram os rapazes, que se mantinham atentos à conversa, a responder. O primeiro, mais sensato, afirma, “nem tanto ao mar nem tanto à terra”; já um seu colega, defensor da tradição, assegura que “a mulher fez-se para estar em casa”³⁰⁷.

Questionadas se as raparigas deviam seguir os mesmos cursos que os rapazes, uma estudante de Coimbra afirma pela positiva, embora certas carreiras, como a engenharia e, até o direito, não lhe pareciam ser adequadas à mulher. Quanto a um curso de letras era necessário para adquirir conhecimentos de cultura geral³⁰⁸.

³⁰⁵ Revista “Eva”, Abril de 1942, p. 4.

³⁰⁶ Revista “Eva”, Maio de 1942, p. 50.

³⁰⁷ Revista “Eva”, Junho de 1942, p. 50.

³⁰⁸ Revista “Eva”, Abril de 1942, p. 5.

O jornalista da “Eva” questiona as raparigas acerca da sua opinião sobre os homens. Na Universidade de Coimbra a pergunta suscita alguma admiração, entre os estudantes, respondendo uma delas nunca ter pensado no assunto e uma outra esclarece “pessoalmente não tenho razão de queixa... não os acho muito maus.”. Uma das alunas declara que o maior defeito do homem era ser conquistador. Todavia essa opinião não é partilhada por todas as colegas que entendem não ser um defeito, mas antes uma qualidade. No que refere à idade ideal para casar, as respostas são unânimes em mencionarem entre os 20 e os 25 anos³⁰⁹.

As alunas de Lisboa queixavam-se amargamente dos homens: achavam-nos egoístas e pouco sérios, obrigando-as a não serem sinceras com eles. Afirmam, também, que a mulher nunca poderia mostrar ao homem o seu interesse por ele, pois arriscavam-se a ser troçadas: esse era um direito masculino³¹⁰.

Três alunas da Universidade do Porto entendiam que a idade ideal para casar eram os 22 anos, porém, um colega mencionou os 28 como ideal. A sua sugestão não foi bem recebida por uma rapariga que retorquiu, “depois de velhas!...”, explicando que “a mulher deve casar cedo que é para, mais tarde, quando os filhos estiverem criados, parecer irmã deles”³¹¹.

O amor parece ser, indubitavelmente, entre as alunas, o seu principal interesse, o qual se materializava a maternidade³¹². Uma das universitárias do Porto dizia mesmo que “era a melhor coisa da vida!”³¹³. Entendiam que o amor, para as mulheres, era “mais certo, mais profundo” e que a dedicação ao homem tinha “um fundo maternal”³¹⁴.

A percepção clara de que o homem era diferente da mulher fazia algumas jovens desejarem ter nascido rapaz, pois eles “têm certas liberdades” embora reconhecessem que a mulher era “incontestavelmente mais afectiva que o homem”³¹⁵.

Quanto à relação com os colegas, as estudantes de Coimbra esclareciam que os “rapazes em Coimbra levavam sempre a camaradagem para outros fins”. E lamentavam a falta de uma secção feminina na Associação Académica³¹⁶. Em Lisboa, a camaradagem entre rapazes e raparigas parecia constituir um problema, e admitem que, se desde o liceu, houvesse uma maior convivência, talvez, na faculdade, as relações

³⁰⁹ Revista “Eva”, Abril de 1942, p. 4.

³¹⁰ Revista “Eva”, Maio de 1942, p. 11.

³¹¹ Revista “Eva”, Junho de 1942, p. 9.

³¹² Revista “Eva”, Maio de 1942, p. 10.

³¹³ Revista “Eva”, Junho de 1942, p. 50.

³¹⁴ Revista “Eva”, Maio de 1942, p.11.

³¹⁵ Revista “Eva”, Abril de 1942, p. 5.

³¹⁶ *Idem, Ibidem.*

fossem mais fáceis. Voltam a reiterar a ideia de que os rapazes não lidavam com elas de forma leal e, por isso, “as mais secas são reservadas e as que têm um desejo e não sabem concretizar são malucas”. Eram da opinião de que as raparigas levianas não tinham noção de o ser, e, quando questionadas acerca do que significava ser leviana, respondiam que era “olhar para as coisas sérias da vida sem seriedade”³¹⁷. As colegas do Porto afirmaram ao jornalista da “Eva” que raramente se realizavam casamentos entre colegas, porque já se tinham habituado a vê-los como camaradas e conheciam os seus defeitos³¹⁸.

Questões culturais e lúdicas também foram abordadas neste questionário. Quanto à prática de desporto, as estudantes de Lisboa apreciavam-no, embora raramente o praticassem. Nadavam, patinavam, faziam ciclismo, de uma forma pontual, sem carácter associativo³¹⁹. Entendiam que a proibição, por parte dos pais, da leitura de certos livros não se afigurava acertada, na medida em que o “fruto proibido é o mais desejado”³²⁰.

Em Coimbra foi lançada uma questão que as estudantes acharam “desavergonhada” e “indecente”, sendo recebida com “gritinhos” e deixando-as em alvoroço. Tratou-se da pergunta: “preferem a camisa de noite ou o pijama?”. Apenas duas colegas, mais livres de preconceitos, respondem: uma prefere a camisa de noite e a outra esclarece gostar de usar camisa de noite no verão, mas no inverno optava pelo pijama de flanela por ser mais quentinho³²¹.

Sob o olhar das estudantes de Lisboa, as criadas eram encaradas como intrusas e até vítimas de alguma discriminação. Uma das jovens comentava que “custa-me admitir a meu lado uma rapariga da minha idade que gosta das minhas blusas, que também desejaria ir ao cinema e às festas e que pode comparar continuamente a sua situação com a minha”. Uma outra admitia que elas não tinham consciência da sua situação, porque “os pobres não sentem como nós”. Só uma jovem caloira mostra alguma sensibilidade, “quando se lida de perto com a miséria vê-se bem como eles sofrem”,

³¹⁷ Revista “Eva”, Maio de 1942, p. 11.

³¹⁸ Revista “Eva”, Junho de 1942, p. 50.

³¹⁹ Revista “Eva”, Maio de 1942, p. 50.

³²⁰ Revista “Eva”, Abril de 1942, p. 5.

³²¹ *Idem, Ibidem*, p. 5.

dizia ela³²². A imagem das criadas de servir, que se afirmou ao longo do século XX, foi bastante negativa, resultante do agravar do conflito entre patrões e empregados³²³.

Após o inquérito realizado na Faculdade de Letras de Coimbra ter sido publicado na “Eva”, as jovens entrevistadas enviaram uma carta à redacção da revista, lamentando o “tom da reportagem” e apelando à possibilidade de poderem rectificar algumas das afirmações feitas e justificar outras que pudessem sugerir uma apreciação errada a seu respeito. Nessa carta tanto criticavam a vinda a público de alguns comentários que foram feitos entre colegas, como a reprodução de gracejos e a questão da roupa para dormir, esclarecendo que não era pergunta para raparigas e que os “gritinhos, alvoroço”, foram a sua forma de protesto a uma questão indecorosa³²⁴.

Em resposta à carta, o jornalista que realizou a entrevista, lamentava que o conteúdo sincero e verdadeiro da sua reportagem, tanto do seu lado como das entrevistadas, tenha suscitado apreciações desagradáveis e que, em causa, estava uma “sinceridade que unicamente se deveria aplaudir”. Acrescenta que, na sua reportagem, não havia intenções maldosas e visava defender “um punhado de raparigas que são alvo de comentários estúpidos que as querem forçar a não ser o que são: verdadeiras!”³²⁵.

A carta enviada também mereceu comentários da revista “Eva”, justificando o inquérito efectuado com a necessidade de conhecer o pensamento das jovens universitárias e, de modo algum, deturpar a sua imagem quando estas agiram no fundo como realmente são: raparigas de 20 anos³²⁶.

Como se depreende pela insatisfação das jovens coimbrãs, a espontaneidade das suas respostas deve ter motivado críticas negativas, um sinal evidente dos tempos, que reservavam às mulheres atitudes recatadas.

³²² Revista “Eva”, Maio de 1942, p. 50.

³²³ SOUSA, António Ferreira de, “A voz das criadas”, *Faces de Eva, Estudos sobre a Mulher*, nº4, Lisboa, 2000, p.57.

³²⁴ Revista “Eva”, Junho de 1942, pp. 35-50.

³²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 35.

³²⁶ *Idem, Ibidem*.

4.2 – “A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão?”

*Agora, segundo rezam os jornais,
já a mulher trocou o doce papel de vítima pela
odiosa posição de agressora.
Em vez de consolar o homem, ataca-o; em vez de o
levantar, derruba-o; em vez de o amar abomina-o.
À guerra das raças, das religiões e das fronteiras,
acrescenta-se esta coisa vil: a guerra dos sexos.³²⁷*

A preocupação com esta questão renasce na sequência da Segunda Grande Guerra. Os conceitos de guerra e paz tiveram uma grande importância no movimento feminista, por afectarem profundamente a vida colectiva e individual das mulheres. Algumas feministas consideravam a mulher um ser mais pacífico, argumentando que a guerra era consequência da natureza agressiva do homem. Durante a guerra, as mulheres substituíram os homens em praticamente todas as profissões, sendo esta entendida, como refere, Rosemarie Lamas, como um “catalisador da libertação da mulher”³²⁸.

Aliás, a “Eva” também o afirma no preâmbulo do comunicado dirigido às leitoras, em véspera da publicação dos primeiros pareceres ao inquérito, “entre os problemas mais importantes do pós-guerra destaca-se, sem dúvida, aquele que tratará da posição social da mulher”³²⁹. Acrescenta que o problema não é recente, no entanto, mais que nunca, precisava de ser discutido e mediado. Afinal o que seria da mulher após o fim da guerra? Voltaria ao lar, abandonando uma posição conquistada? Interessava saber se devia a mulher trabalhar fora do lar, ter uma profissão que lhe proporcionasse liberdade e independência e que a tornasse economicamente livre da tutela do homem. Na nova organização social, tão aguardada quando a paz se instalasse, a mulher deveria continuar a ser educada com o fim de arranjar marido? Estaria a menina prendada, que toca piano e fala francês, prestes a desaparecer? E, se tal acontecesse, que nova mulher iria renascer? Estaria o mundo prestes a conhecer uma rapariga “livre, despida de preconceitos, vestida com elegância, com feminilidade, mas simplesmente, que envergue um fato de macaco e trabalhe lado a lado com o homem, com os mesmos direitos, com as mesmas responsabilidades?”. E esta questão levantava outras, será que

³²⁷ Revista “Eva”, Janeiro de 1942, p. 32.

³²⁸ LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, *ob. cit.*, pp. 91-95.

³²⁹ Revista “Eva”, Janeiro de 1944, p. 35.

a mulher perderia as suas qualidades pelo facto de trabalhar, de passar cinco ou seis horas numa oficina ou num escritório? Tarefas como conduzir automóveis ou escrever à máquina debilitariam a sua feminilidade ou ternura? Será que o trabalho masculinizaria a mulher, dando-lhe modos viris e uma consciência diferente? E a sua função de mãe, que se deveria manter, não seria afectada³³⁰?

São estas as questões que a “Eva” coloca, ao anunciar o inquérito, que contaria com opiniões de diferentes gerações, abrangendo entrevistas a personalidades de vários sectores profissionais e até ideológicos: médicos, professores, artistas, homens do Estado, juristas, homens da ciência, entre outros. Realizaram também inquéritos colectivos nas Universidades e Escolas Superiores de Lisboa, de Coimbra e do Porto, bem como em numerosas fábricas, escolhendo-as pelo número significativo da sua população operária, pelo menos, nas três maiores cidades do país³³¹.

Estava em causa a mulher, mas referia-se também a criança, a família, o homem e o futuro, pois funcionava como “pivot” da sociedade, sobretudo num período de instabilidade como o que se vivia³³².

Dada a extensão do inquérito e, inclusive, o carácter repetido de numerosas respostas importa sobretudo destacar as opiniões que se afiguram mais esclarecedoras quanto ao tema.

Os primeiros testemunhos foram de Almeida Eusébio, presidente do Conselho Superior Disciplinar da Ordem dos Advogados, director da Penitenciária de Lisboa e antigo Ministro da Justiça; de Marcelo Caetano, na altura, professor catedrático da Faculdade de Direito e Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa; de Seomara da Costa Primo, ligada à Faculdade de Ciências e a primeira mulher a ser empossada como professora catedrática; do engenheiro Cunha Leal, antigo chefe de um partido político, Presidente do Ministério e Ministro das Finanças; da poetisa Fernanda de Castro, mulher de António Ferro; de Amaral Pyrrait, membro da Comissão Concelhia da União Nacional, antigo assistente do Instituto Nacional do Trabalho e, na altura, chefe da primeira repartição do Instituto Nacional de Estatística; de Eufrezinda Teixeira, médica conceituada em Lisboa com especialização na área da ginecologia, e, por fim, de Agostinho da Silva, antigo professor da Faculdade de Letras que se dedicou aos estudos e ensaios experimentais de psicologia infantil. Trata-se de um núcleo de entrevistados

³³⁰ *Idem, Ibidem.*

³³¹ Revista “Eva”, Março de 1944, p. 18.

³³² *Idem, Ibidem.*

de diferentes actividades profissionais, o que permite saber como é que a mentalidade pode ou não ser influenciada pela profissão.

A primeira pergunta, dirigida a Almeida Eusébio, foi bastante assertiva: “A mulher casada deve trabalhar profissionalmente ou deve canalizar toda a sua actividade no sentido do lar?”. Nas palavras do entrevistado, o preferível “seria o regresso ao lar”, embora “não como (...) inferior, a exemplo dos tempos romanos, em que, nem pelo menos, lhe era dado o direito de falar, mas sim com uma posição bem marcada”. Apesar da sua opinião, nada favorável à entrada das mulheres no mundo do trabalho, admitia que o regresso da mulher ao lar era impensável, uma vez que nem todas casam e a mulher era obrigada “a vir para a rua ganhar a sua vida”. Considerando o discurso, já tratado neste estudo, interessava conhecer o parecer do inquirido sobre as possibilidades de emprego feminino. A resposta não deixa de ser curiosa: “Havemos de vê-la em todos os trabalhos”, esclarecendo já ter visto mulheres a varrer ruas, a conduzir eléctricos e táxis. Compreendia que as necessidades económicas e a fome as obrigavam a sair de casa para, isoladamente ou com o marido, garantirem a subsistência da casa. E reconhece que a mulher “é tão forte e tão hábil” como o homem e, se na altura, parecia “mais fraca ou mais débil é unicamente como consequência de ter vivido atrofiada até aqui”³³³.

O colaborador da “Eva” lança uma outra questão, muito debatida na altura: “podem atribuir-se as culpas do desemprego masculino à mulher pela razão de concorrência na luta por uma profissão?”. Para o entrevistado a questão era clara: “De forma alguma. A mulher veio para a indústria mas não é culpada do desemprego masculino. Pois se ela também possui dois braços e necessita emprega-los! O trabalho é um direito. Porque não há-de a mulher ter também esse direito? Crise, desemprego, miséria, sim senhor, existe. Mas culpem quem quiserem menos a mulher! Era o que faltava! O Estado tem de garantir o emprego a toda a gente que quer trabalhar. Mais ainda: o trabalho tem de dar ao trabalhador um mínimo suficiente para que possa viver. Sem isto há desequilíbrio”³³⁴.

O modo objectivo, como foi formulada a questão basilar do inquérito, mantém-se na entrevista a Marcelo Caetano. Todavia, este demonstrou alguma prudência na resposta dada: “não posso responder em termos absolutos. E não posso porque não há uma regra há casos (...) A resposta deve variar consoante as profissões e, sobretudo,

³³³ Revista “Eva”, Março de 1944, p. 18.

³³⁴ *Idem, Ibidem.*

consoante as mulheres (...).” A superficialidade da resposta motivou uma reformulação da questão, “a mulher deve permanecer no lar cuidando e orientando os serviços domésticos e a educação dos filhos ou deve trabalhar profissionalmente, nos escritórios, nas fábricas...como o homem?”³³⁵. Para Marcelo Caetano, “(...) a grande missão da mulher portuguesa é a de formar as gerações presentes e futuras (...) portanto ela precisa de estar em casa, a apoiar, e estimular, a orientar o marido, a defender a saúde dos filhos, a formar-lhes a consciência, a sensibilidade, o carácter”³³⁶.

Todavia, entendia que a educação da mulher não se deveria cingir a torná-la numa boa dona de casa, pois almejava uma “elevação séria do nível de cultura feminina. Não ensinando às mulheres grandes doses de ciências variadas, mas habilitando-as a exercer, com competência e eficiência, o papel essencial de companheira do marido e dos filhos em todos os aspectos da sua vida familiar e profissional”. Para o docente universitário e político do regime, o papel da mulher cumpria-se no lar. No entanto, a palavra “profissional” utilizada no seu depoimento suscitou alguma perplexidade junto do colaborador da “Eva”, que o questionou sobre o assunto. Marcelo Caetano explica a sua concepção: “Veja o que se ganharia neste país se as mulheres fossem senhoras, em cada casa, daqueles mil conhecimentos práticos que permitem evitar ou tratar uma doença, tirar todo o partido do salário, aproveitar todas as condições para melhorar o nível de vida e aumentar o conforto, e soubessem ser a amiga, a confidente, o estímulo e o amparo do operário ou do intelectual, conforme a sua classe!”³³⁷.

Demonstrava, pois, não discordar de todo da possibilidade da mulher poder trabalhar fora do lar. No entanto, fazia questão de sublinhar e justificar, constantemente, a sua visão. A questão da maternidade era para si de extrema importância, pois sem uma mãe a tempo inteiro, que deixa o lar para trabalhar fora de casa, os filhos ficariam entregues a mercenários. Restavam-lhes as creches e infantários mas falta-lhes “o carinho materno e aquela formação que só um bom ambiente de família proporciona”.

Numa nova tentativa de expressar claramente a sua opinião afirmava: “(...) a mulher destinada a ser esposa e mãe deve ter uma cultura geral correspondente ao meio social em que tem de viver; educação como dona de casa e mãe, para ser o centro da vida familiar e o elemento propulsor do bem estar de todos e do progresso do marido e

³³⁵ *Idem, Ibidem.*

³³⁶ *Idem, Ibidem.*

³³⁷ *Idem, Ibidem*, pp.18-19.

dos filhos, além de tempo livre e disposição para exercer a sua acção de companheira e educadora.³³⁸”.

Após e, por mais de uma vez, tentar justificar a sua visão, a expressão com que remata a entrevista não deixa de ser dúbia: “se com tudo isto puder exercer uma profissão tanto melhor (...)”³³⁹.

Com Seomara da Costa Primo, a entrevista principia com uma pergunta diferente: “Sendo biologicamente a mulher um ser diferente do homem, serão consequentemente as suas funções sociais diferentes?”. “Entendo que a função biológica está ligada à função social mas a mulher pelo facto de ser biologicamente diferente tem como o homem cérebro para pensar e os seus movimentos são idênticos. Todas as qualidades da mulher estão ainda esbatidas por uma sujeição pesada – o destino histórico que lhe reservaram. Uma ginástica de vida mais livre de poucos anos não pode ainda eliminar todos os defeitos nem dar uma plenitude de rendimento. Se o homem e a mulher se completaram na função mais nobre da espécie, a gestação de novas vidas, devem completar-se também em todas as funções do mundo social”³⁴⁰.

Dada a resposta, foi colocada a pergunta primordial, a que respondeu de forma positiva, garantindo que a sociedade só lucraria com o trabalho feminino. Numa altura em que o trabalho era qualificativo de dignidade, a mulher deveria sentir necessidade de uma realização mais ampla. Esclareceu, também, que não acreditava “nas deficiências em relação ao homem”.

Questionada acerca da compatibilidade do trabalho profissional com a organização do lar e a educação dos filhos, não fala por experiência própria, mas tomando o exemplo de outras mulheres. Na sua opinião, a ciência e o trabalho não impedem as funções maternas e educadoras. Afinal, quanto maior fosse o nível cultural das mulheres, melhores seriam as possibilidades de condução da vida dos filhos³⁴¹.

O engenheiro Cunha Leal abordou a questão começando por traçar a diferença biológica entre homem e mulher: “A natureza predispôs a mulher para uma função essencial: propagar a espécie, quer pela gestação de novas vidas, quer pela preservação dessas vidas na fase em que a fragilidade física as expõe a todas as causas. Certos períodos da vida das mulheres incapacitam-nas, pois para o exercício de funções exteriores às que desempenham no lar. Fora dessas épocas, os simples cuidados caseiros

³³⁸ *Idem, Ibidem*, p. 19.

³³⁹ *Idem, Ibidem*.

³⁴⁰ *Idem, Ibidem*.

³⁴¹ *Idem, Ibidem*, p. 20.

são mais do que suficientes para entreter ou mesmo esgotar a capacidade de trabalho da mulher³⁴²».

Na opinião deste político o factor preponderante para a mulher optar pela via profissional era, na maioria dos casos, a escassez económica e propunha que todas as donas de casa estivessem na dependência do chefe de família com o encargo de prover o sustento do agregado a que presidia. Todavia, na falta de dinheiro para suprir todas as despesas ou a mulher “tem rendimentos para levar a vida decente ou a sociedade lhe deve prestar o mínimo de assistência para a consecução desta finalidade”. Salienta que o Estado moderno, embora não encorajando a actividade profissional feminina, também não a proibia, salvo alguns casos. Questionado sobre a existência de deficiências físicas e intelectuais nas mulheres, o entrevistado responde: “que, em média a mulher tem força física inferior à do homem é um facto, que justificaria a proibição, por parte do Estado, do ingresso da mão-de-obra em certas tarefas excessivamente violentas. Afirmar, porém, com a mesma convicção que a mulher tem faculdades intelectuais inferiores à do homem, isso já nos parece um exagero de vaidade masculina. Quanto muito, podia asseverar-se que o espírito feminino tem predisposições intelectuais peculiares e que as suas qualidades afectivas são susceptíveis de fazer perder aos seus juízos aquela serenidade (...)”³⁴³.

Para a poetisa e escritora Fernanda de Castro, a mulher devia ter uma profissão, mas se confrontada entre a opção de ficar em casa e dedicar-se ao lar e à educação dos filhos e o trabalho fora do domicílio, deveria escolher a primeira hipótese, desde que este não carecesse de meios monetários. Sublinha, também, a necessidade de elevar o nível educacional da mulher, dando-lhe um certo nível cultural que deveria ter dois sentidos: o profissional, como garantia em caso de precisar de trabalhar fora do lar e o doméstico. Quanto à educação dos filhos, é da opinião que esta podia ser feita por estranhos. A poetisa acreditava que a guerra traria modificações na vida feminina, e que as mulheres estavam habilitadas a substituírem o homem em qualquer profissão e, mesmo que voltassem ao lar levavam consigo a certeza das suas possibilidades de realização³⁴⁴.

O colaborador da “Eva” partia com grande entusiasmo para ouvir o próximo inquirido, visto que alguns anos atrás, Amaral Pyrrait tinha realizado um estudo sobre o

³⁴² *Idem, Ibidem.*

³⁴³ *Idem, Ibidem.*

³⁴⁴ *Idem, Ibidem.*

trabalho profissional das mulheres e dos menores. Este entendia que a mulher podia trabalhar, embora com condicionalismos, que diziam respeito aos seus próprios interesses. Quanto à mulher casada deveria dedicar-se em exclusivo ao lar, visto que sendo “tão completo tão absorvente e de tanto interesse social” exclui qualquer outro³⁴⁵.

Ao casar, a mulher, deixava uma profissão sem nada receber em troca; na eventualidade de ficar viúva, considera que a previdência social o devia suprir. No caso de não existirem filhos, poderia então, voltar ao trabalho profissional. Questionado acerca da maternidade, entendia que “o meio próprio para educação dos filhos é o lar onde o pai e a mãe se completam mutuamente para essa educação”³⁴⁶.

Com os regimes autoritários de Salazar, de Hitler, de Mussolini e de Franco há uma “mobilização dos ventres”, na expressão de Helena Neves, para quem “bem parir e bem servir” se tornam funções de carácter nacional, complementando-se no âmbito da família, bem ainda alicerce fundamental da nação. A adopção deste pensamento impõe políticas natalistas e de exclusão do trabalho feminino. Daqui resultam as leis que interditam ou dificultam o trabalho feminino, com certas profissões a serem vedadas às mulheres e noutras o casamento é sujeito a autorização, como é o caso das professoras primárias, das enfermeiras dos hospitais civis e das telefonistas³⁴⁷.

Assim, na sua opinião, seria previsível a baixa da taxa de natalidade entre as mulheres que desempenhavam actividades profissionais, justificando essa posição com os seguintes argumentos: “o mais flagrante são as causas resultantes da vida moderna, sobretudo nas classes burguesas. Muitas mulheres não suportam os filhos por razões de ordem mundana. A questão estética (...) os cuidados (...) O horror à divisão de fortunas que existe nesta classe (...) Nas classes operárias não se dá o mesmo facto. Não há aspirações e os filhos são mais tarde uma fonte de rendimento (...)”³⁴⁸.

Acreditava que o trabalho feminino não iria desaparecer, todavia, também era de opinião que medidas de coacção não eram solução para o problema e, muito menos, eficientes para a fazerem regressar ao lar. Termina afirmando que havia uma possibilidade da guerra modificar a vida feminina, porém, em Portugal, as mudanças seriam uma consequência das alterações realizadas nos países beligerantes³⁴⁹.

³⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p. 48.

³⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 48.

³⁴⁷ NEVES, Helena; CALADO, *ob. cit.* pp. 11-14.

³⁴⁸ Revista “Eva”, Março de 1944, p. 48.

³⁴⁹ *Idem, Ibidem*.

Segue-se a opinião de Eufrezinda Teixeira, que entende que “a mulher tem o seu verdadeiro papel no lar, mas só deve ir para ele quando tiver as condições que lhe são essenciais”. Não crê que o trabalho torna a mulher mais digna porque: “A sua principal função - a maternidade é tão nobre e tão grande que chega para a dignificar. O meu exemplo não serve. A mulher que tem uma profissão deve abandoná-la quando casa, desde que o marido lhe possa dar uma vida, pelo menos modesta. Mas se ele não tem essa possibilidade deve trabalhar; é certo que isso é sacrificar a sua vida de mulher-esposa, de mulher-mãe”.

Questionada sobre a possibilidade de os dois sexos poderem desempenhar as mesmas funções, a médica sublinha que o “homem fisicamente é superior à mulher”, mas intelectualmente, desde que se instrua, a mulher não lhe é inferior, embora cada sexo devesse ter uma “especialização conforme o seu carácter biológico”.

A questão da educação dos filhos afigura-se consensual entre os entrevistados. Neste aspecto também Eufrezinda Teixeira entendia que o papel essencial da mãe residia na educação dos filhos e que esta deveria ter as vertentes doméstica e prática. Uma intervenção maior, por parte do Estado, na educação infantil ainda era um problema a discutir. Grande número de crianças lucraria, mas, em contra partida, as mães com “qualidades orientadoras, perderiam uma das maiores aspirações – educar os seus filhos”. Já quanto à diminuição da taxa de natalidade por via da profissionalização feminina se afigura sensata: “Tudo depende da forma de ser da mulher. A que gosta de ter filhos tê-los-á, trabalhe muito ou trabalhe pouco. Tendo a mulher que trabalha a assistência social que deveria ter no sentido de salvaguardar os seus direitos de mãe e de esposa, creio que o trabalho profissional não implicaria com uma diminuição da natalidade”³⁵⁰.

Termina deixando um testemunho pessoal como forma de responder se o pós-guerra traria modificações à vida das mulheres: “Já cá estava quando da outra guerra. A transformação foi intensa. Quando entrei para a Faculdade de Medicina só havia duas alunas que eram ridicularizadas por todos. Hoje é o que se vê. O que não virá no fim desta?”³⁵¹.

Finalmente, a opinião do filósofo e pensador Agostinho da Silva, que se inicia com a pergunta fundamental a que este responde: “A mulher é antes de tudo um ser humano e o ser humano caracteriza-se essencialmente pela aspiração a realizar a sua

³⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

³⁵¹ *Idem, Ibidem.*

liberdade, a ser um indivíduo plenamente capaz de aproveitar todas as suas possibilidades. A independência económica é uma condição indispensável para atingir este nível de liberdade. Todo o ser dependente economicamente não é livre. A mulher, portanto, só poderá realizar-se como ser humano na medida em que não for limitada por uma dependência económica. A única forma de assegurarmos a independência económica é o trabalho. Enquanto não houver outra forma de assegurar a produção só pelo trabalho, digamos pela entrada numa profissão, poderá a mulher garantir-se possibilidades de realização como ser humano”³⁵².

Para o último entrevistado, o “lar poderia existir sem que a mulher se veja obrigada a todos os cuidados materiais como actualmente acontece”³⁵³.

Após as opiniões individuais de personalidades de relevo na sociedade portuguesa do tempo, convém também abordar a vertente colectiva do inquérito efectuado junto das Escolas Superiores de Lisboa, nomeadamente, o Instituto Superior Técnico, as Faculdades de Direito, de Letras e de Medicina bem como o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. A repetição de opiniões, bem como, o espaço limitado a que estamos sujeitos leva-nos a optar por um esquema mais simples, contudo esclarecedor, que responderá à questão primordial do inquérito e onde serão unicamente valorizadas as opiniões individuais dos alunos, uma vez que, quando se gera consenso colectivo não é possível determinar o número daqueles que a apoiam.

Quadro 1

Repartição por sexo e por escolas das respostas ao inquérito (1944)

Faculdade	Feminino	Masculino
Instituto Superior Técnico	1	2
Faculdade de Direito	2	7
Faculdade de Letras	2	1
Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras	1	3
Faculdade de Medicina	2	2

Fonte: Revista “Eva”, Abril de 1944, pp. 14-47

³⁵² *Idem, Ibidem.*

³⁵³ *Idem, Ibidem.*

Quadro 2

Resultados finais do inquérito à questão “A mulher, especialmente a casada, deve ou não trabalhar profissionalmente?” com base nas opiniões de alunos das cinco escolas

Resposta	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Sim	4	6
Não	3	2
Excepcionalmente	1	7

Fonte: Revista “Eva”, Abril de 1944, pp. 14-47

Pelos resultados dos quadros pode-se concluir que a maioria das raparigas defendia o trabalho das mulheres fora do domicílio, enquanto, entre os rapazes, vigora a opinião de que este só deve ser aceite a título excepcional. A justificação para as exceções centra-se na questão económica, isto é, se o ordenado do marido não for suficiente para sustento da casa, então a mulher devia trabalhar profissionalmente³⁵⁴.

Continuam as opiniões individuais, com a participação de Raul Esteves dos Santos, presidente da agremiação “A Voz do Operário”, da senhora Von Bonhorst, presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e dos atletas do Sport Lisboa e Benfica.

Convém salientar que a associação “A Voz do Operário” contava com cerca de 40% de mulheres na sua massa associativa, ou seja, perto de vinte mil sócios do sexo feminino. O presidente da associação mostra alguma sensibilidade perante a causa feminina. Aliás, é da opinião que, só quando ultrapassados os graves defeitos que a rodeavam (em particular a educação tradicional, que a conduzia a preocupar-se apenas com exterioridades e a viver de fugazes e doentias impressões), é que a mulher poderia encontrar a felicidade. Relativamente à conjugação da profissão com a maternidade, acreditava que as creches, os jardins-escola, as cantinas instaladas nas grandes empresas, ou centralizadas nos bairros fabris ou comerciais poderiam e tinham que resolver uma parte dessa questão. E termina dizendo que já vão longe as palavras de

³⁵⁴ Revista “Eva”, Abril de 1944, pp. 14-52.

Aristóteles: “O escravo não tem vontade, a criança tem-na incompleta e a mulher impotente”³⁵⁵.

A senhora Von Bonhorst manifestava-se favorável ao trabalho feminino como sintoma do próprio progresso: os tempos tinham mudado e a mulher não podia repousar nas soluções de vida anteriores. Acreditava que as mulheres que trabalhavam, excluindo as operárias, eram, em geral, mais inteligentes, mais cultas e corajosas. Quando a mulher vivia uma vida desafogada, devia decidir ficar no lar, a não ser que, tivesse “um valor extraordinário”. Cita o exemplo de Marie Curie, que se tivesse dedicado a sua vida ao lar teria sido uma grande perda para o mundo. Prossegue com alguns exemplos de mulheres portuguesas como Virgínia de Castro e Almeida e Guilhermina Suggia. Confrontada com a tese que defendia a diminuição da taxa de natalidade em função do trabalho da mulher, a inquirida não lhe atribui fundamento, pois “os pobres têm mais filhos e, contudo, são as mulheres das classes pobres que trabalham mais”. Defendia que a diminuição do número de filhos podia resultar de outros factores que não o emprego feminino e dá o exemplo das mulheres ricas quem têm menos filhos “por uma questão de egoísmo”³⁵⁶.

O primeiro atleta entrevistado, do Sport Lisboa e Benfica, defendia que a mulher casada não devia trabalhar, excepto em caso de necessidade. Aliás, era da opinião que, depois de casada, a actividade desportiva da mulher deveria mudar, não podendo entrar em provas de competição. Embora não dispondo números precisos, vários atletas partilhavam deste ponto de vista. Apenas dois, que além de atletas eram estudantes de medicina, reconheciam o trabalho feminino fora do lar. O regresso da mulher ao lar era defendido, de uma forma geral, pelas raparigas, com excepção de uma jovem que valorizava a educação fora de casa e partilha que “ainda tem às costas” os defeitos da educação³⁵⁷.

Nenhuma das opiniões esboçadas até agora representa a realidade amarga das mulheres portuguesas economicamente mais fragilizadas. Como relata Maria Lamas, nas mulheres do povo são raras as domésticas, todas se dedicavam a uma profissão fora do lar. Normalmente eram operárias, trabalhadoras rurais, vendedeiras, criadas de servir ou “mulheres-a-dias”³⁵⁸.

³⁵⁵ Revista “Eva”, Junho de 1944, p. 34.

³⁵⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 34-35.

³⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p. 35.

³⁵⁸ LAMAS, Maria, *ob. cit.*, p. 458.

Como forma de dar voz a estas mulheres, a “Eva” levou o seu inquérito a várias fábricas portuguesas, iniciando pela Sociedade Nacional dos Fósforos, onde uma operária, que contava já com quarenta anos de trabalho, esclarecia sentir-se cansada e que se pudesse iria para casa. Continua e diz que se sente “velha e que tem as pernas inchadas de trabalhar todo o dia” pedindo aos jornalistas da revista, “vejam os senhores se arranjam alguma coisa para a gente voltar para casa”. A sua opinião foi partilhada por várias colegas. Uma outra afirmaria que, em nova, gostava mais da fábrica mas “depois vieram os filhos”. Perante este leque de opiniões, o mestre partilhava da ideia de que as mulheres casadas deviam regressar ao lar e só as solteiras deviam trabalhar. As operárias garantem que essa também era a sua vontade: “também nós queríamos, mas os nossos homens não ganham”. Sobre a possibilidade das mais jovens terem filhos, a ideia parecia agradar-lhes mas era preciso ter como “mantê-los”. Uma operária mais idosa afirmava, que as mais jovens “estavam melhor agora que no nosso tempo (...) têm creche, têm prémios (...) no meu tempo tínhamos que pedir dinheiro emprestado para pagar a parteira”. O gerente entendia que a vida se devia compor de maneira a que as mulheres casadas não tivessem necessidade de trabalhar nas fábricas. Confirma, no entanto, que o rendimento auferido pelas mulheres é bastante bom, e que, em certas actividades, eram mais produtivas do que os próprios homens. No entanto, explica que a empregabilidade de mulheres casadas tinha certas desvantagens: “faltam com frequência para tratar dos filhos, e nos últimos meses de gravidez perdem em rendimento”³⁵⁹.

Nos grandes Armazéns do Chiado, em Lisboa, a opinião feminina é unânime, todas consideraram o trabalho fora do lar prejudicial, entendendo que a “mulher se fez para estar em casa”. Numa das secções, o jornalista confronta uma chefe, que lhe afirma que prefere ter uma profissão embora sendo casada. Se um dia tiver filhos, a sua opção será outra, ficando em casa para os educar, afirmando, “só eu é que poderia educar os meus filhos como desejo”. O chefe de uma outra secção partilha a opinião que a mulher só deve trabalhar quando solteira mas confessa, “tenho aqui a minha mulher a trabalhar (...) mas é só porque não ganho o suficiente”³⁶⁰.

Na fábrica de chocolates “A Favorita”, tal como nos Armazéns do Chiado, operárias e operários defendem que não cabe à mulher a vida profissional. Apenas uma

³⁵⁹ Revista “Eva”, Junho de 1944, pp. 35-50.

³⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 50.

operária de 16 anos se mostra contra dizendo que quer trabalhar, mesmo depois de casada, entendendo que a “mulher deve ser independente”³⁶¹.

A iniciativa não reservou a sua acção a Lisboa. Deslocou-se também à cidade do Porto para ouvir as opiniões do Dr. Ângelo César, do Dr. Artur de Magalhães Bastos, antigo professor universitário, o Dr. António Emílio de Magalhães, dirigente da Liga de Profilaxia Social, de Luís Ferreira Alves e de Manuel Pinto de Azevedo Júnior, director de “O Primeiro de Janeiro”. Deste leque de entrevistados, três não consideraram prejudicial o trabalho profissional da mulher casada e, mais uma vez, são evocados os motivos económicos, não se tratando de um “dever”, mas de uma necessidade. Apenas, Artur de Magalhães Bastos e Luís Ferreira Alves argumentam que a função da mulher se concretiza no lar³⁶².

Ainda no Porto, o jornalista foi a três faculdades e a várias fábricas colher opiniões. Nas faculdades do Porto, o inquérito foi muito debatido entre os alunos, e a quase inexistência de opiniões individuais não nos permite apresentar factos precisos.

Na fábrica de calçado “Atlas” todas as operárias ouvidas defendiam o regresso ao lar, deixando o trabalho profissional “de boa vontade”. Uma das entrevistadas afirmava não poder deixar de trabalhar, era viúva e tinha os filhos pra sustentar, mas se o marido fosse vivo e com o seu salário cobrisse todas as despesas da casa “preferia ficar em casa”³⁶³.

Na fábrica da Areosa, o inquérito incidiu primeiro nas mulheres que desempenhavam funções na cozinha. Em consenso absoluto defendem a “volta às ocupações caseiras”. Segue-se uma visita à creche onde muitas mulheres amamentavam os seus filhos e a opinião mantém-se. Na área dos trabalhos fabris, propriamente ditos, a opinião divergia um pouco, com algumas operárias a quererem “a todo custo ficar no trabalho profissional”. O grupo de jovens educadas na fábrica prefere o trabalho profissional e acrescenta que se sentem melhor na fábrica, preferindo-a à vida de casa. O empregado que acompanhava o jornalista na visita pelas instalações da fábrica esclareceu que as mulheres correspondiam às exigências profissionais com a mesma eficácia que o sexo oposto, senão mesmo, em algumas secções superiores, o que

³⁶¹ *Idem, Ibidem.*

³⁶² Revista “Eva”, Julho de 1944, pp. 34-35.

³⁶³ Revista “Eva”, Agosto de 1944, p. 35.

justifica serem, muitas vezes, as preferidas. No entanto, também afirma que o facto do salário feminino ser mais baixo também pesa nessa decisão³⁶⁴.

Em Coimbra, contrariamente, ao que tinha acontecido em Lisboa e no Porto, o questionário não se realizou junto das várias faculdades, privilegiando-se algumas figuras do meio universitário como o Dr. Amorim Girão, na altura, director da Faculdade de Letras, o Dr. Maximino Correia, o reitor da Universidade, Manuel Tarujo de Almeida, o Presidente da Associação Académica de Coimbra, Arquimedes da Silva Santos, vice-presidente do Teatro dos Estudantes e, por fim, uma rapariga, Maria Margarida Furtado Martins, presidente da Juventude Católica Feminina, cujas opiniões se afiguram traduzir os pontos de vista dos antecessores que dirigem a instituição de ensino que hoje nos acolhe.

O reitor da Universidade de Coimbra entendia, em primeiro lugar, estar reservado à mulher o seu papel de esposa e mãe, mas não ignora que “a evolução da vida pode, evidentemente, exigir mais alguma coisa da mulher”. Continua, “muitas mulheres são hoje chamadas ao exercício duma profissão, e todos nós com as nossas condições de vida e hábitos patriarcais, que somos pais, visto que é possível e necessário, devemos orientar a mulher no sentido da profissão”³⁶⁵.

Já o director da Faculdade de Letras mostra uma posição menos sensata face à questão, se não mesmo contraditória com o facto de as Letras serem considerados cursos feminizados: “O lugar da mulher é em casa. Embora a mulher lucre em valorizar a sua educação, na minha forma de ver, nunca deve competir com o homem. Se a natureza os fez diferentes biologicamente, deve faze-los, por consequência, na sua actividade. Há profissões para as quais o homem não está indicado. A essas deve a mulher ter acesso”.

Na sua opinião, só trazia transtornos à organização familiar e, por extensão, à própria sociedade. Acrescenta que era muito possível que o pós-guerra trouxesse independência económica à mulher, uma das consequências “mais nefasta da guerra (...) a mulher desfeminiza-se”³⁶⁶.

O presidente da Associação Académica entendia “que se a mulher tem necessidade, deve trabalhar (...) mas só deve trabalhar profissionalmente por motivos económicos”, mas não após o casamento, devendo a mulher dedicar-se unicamente ao

³⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p. 46.

³⁶⁵ Revista “Eva”, Setembro de 1944, p. 34.

³⁶⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 34-35.

lar, pois cabia-lhe a grande missão de “prestar toda a assistência moral ao conjunto familiar e à educação dos filhos.” Termina com um discurso de carácter evangelizador ao afirmar que: “a mulher depois de se capacitar de que praticamente pode desempenhar as mesmas funções que o homem, é possível que consiga com isso uma pretensão de maior liberdade e independência. Deixe-me frisar que a acho maléfica. Mas também creio, que há-de haver sempre um conjunto de predicados que farão com que uma grande parte das mulheres continuem no seu caminho, cumprindo a grande missão que mais logicamente lhes pertence – a de esposa e mãe”³⁶⁷.

O director desportivo da Associação Académica responde positivamente. No entanto, tendo em conta a forma como a sociedade estava organizada, a mulher se trabalhasse depois de casada não podia dedicar-se ao lar. Como tal, se as condições económicas o permitissem, devia centrar a sua atenção na casa. E se a sua vontade fosse a de trabalhar, mesmo que as necessidades económicas não o exigissem, achava que iria haver prejuízo de uma das coisas, ou o lar ou a profissão. Porém, mostra alguma prudência e afirma que é uma questão particular, que dependia da vida do casal. O jornalista aproveita a presença do director desportivo e pergunta-lhe se a mulher deve ou não fazer desporto. Este afirma com firmeza, “claro que deve (...) o desporto é uma necessidade física, pelo menos até uma certa idade (...) até aos 27 anos, aproximadamente (...) depois deve continuar a fazer ginástica”³⁶⁸.

Arquimedes da Silva Santos revela um pensamento menos tradicionalista, ao defender que “toda a humanidade saudável tem o direito e o dever de trabalhar; logo não se pode excluir a mulher”. Na sua opinião, o trabalho profissional também podia fazer parte da vida da mulher, embora “numa boa organização e divisão de trabalho, o problema da profissão feminina, além dos factores biológicos e sociais tenha que ser feito à base da conformação anatómica, fisiológica, psicológica da mulher, tomando em conta requisitos como: Qual a função social do trabalho feminino? Onde o seu maior rendimento?”. À pergunta se devia manter a profissão após o casamento, o entrevistado afirmava que “a mulher, quer solteira, casada, viúva ou divorciada não se deve esquecer que é sempre mulher”. Só achava oportuna a questão se a mulher tivesse filhos e estes lhe absorvessem todo o tempo, pois o ser casada para ficar em casa a “cumprir os três c: cama, cozinha e costura”, parecia-lhe que a “mulher mesmo assim se torna profissionalmente criada especial dum homem”. Considerava a existência de filhos, a

³⁶⁷ *Idem, Ibidem*, p. 52.

³⁶⁸ *Idem, Ibidem*.

sua primeira missão, não era impeditivo para trabalhar, pois os obstáculos profissionais desapareceriam numa sociedade onde a mulher e a criança fossem especialmente protegidas³⁶⁹.

Para a única rapariga a ser ouvida, a mulher, em princípio, não deveria trabalhar profissionalmente. Embora, reconheça a existência de sectores onde a mulher substitui com vantagem o homem, nomeadamente, escolas primárias masculinas ou femininas, liceus femininos e hospitais. Alude também a “mulheres excepcionais” e “fechar-lhes o caminho seria privar o mundo de largos clarões de génio.”. Mas, concordava que nem todas as profissões eram adequadas à mulher, pois “atira-la para certos campos de trabalho, coloca-la em certos ambientes, é fazer-la descer do pedestal em que os encantos do seu sexo a haviam colocado (...) onde julgava ir encontrar a sua libertação, a realização da sua personalidade, por erro de vocação foi a penas cavar a sua infelicidade”³⁷⁰.

Para terminar o inquérito novos rostos são convidados a colaborar e a discutir a questão. Para a Condessa de Rilvas, dirigente da OMEN, “normalmente, a mulher deve estar no seu lar; é lá que ela tem a sua missão: missão natural e providencial³⁷¹”. “Ela é a companheira do homem, a sua colaboradora, muitas vezes o seu amparo e a sua conselheira (...) Ela é a mãe dos seus filhos, a sua educadora, a sua vigilante, guardiã terna e dedicada. Portanto, as leis sociais devem todas convergir para este fim: dar ao chefe de família o salário suficiente para assegurar à esposa e aos filhos meios de subsistência que lhes são necessários, e assim permite à mulher que fique no seu lar”³⁷².

Na opinião desta figura política, a questão da entrada das mulheres numa profissão podia ser objecto de várias leituras. Em primeiro lugar, existem, na sua opinião, profissões que são conciliáveis com a natureza feminina, como a de professora, de médica, de enfermeira, de puericultora, de assistente social, entre outras, porque são actividades onde as qualidades de inteligência, de coração, de dedicação se podem exercer largamente, não as impedindo de continuarem a ser “rainhas do seu lar”. Reconhece que as mulheres estavam a recorrer, cada vez mais, ao trabalho fora do domicílio e, aponta, como causa principal, a questão económica comprometida pela insuficiência do salário dos chefes de família, pela viuvez e pelo abandono. Porém, invoca outro motivo, a atracção por uma vida mais livre e independente. E em tom de

³⁶⁹ *Idem, Ibidem*, p. 35.

³⁷⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 52-55.

³⁷¹ Revista “Eva”, Outubro de 1944, p. 34.

³⁷² *Idem, Ibidem*.

desabafo refere, “vivemos numa época de imoralidade e de irresponsabilidade (...) é necessário moralizar os costumes”. Não partilhava da ideia de que a actividade profissional pudesse reduzir qualidades femininas, até porque algumas profissões, como a de médica e educadora, as podiam desenvolver não deixando, no entanto, de apontar “estragos físicos e morais” motivados pela longa permanência da mulher no trabalho fora do lar³⁷³.

Uma outra inquirida é um rosto conhecido da “Eva”: Irene Lisboa, escritora e colaboradora da revista. Começa por responder à pergunta habitual, embora considere o termo “deve” muito impositivo, substituindo-o por “convém-lhe tê-la”. Questionada sobre se considera o trabalho profissional compatível com os “deveres maternos”, argumenta que, no seu entender, “não há função de mulher como não há função de homem, moralmente”. Salienta que a mulher que exerce uma profissão continua mulher, o seu estado de mãe é que, temporariamente, pelo menos, podia ser embaraçado pela profissão, pois enquanto os filhos são pequenos é-lhe prejudicial desviar deles a sua atenção. Para Irene Lisboa, o trabalho maternal da criação dos filhos podia ser encarado como uma profissão, uma vez que, “criar os filhos é um trabalho sempre mais bem feito pelas mães do que por todas as mercenárias”, cabendo ao Estado subsidiar e dirigir essa profissão temporária, que é a criação dos filhos pelas próprias mães. Questionada sobre se a orientação da educação da mulher deveria seguir uma vertente direccionada para a vida doméstica ou ter um carácter profissional, afirma que “para muitas mulheres o ambiente doméstico é insuficiente e, para muitas outras é materialmente precário”. Termina deixando o seu exemplo, “sem a minha profissão de professora, que foi o meu pequeno ganha-pão, não sei de quê e como teria vivido...”³⁷⁴.

Os restantes entrevistados, no último número do inquérito, são o Dr. Delfim Santos, Professor da Faculdade de Letras, o poeta Manuel da Fonseca e, por fim, o Dr. José Carlos Ferreira, dirigente da Repartição do Trabalho do Instituto Nacional do Trabalho. Enquanto o primeiro entendia que “a mulher verdadeiramente feminina coloca sempre o lar em primeiro plano”³⁷⁵, já o poeta Manuel da Fonseca afirmava que a mulher podia e devia trabalhar, mesmo depois de casada, embora com implicações na organização da sua vida, ou seja, “a mulher não pode, de modo algum, acumular a profissão, o lar e a educação dos filhos. Mesmo a educação dos filhos é tarefa

³⁷³ *Idem, Ibidem.*

³⁷⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p. 35.

demasiada, pela sua complexidade e falta de conhecimentos, para a mulher. A educação deve ser feita por estranhos à família (mestres), não perdendo os pais o direito de assistência a essa educação, e assim a parte afectiva nada perde³⁷⁶.

Já a posição do último inquirido, merece mais atenção uma vez que ocupa um cargo numa instituição directamente relacionada com a questão laboral. Começa por responder implicitamente: “Isso da libertação económica da mulher e da sua dependência do homem por causa do exercício da sua actividade no lar, são expressões que o meu pensamento abertamente repudia. É que no meu entender, essa chamada libertação contraposta à tal dependência pode ser caminho de escravidão da mulher, e sê-lo-á na medida em que por ele a mulher seja forçada a atraiçoar a sua missão no mundo. Ao contrário, a mulher caminhará para a sua libertação sempre que possa conduzir-se ou ser conduzida pelas vias que levam à realização dos fins para que foi criada”³⁷⁷.

Posto isto, sintetiza que a mulher, em princípio, deve exercer a sua actividade no lar. Considerava-se um “ardoroso partidário do chamado regresso da mulher ao lar”, fundando o seu pensamento em razões de ordem espiritual, moral, social e económica. Porém, em detrimento da expressão “regresso ao lar” preferia usar uma outra, que nas suas palavras, se afigurava melhor, mais harmoniosa com a “era de justiça social que se avizinha”. Optava pela locução “progresso para o lar”, significando o sentido que deviam ter todas as reformas sociais que “visem a libertação da mulher e lealmente combatam todas as teorias e escolas que, em nome da liberdade pretendem escravizá-la”³⁷⁸.

Concluído o inquérito, importa proceder a um balanço e chegar à conclusão de qual a opinião defendida, na generalidade, pelos entrevistados, tomando por base as respostas individuais.

³⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p. 41.

³⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 41.

³⁷⁸ *Idem, Ibidem*.

Quadro 3

Número de participantes do sexo feminino e masculino

Sexo	Número de participantes
Feminino	7
Masculino	18

Quadro 4

Número de inquiridos, por sexo, que concordam com a actividade profissional da mulher depois de casada

Sexo	Sim	Não
Feminino	4	3
Masculino	8	10

Há, evidentemente, grande proximidade entre os dois sexos, sendo de lamentar o reduzido número de participantes femininas, face às respostas do sexo oposto, uma vez que se trata de um assunto que afecta directamente a mulher. A questão afigura-se complexa, até porque, mesmo entre os que não defendem o trabalho da mulher casada fora do lar, conseguem entender que, muitas vezes, a mulher se vê forçada a ter de o fazer por motivos económicos. Daí, talvez, a dificuldade de alguns dos inquiridos a responder, pois achavam a questão demasiado ampla, não era uma situação geral, havendo casos e casos.

Evidenciamos, neste estudo, a opinião de operárias de várias fábricas. Embora tendo conquistado um lugar no mundo laboral, a grande maioria mostra vontade de permanecerem em casa, em grande parte, devido ao tipo de actividade exercida, considerada pesada demais.

Quanto às jovens operárias, percebemos a sua vontade em continuarem a trabalhar, como meio de assegurarem a sua eventual independência.

Este inquérito, e mais concretamente o testemunho dado pelas operárias fabris, parece demonstrar, que em Portugal, não existiu uma exclusão feminina da mão-de-obra activa. Como atesta Paulo Guinote, a luta pelo acesso a um emprego remunerado fora do lar é uma reivindicação das mulheres da classe média, que o vêem como um direito ou

privilégio, enquanto as mulheres de classes menos abastadas o encaram como um sacrifício, recorrendo ao trabalho profissional como forma de complemento ao salário do marido. Embora nos anos trinta, a tendência fosse a de procurar encaminhar as mulheres, mesmo as das classes populares, para o lar ou para as actividades mais tradicionais, de preferência não fabris, a presença feminina no mercado de trabalho manteve-se, não como forma de reivindicação, mas como uma necessidade³⁷⁹. A operária caracterizava-se como uma mulher sacrificada, que acumulava as tarefas caseiras com o trabalho profissional e, que tinha de lutar com a permanente escassez económica³⁸⁰.

³⁷⁹ GUINOTE, Paulo, *ob. cit.*, pp.248-251.

³⁸⁰ LAMAS, Maria, *ob. cit.* pp. 364-365.

Conclusão

Estamos certos de que a “Eva” fez parte da leitura de muitas jovens e senhoras portuguesas, sendo a sua longa existência a melhor prova do seu sucesso. Quando se iniciou este estudo houve curiosidade em perguntar às gerações anteriores se a “Eva” tinha feito parte do seu rol de leituras, a resposta foi unânime e muitos se lembravam da “Eva de Natal”. Sim, foi essa a designação utilizada, a “Eva de Natal”, uma incontestável prova do êxito que este número tinha, devido aos prémios, muitos deles valiosos, que a revista oferecia anualmente.

Na sua incumbência de periódico feminino, a “Eva” foi além das meras páginas e reinventou-se com as suas iniciativas e concursos, conseguiu aproximar-se e atrair, não só o seu público-alvo, mas, também, abrir espaço ao público masculino.

Não temos qualquer dúvida de que a sua directora, Carolina Homem Christo, assumiu um papel preponderante no progresso da “Eva”. Como percebemos através da correspondência enviada a Bissaya Barreto, a directora mostra-se incansável na busca de constantes melhorias para a revista e mesmo perante os contratemplos que lhe foram surgindo, nunca perde o espírito combativo. Carolina Homem Christo mostra-se uma mulher para além do seu tempo, afinal quem e, sobretudo, que mulher, em pleno Estado Novo, ousaria chamar um ministro de “cabeçudo”?!

Apesar da mensagem de modernidade que a revista passava, os seus conteúdos não iam além das temáticas tratadas noutras revistas da especialidade. Acreditamos que a máquina repressora da censura, executada pelo Estado Novo, foi factor incapacitante para a sua concretização. Note-se que apresentamos neste estudo provas irrefutáveis da acção que o Estado Novo desencadeou, prejudicando a “Eva” na questão, por exemplo, dos sorteios regulados pela Lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Aliás, no depoimento que o subdirector da censura presta no balanço dos vinte anos da revista este afirmava que, às vezes, havia desentendimentos, não agradando à “Eva” a intromissão da censura.

A acção repressora também deve ter contribuído para a ausência de certos conteúdos temáticos na revista, apesar dos recorrentes artigos que focavam a maternidade, já a sexualidade nunca foi um tema abordado. Este era um assunto tabu para as raparigas que iam dissecando alguma informação junto das amigas casadas e das mães que lhes davam alguns conselhos. Daí que a noite de núpcias fosse aguardada com alguma expectativa e desassossego.

Contudo, afigura-se constituir um sinal de relativa abertura que a questão do divórcio se começasse a esboçar na “Eva”, numa altura em que a família constitui uma das imagens fortes do regime do Estado Novo e se dava a proibição, a partir de 1 de Agosto de 1940, do divórcio aos casados catolicamente.

Mesmo o inquérito “A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão?” demonstra alguma audácia por parte da “Eva”, não esquecendo que este se realizou numa altura em que o governo vigente defendia o regresso da mulher ao lar.

Apesar das dificuldades que a “Eva” enfrentou para se manter no mercado durante a Guerra, tendo em conta os problemas na obtenção de papel e na subida do preço de outros consumíveis, não foi factor para que a revista se apresentasse menos interessante. Na verdade, para tal contribuiu a prudência que obrigou a tomar medidas de precaução, ao reduzirem-se as páginas do periódico, aumentando preços e convertendo-a uma revista mensal. Além disso, a “Eva” soube usar a guerra em benefício próprio, transportando para as suas páginas artigos, secções e, mais importante, uma iniciativa de carácter social que certamente aumentou o seu leque de leitores, por estreitar os laços dos expedicionários não só com as madrinhas mas também com os seus familiares. Uma iniciativa que a “Eva” acolheu seriamente e a que tentou dar a melhor resposta possível. Lembremo-nos que, numa altura de contenção de custos, uma equipa constituída pela directora da revista, um dos seus redactores e a representante das madrinhas se deslocaram à Madeira e aos Açores, para poderem acarinhar aqueles homens. Analisando estas iniciativas é impossível afirmar que a guerra tirou o dinamismo à “Eva”.

A mulher representada na “Eva” ainda está muito ligada ao ideal feminino do regime de Salazar, apresentando-se frágil e humilde perante o marido, devia usar de todos os artifícios para atrair o homem ao lar. Um bom jantar, uma mesa bem posta, um ambiente acolhedor eram factores preponderantes ao bem estar do marido, que se completavam com o cuidado no tratamento da sua indumentária.

Mais úteis e actuais foram os artigos dirigidos à mulher-mãe que se pautavam pelo auxílio à educação e os que, seguindo a tradição da segunda metade da década de vinte, se debruçavam sobre a forma científica de cuidar das crianças, numa altura em que a natalidade era peça fundamental na concepção do regime, pois era a família que assegurava o bom funcionamento da sociedade.

Além da mulher na sua posição de esposa e mãe, temos a mulher dona de casa, a quem cabia a organização da lar, transportando para ele a comodidade, através dos

móveis e restantes adereços e a quem cabia fazer ou vigiar o asseio e limpeza da casa, numa altura em que começam a surgir no mercado pequenos electrodomésticos que facilitavam este processo.

Obviamente, e como vimos pelo último inquérito tratado, a realidade e o papel da mulher portuguesa esboçada na “Eva” não se pode aplicar à mulher de todas as classes sociais, este periódico tinha como público-alvo a mulher burguesa que não trabalhando e, muitas vezes, tendo uma criada, se podia dedicar às minúcias da vida caseira. Seria uma imagem deturpada da realidade ver a mulher do povo, que pouco tempo tinha para os trabalhos do lar, chegar a casa depois de um dia de trabalho e preocupar-se com a beleza de uma mesa bem posta ou servir um chá às amigas acompanhado de “sandwichs”, bolos e bolachas.

Foi com muito entusiasmo que, no último ano, iniciamos e nos debruçamos neste estudo, esperamos com isto acrescentar algo de novo à História e, sobretudo, à História das Mulheres. O primeiro contacto com a “Eva” trouxe a certeza de a querer explorar, mas a dificuldade perante tamanha oferta de matérias, dos conteúdos a investigar foi, num primeiro tempo, um problema a transpôr. Rapidamente traçamos o rumo do nosso trabalho que se foi reajustando ao longo de todo este processo, porém confessamos que no contacto com a “Eva” não deixamos de a apreciar em toda a sua extensão. As suas capas coloridas que ostentavam mulheres cada vez mais cidadinas e elegantes; as sugestões de beleza; o consultório sentimental; a publicidade; os seus contos fantasiosos e moralistas; as receitas culinárias e pequenos truques caseiros, as ilustrações da revista, tudo elementos que mereceram a nossa atenção.

Para o futuro e, considerando o longa existência da “Eva” passando por vários contextos sociais, seria interessante perceber se com o tempo a revista de facto se modernizou, e traçar em que moldes o fez.

Durante este processo, a maior dificuldade talvez tenha sido saber onde parar, isto é, colocar limites à nossa curiosidade. Todavia, depois do trabalho estruturado ficou a sensação de dever cumprido, esperando que tenhamos elevado a “Eva” ao nível que ela merece. E, perante o prazer que este estudo nos deu, o carinho que dele ficou e a importância que ocupou no último ano, sentimo-nos tentados a parafrasear Carolina Homem Christo, “a minha *Eva*”...

Fontes e Bibliografia

Fontes:

Fontes Manuscritas:

Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto (FBB) – Coimbra

- Correspondência recebida por Bissaya Barreto.

Fontes Impressas:

1) Periódicos:

- Revista “Eva” (25 de Abril de 1925; 7 de Janeiro de 1939 a Dezembro de 1945).
- Jornal “República” (24 de Julho de 1951).
- Jornal “A Saúde” (Agosto de 1935; Maio de 1936).
- “Diário de Notícias” (28 de Março de 1925 a 28 de Junho de 1925).

Outras fontes e bibliografia geral:

- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, (Policopiado) *A moda e a beleza feminina no Portugal da 1ª República: Conselhos & Alvitres*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1997.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges, *História da vida privada: Da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1991.
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, Organizações não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999.
- BARREIRA, Cecília, *Confidências de mulheres: anos 50-60*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- BARREIRA, Cecília, *História das nossas avós: retrato da burguesa em Lisboa*, Lisboa, Edições Colibri, 1992.

- BARRETO, Bissaya, *O sol em cirurgia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

- BARRETO, Bissaya, *Uma obra social. Realizada em Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1970.

- CASCÃO, Rui, “Em casa: o quotidiano familiar”, *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 240.

- CASCÃO, Rui, “À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia”, *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 76.

- CASTRO, Manuela de, *A educação da mulher e a alegria no lar*, Porto, Livraria Civilização, 1939.

- CASTRO, Zília Osório de (dir.), ESTEVES, João (dir.), SOUSA, António Ferreira (coord.), ABREU, Ilda Soares de (coord.), STONE, Maria Emília coord.), *Dicionário no feminino*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

- COMBES, Paulo, *O livro da dona de casa*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1921.

- COSTA, Manuel Freitas e, *Dicionário de termos médicos*, Porto, Porto Editora, 2005.

- COVA, Anne; PINTO, António Costa, *o Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa*, Edições Cosmos, 1997.

- DUBY, Georges; PERROT, Michelle, *As Mulheres e a História*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

- DUBY, Georges; PERROT, Michelle, *História das Mulheres: O século XX*, Edições Afrontamento, 1991.

- EMONTS, Anne Martina, “*Onde há galo não canta galinha*”: *Discursos Femininos, Feministas e Transgressivos nos Anos Vinte em Portugal. O caso do Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha (1923-1927)*, Lisboa, Organizações não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2001.

- FRANÇA, José-Augusto, *Os anos vinte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

- FREIRE, Maria Martha de Luna, “Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920”, *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, Livros & Livros, 2008, pp. 160-161.

- GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, *Saberes, modas & pó de arroz: Modas & Bordados. Vida Feminina (1933-1955)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

- GUINOTE, Paulo, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, Lisboa, Organizações não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1997.

- KUIN, Simon, “Mocidade Portuguesa”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 607-608.

- LAMAS, Maria, *As mulheres do meu país*, Lisboa, Caminho, 2002.

- LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco, *Mulheres para além do seu tempo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995.

- LEAL, Ivone, “As mulheres, senhoras e escravas do quotidiano doméstico”, *Faces de Eva, Estudos sobre a Mulher*, nº4, Lisboa, 2000, pp. 34-42.

- LEAL, Maria Ivone, *Um século de periódicos femininos: arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992.

- MARTINS, Maria João, *O paraíso triste: O quotidiano em Lisboa durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, Vega, 1994.
- MATTOSO, José (dir.), ROSAS, Fernando (coord), *História de Portugal: O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- MATTOSO, José, (dir.); ALMEIDA, Ana Nunes de, *História da vida privada em Portugal: Os nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.
- NAMORADO, Maria Lúcia, *A mulher, dona de casa*, Lisboa, Edições Universo, 1943.
- NEVES, Helena; CALADO, Maria, *O Estado Novo e as Mulheres: O género como investimento ideológico e de mobilização*, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 2001.
- OLIVEIRA, Américo Lopes de, *Dicionário de mulheres célebres*, Porto, Lello & Irmão, 1981.
- OSÓRIO, Ana de Castro, *As mães devem amamentar seus filhos*, Setúbal, 1901.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui, “A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal”, *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Lisboa., Círculo de Leitores, 2011, pp. 94-116.
- PIMENTEL, Irene Flunser, “Mocidade Portuguesa Feminina”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 609.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *A cada um o seu lugar: A política feminina do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2011.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

- RASTEIRO, Natércia Maria Carvalho, *Sociabilidades Gastronómicas no Portugal Contemporâneo: Práticas, Modelos e Espaços*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 (dissertação de mestrado).

- RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, “Conservas de Peixe”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 197.

- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra: 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

- Selecções do Reader’s Digest, *Enciclopédia de Medicina*, Lisboa, Printer Portuguesa, 1996.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (coord.), *História de Portugal: 1935-1941*, Lisboa, Edições Verbo, 2000.

- SOUSA, António Ferreira de, “A voz das criadas”, *Faces de Eva, Estudos sobre a Mulher*, nº4, Lisboa, 2000, p. 57.

- TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Portugal e a Guerra: História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri/ Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L., 1998.

- VAQUINHAS, Irene, (coord.) MARQUES, Gabriela Mota; GUIMARÃES, Maria Alice; PINHO, Maria Eugénia, *Entre garçonnes e fadas do lar. Estudos sobre as mulheres na sociedade portuguesa do século XX*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

- VAQUINHAS, Irene, “A Época contemporânea – Introdução”, *História da vida privada em Portugal: A época contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 15-16.

- VAQUINHAS, Irene, “As mulheres na imprensa regional. O caso de A Comarca de Arganil (1901-1980)”, Separata *Ler História*, Lisboa, 2003.

- VAQUINHAS, Irene, “*Senhoras e Mulheres*” na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*”, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

- VAQUINHAS, Irene, *As mulheres no mundo contemporâneo*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

- VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, “Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa, *História da Vida Privada em Portugal: A época contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 194-219.

- VIEIRA, Joaquim, *Portugal século XX, Crónica em Imagens 1930-1940*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

Anexos

Anexo I

As directoras da “Eva” entre 1925 e 1945



Helena de Aragão
(1880-1961)



Helena Roque Gameiro
(1895-1986)



Mamia Roque Gameiro
(1901-1996)



Carolina Homem Christo
(1895-1980)

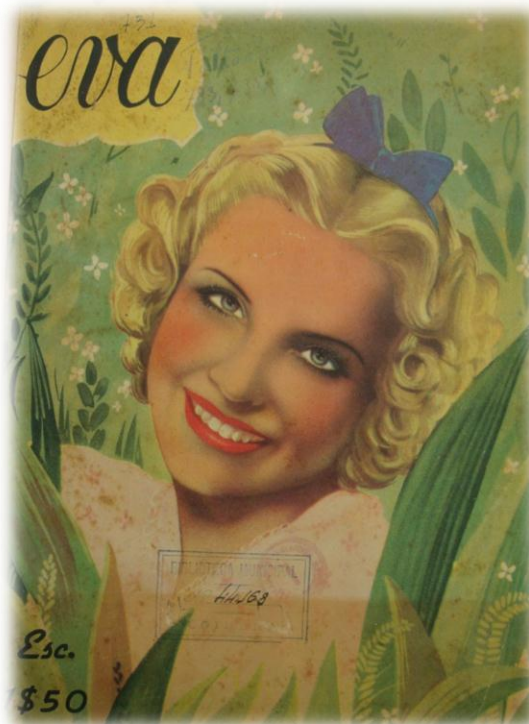
Anexo II

Capa da “Eva” do primeiro semestre de 1939



Fonte: Revista “Eva”, 7 de Janeiro de 1939

A primeira capa da “Eva” após a sua aquisição por Carolina Homem Christo



Fonte: Revista “Eva”, 1 de Julho de 1939

Anexo III

Lista das colaboradoras da Eva (ordem decrescente de número de artigos)

		Ano						Total	%	
		1939	1940	1941	1942	1943	1944			1945
C o l a b o r a d o r a s	Irene Gorska	---	6	13	12	12	12	11	66	9.42
	Janine	---	---	4	---	23	16	15	58	8.28
	Aurora Jardim	---	2	10	10	13	9	7	51	7.28
	Sylvie Saint-Clair	20	12	10	---	---	---	---	42	6
	Line Coline	19	16	---	---	---	---	2	37	5.28
	Belafior	---	---	---	---	---	7	11	18	2.57
	Cigana	---	10	5	---	---	---	---	15	2.14
	Isaura Correia dos Santos	---	---	---	1	6	7	---	14	2
	Eliaser Okito	---	---	---	7	1	---	5	13	1.85
	Annette Sauger	2	10	---	---	---	---	---	12	1.71
	Maria da Horta	11	---	---	---	---	---	---	11	1.57
	Jacqueline Méry	---	3	3	---	1	2	---	9	1.28
	Renée de Charmoy	---	3	5	---	---	---	1	9	1.28
	Fanfreluche	8	---	---	---	---	---	---	8	1.14
	Carolina Homem Christo	1	1	---	---	2	---	3	7	1
	Clotilde Randi	---	---	7	---	---	---	---	7	1
	Margarita Travieso	---	---	---	---	2	4	1	7	1
	Lilika Tanais	---	---	6	---	---	---	---	6	0.85
	Maria Antónia	---	---	---	---	1	3	2	6	0.85
	Olga Obry	---	---	3	3	---	---	---	6	0.85
	Marianela de Castro	---	---	3	2	---	---	---	5	0.71
	Allison Settle	---	---	3	1	---	---	---	4	0.57
	Madame Rosarie	---	---	4	---	---	---	---	4	0.57
	Maria Angélica	4	---	---	---	---	---	---	4	0.57
	Ana Gouveia	---	---	---	1	1	---	1	3	0.42
	Guilhermina Lacerda	---	---	---	---	---	---	3	3	0.42
Marialia	---	---	---	---	3	---	---	3	0.42	
Merícia de Lemos	---	---	---	---	3	---	---	3	0.42	
Micheline	1	---	---	---	---	2	---	3	0.42	
Colette	2	---	---	---	---	---	---	2	0.28	
Irene Lisboa	---	---	---	2	---	---	---	2	0.28	
Maria Adelaide	---	2	---	---	---	---	---	2	0.28	
Julieta Andrade	---	---	1	---	---	---	---	1	0.14	

Anexo IV

Lista dos colaboradores da Eva (ordem decrescente de número de artigos)

		Ano						Total	%	
		1939	1940	1941	1942	1943	1944			1945
C o l a b o r a d o r e s	Rogério	---	---	1	18	6	8	6	39	5.57
	Rui Gomes	---	---	---	---	12	13	10	35	5
	Jorge Benardim	11	14	4	---	---	---	---	29	4.14
	Domingos Lança Moreira	---	---	---	6	11	2	---	19	2.71
	Alberto Freitas	---	---	8	4	---	---	---	12	1.71
	Roberto Carlos	---	---	---	5	3	3	---	11	1.57
	Álvares Pereira	---	---	---	---	---	---	10	10	1.42
	António Homem Christo	---	---	---	7	3	---	---	10	1.42
	Anibal Nazaré	---	---	4	2	2	---	---	8	1.14
	Gentil Marques	---	2	---	5	---	1	---	8	1.14
	Manuel do Nascimento	---	---	---	---	---	7	---	7	1
	Douglas K. Drew	---	---	---	1	5	---	---	6	0.85
	Cristiano Lima	---	---	4	1	---	---	---	5	0.71
	Matos Vilhena	---	---	---	4	1	---	---	5	0.71
	Roger Riaú	---	---	---	5	---	---	---	5	0.71
	Francisco Mata	---	---	---	---	2	---	2	4	0.57
	Frank Mitchell	--	---	---	---	1	2	---	3	0.42
	Lobo da Estepe	---	---	---	---	---	2	1	3	0.42
	Olavo D' Eça Leal	---	---	---	---	1	---	2	3	0.42
	Rui Vicente	---	---	---	2	1	---	---	3	0.42
	Eduardo Campos	---	---	---	---	---	2	---	2	0.28
	Jorge Segurado	---	---	---	1	1	---	---	2	0.28
	Pedro Moutinho	---	---	---	---	---	---	2	2	0.28
	Tomaz D'Eça Leal	---	---	---	---	---	2	---	2	0.28
	Carlos Ribeiro	---	1	---	---	---	---	---	1	0.14
	Constantil Vicol	---	1	---	---	---	---	---	1	0.14
Luís F. Campos	---	---	---	---	---	---	1	1	0.14	
Matoso Pio	---	---	---	---	---	1	---	1	0.14	
Rocha Martins	---	---	---	1	---	---	---	1	0.14	
Raimundo Esteves	---	1	---	---	---	---	---	1	0.14	

Anexo V

Carolina Homem Christo e Bissaya Barreto no “Baile do Romantismo”



Fonte: Fotografias do Professor Bissaya Barreto – FBB-BB-INAUG Álbum I
Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto

Carolina Homem Christo (no canto da mesa) e Bissaya Barreto no almoço no Palace
Hotel da Curia no âmbito das Festas de Inauguração do Hospital Sanatório da Colónia
Portuguesa



Fonte: Fotografias do Professor Bissaya Barreto – FBB-BB-INAUG Álbum I
Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto

Carolina Homem Christo (ao centro de chapéu) no Palace Hotel da Curia no âmbito das Festas de Inauguração do Hospital Sanatório da Colónia Portuguesa



Fonte: Fotografias do Professor Bissaya Barreto – FBB-BB-INAUG Álbum I
Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto

Carolina Homem Christo (ao centro de chapéu) no Palace Hotel da Curia no âmbito das Festas de Inauguração do Hospital Sanatório da Colónia Portuguesa



Fonte: Fotografias do Professor Bissaya Barreto – FBB-BB-INAUG Álbum I
Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto

Carolina Homem Cristo junto de Bissaya Barreto no Palace Hotel da Curia no âmbito das Festas de Inauguração do hospital Sanatório da Colónia Portuguesa do Brasil



Pormenor da fotografia onde se pode ver Carolina Homem Cristo e Bissaya Barreto

Fonte: Fotografias do Professor Bissaya Barreto – FBB-BB-INAUG Álbum I
Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto

Anexo VI
Inventário das iniciativas realizadas pela "Eva"

Iniciativa	Ano	Descrição
Serão Gimnástico Feminino	1939	A "Eva" em colaboração com o Ginásio Clube Português realiza este serão com a finalidade de atrair para esta modalidade as jovens portuguesas e criar um ambiente propício a outros empreendimentos que visavam colocar a mulher lusitana no lugar que lhe compete, no grande movimento feminino universal.
Um brinde que não tem preço	1941	Todos os leitores que, a partir do dia 1 de Janeiro de 1941 fizessem uma assinatura anual da "Eva" têm direito a um seguro de incêndio-mobiliário, no valor de cinco mil escudos. O seguro começa a vigorar no dia em que a importância da assinatura dê entrada nos escritórios da revista e será prorrogado todos os anos à medida que as assinantes forem pagando a assinatura. Os leitores que já eram assinantes e que pagam anualmente começam a gozar do benefício, logo que renovem a assinatura. Depois seria enviada aos leitores a apólice que lhes garante o seguro de cinco mil escudos do seu mobiliário e recheio das casas contra risco de fogo. Para que não houvesse interrupção no seguro seria necessário o pagamento das assinaturas na data do seu vencimento.
Vamos educar uma criança	1944/1945	A "Eva" queria realizar uma iniciativa de alcance social merecedora de entusiásticos aplausos em todo o país. Assim, dirigiu-se a três escolas primárias com a finalidade de seleccionar as dez crianças mais aplicadas, cujos pais desejavam dar-lhes uma educação que a sua falta de recursos não permitia. A "Eva" seria a tutora de uma destas crianças e ficava encarregue de promover a sua educação e cuidar do seu futuro. A selecção foi feita a através de provas prestadas no Instituto de Orientação Profissional. Uma aluna foi seleccionada, embora tendo sido evocado um outro aluno que o Instituto entendeu ter boas capacidades na aptidão técnica. E, por isso, a revista socorre-se nos leitores para que o possam ajudar com roupa e calçado. Sublinha, também, a abertura de uma conta para que aí sejam depositados donativos para pagar as despesas com a educação desse aluno.
Artistas de cinema precisam-se!	1945	Através de um pedido das Produções de Carlos Arbués, a "Eva" foi em busca de novos talentos. Tratava-se de encontrar raparigas para participar no filme "Ladrão, precisa-se...!". À partida seriam precisas raparigas para sete papéis, contudo a "Eva" alerta que dependendo do talento, poderiam ser escolhidas mais. Além disso, não se tratava de figuração, mas sim de fazer papéis com actuação suficiente para revelarem talento. No final do concurso, dada a grande afluência de candidatas, foram 38 as escolhidas que obrigaram a uma remodelação em determinadas cenas do filme e a aproveitar mais talentos do que os que precisavam inicialmente.

Fonte: Revista "Eva", 27/5/1939, p. 4; 4/1/1941, p. 24; Junho de 1944, pp. 18-51; Agosto de 1944, pp. 28-29; Outubro de 1944, pp. 14-15; Março de 1945, pp. 20-21; Julho de 1945, pp. 18-19.

Anexo VII
Inventário dos concursos realizados pela "Eva"

Concurso	Ano	Descrição	Prémios
Concurso das vedetas	1939	Durante dez números foram publicadas as fotografias de algumas vedetas de cinema às quais se juntará um chapéu. Caberá às leitoras colecioná-los e depois atribuir a cada vedeta o chapéu que julga pertencer-lhe tendo em conta o seu tipo, o penteado, entre outros pormenores. Fotografias e chapéus deverão ser colados numa folha, a disponibilizar pela "Eva", à qual a leitora deve acrescentar o nome e respectiva morada fazendo-a chegar, depois, à redacção da "Eva". Publicada a solução do concurso todas as leitoras que tenham acertado com a colocação dos chapéus nas respectivas vedetas receberão senhas numeradas que as habilitam a seis brindes. Para que mais leitoras possam participar no sorteio serão fornecidas senhas da seguinte forma: a) Dez chapéus correctos = 20 senhas; b) Nove chapéus correctos = 18 senhas; c) Oito chapéus correctos = 16 senhas; d) Sete chapéus correctos = 14 senhas; e) Seis chapéus correctos = 12 senhas; f) Cinco chapéus correctos = 10 senhas; g) Quatro chapéus correctos = 8 senhas; h) Três chapéus correctos = 6 senhas; i) Dois chapéus correctos = 4 senhas; Um chapéu correcto = 2 senhas.	1º - Um anel com pedras finas; 2º Prémio - Um serviço moderno de café; 3º - Seis pares meias de seda animal; 4º - Um corte de seda "imprimée", última criação da moda; 5º e 6º - Séries de perfumes.
Concurso Qual o locutor das emissoras particulares que mais vos agrada	1940	Em cinco números a revista publica um cupão, no qual as leitoras ou leitores deverão escrever o nome do locutor que mais lhe agrada, bem como, a emissora onde trabalha. No mesmo cupão deverão mencionar o seu nome e morada e enviar para a redacção da "Eva". Depois, na presença dos representantes de todas as Emissoras Particulares Portuguesas, procede-se ao apuramento da votação e proclamação do eleito. Mais tarde, serão sorteados os prémios entre as votantes do locutor eleito, para isso, serão remetidos para uma urna. Os nomes dos premiados serão publicados na "Eva" e estes deverão levantar os prémios até trinta dias depois da publicação. Neste concurso não ganham prémios apenas os leitores. O locutor mais votado recebe um brinde, bem como, a emissora a que pertence que será presenteada com uma taça. A entrega do brinde e da taça seria feita na estação onde o locutor vencedor trabalha e durante uma das emissões.	1º - Um serviço de café; 2º - Uma série de perfumes; 4º - Uma toalha de chá desenhada e começada; 5º - Um jogo de "napperons" desenhados e começados.

Fonte: Revista "Eva", 1/07/1939, p. 4; 10/02/1940, p. 21.

Concurso	Ano	Descrição	Prémios
Concurso dos Namorados	1940/1941	<p>A "Eva" publica a cada número a gravura de doze raparigas, que se fará acompanhar de duas quadras, onde a segunda tem o último verso incompleto. Cabe às leitoras completar esse verso, de modo a que a rima fique perfeita, e seja o nome de um homem, que corresponderá ao nome do namorado da jovem da gravura. Serão editadas para o efeito umas cadernetas com o custo de 1\$50, onde as leitoras colocarão as várias gravuras e completarão as respectivas quadras. Depois de preenchidas as concorrentes deverão devolvê-las à redacção em envelope fechado com o nome, morada e localidade a colocar nos locais indicados. A última folha da caderneta, com número igual ao da capa, deverá ser destacado e ficar em poder das concorrentes.</p>	<p>1º - Uma máquina de costura; 2º - Um receptor de T.S.F.; 3º - Uma estadia de cinco dias, para casal, no Palace Hotel da Cúria; 4º - Um receptor de T.S.F.; 5º - Uma toalha de chá bordada e seis guardanapos; 6º - Um trém de cozinha; 7º - Um aparelho T.S.F.; 8º - Um candeeiro de suspensão; 9º - Um aparelho T.S.F.; 10º - Uma toalha de chá bordada e seis guardanapos; 11º e 12º - Um serviço de vidros para seis pessoas; 13º - Um aparelho T.S.F.; 14º Uma garrafa de Whisky; 15º - Um estojo "Max Factor"; 16º - Uma garrafa de Whisky; 17º - Um enceramento do soalho de uma casa; 18º - Um chapéu de senhora; 19º - Uma panela eléctrica; 20º - Uma camisa de noite; 21º - Um chapéu de senhora; 22º - Um enceramento do soalho de uma casa; 23º - Três livros de Stefan Zweig; 24º - Um par de sapatos; 25º - Três livros de Stefan Zweig; 26º - Um "rideau" de "filet" bordado; 27º a 37º - Séries de perfumarias; 38º - Um álbum para fotografias; 39º a 43º - Três livros de Magali; 44º - Um jogo de consolas; 45º - Um cinto de camurça; 46º a 47º - Três livros "Terras de Maravilha"; 48º a 52º - Três livros de Max Veuzit; 53º - Uma sombrinha de fantasia; 54º - Dois livros de Stefan Zweig e "Terras de Maravilha"; 55º a 64º - Três livros de Delly; 65º - Um relógio de mesa; 66º - Uma taça de vidro; 67º a 78º - Caixas de queijo; 79º - Uma jarra; 80º a 90º - Vinte latas de conserva; 91º - Uma peça de faiança; 92º a 95º - Barras de sabão; 96º a 97º - Caixas de conserva; 98º - Uma peça de faiança; 99º - Um par de brincos; 100º a 110º - Assinaturas da "Eva" anuais; 111º - Um par de tamanquinhas; 112º a 200º - Dezenas de prémios constituídos por artigos de senhora, meias de seda, artigos de "ménage"; assinaturas da "Eva" semestrais e trimestrais.</p>

Fonte: Revista "Eva", 31/08/1940, p. 3.

Concurso	Ano	Descrição	Prémios
Concurso Vestidos de Graça	1941/1942	Em cada um dos seus números a "Eva" publicará vários modelos de vestidos, que estarem numerados, e um boletim de voto que preenchido pelas concorrentes deverá ser enviado para a redacção. Nesse boletim, além do nome e morada da concorrente, deverá constar o número do vestido escolhido, por extenso, as três razões que a levaram à sua escolha e o número de leitoras que calcula ter votado no mesmo vestido. Chegadas todas as participações à redacção serão contabilizados os votos a fim de se saber qual o modelo mais votado. Quando apurado escolher-se-ão as concorrentes que apresentaram as razões mais aceitáveis para a sua escolha. Após esta selecção será escolhida a que se tenha aproximado mais do número de votantes que escolheram o mesmo modelo. Como são oferecidos dois vestidos, terá direito ao segundo a votante que ficar imediatamente a seguir da primeira no número aproximado de votos.	1º - Quatro metros de um tecido à escolha desde que não exceda os 40\$00 o metro; 2º Quatro metros de tecido à escolha desde que não exceda os 25\$00 o metro.
Uma novela sem fim	1942	O final da novela encontrava-se num envelope lacrado, a abrir futuramente por um júri. Este concurso pretende proporcionar aos leitores uma ocasião para evidenciarem os seus dotes de imaginação e as suas faculdades dedutivas e literárias. O primeiro prémio destinava-se ao leitor que apresentasse o final que mais se aproximasse do que narrou o autor. O segundo e terceiros prémios seriam atribuídos aos leitores que mais se distinguissem a nível lógico e literário.	1º- 100 escudos; 2º e 3º - 50 escudos

Fonte: Revista "Eva", Julho de 1941, pp. 3-52; Janeiro de 1942, pp. 4-6.

Concurso	Ano	Descrição	Prémios
Concurso Capas da Eva	1943	Todas as leitoras interessadas em participar no concurso deveriam destacar o cupão impresso na revista e na parte de trás colocar uma fotografia, apenas, de cabeça e meio busto, de formato não inferior a bilhete postal e remete-lo para a redacção. As fotos serão avaliadas por um júri constituído pela directora, pelo pintor Carlos Botelho, pelo fotógrafo Horácio de Novais e pelo publicista Matos Vilhena, que seleccionará as que considerar com as qualidades precisas para se obter uma boa capa. As fotos escolhidas pelo júri serão, de seguida, publicadas na "Eva" e postas à votação das leitoras, que farão chegar o seu voto à redacção através de um cupão publicado para o efeito. Contabilizados os votos serão seleccionadas as três fotografias mais votadas.	Além de modelos para uma capa da "Eva", as três vencedoras receberão uma ampliação da foto que servirá de capa à revista e um frasco de perfume de uma marca estrangeira.
Concurso Precisa-se de um nome para este galã	1945	Este concurso tem como finalidade atribuir um nome a uns dos galãs que fará parte do elenco do filme "Ladrão precisa-se..." realizado por Brum do Canto. O nome terá no máximo seis sílabas distribuídas por duas palavras, isto é, nome próprio e apelido. Todavia o nome pode ser mais curto ou podem ser dois nomes ligados por partícula. Devem ser sons abertos, de fácil pronúncia, de preferência portugueses e, quando de origem estrangeira, deverão ser bastante comuns em Portugal. As participações podem ser entregues na redacção ou enviadas em carta fechada e cada concorrente poderá enviar as combinações que pretender. Caberá a um júri, constituído pela directora da revista, pelo co-autor do argumento Silva Tavares, pelo realizador Brum do Canto, pelo produtor Carlos de Arbués e pelo neófito, a decisão de escolher as vencedoras, sendo que, desta decisão não há apelação.	1º - Um camarote de 1º ordem para o dia da estreia do filme, uma ampliação do retrato do "afilhado" autografada e a presença na primeira filmagem onde ele intervenha; 2º - Três balcões de 1º ordem para o dia da estreia e uma ampliação fotográfica autografada; 3º - Dois "fauteuils" para o dia da estreia e uma ampliação fotográfica autografada. Às dez menções honrosas será atribuída uma ampliação autografada e a todos os concorrentes uma pequena fotografia autografada.

Fonte: Revista "Eva", Janeiro de 1943, p. 35; Maio de 1945, p. 17.

Anexo VIII
Inventário de Prémios da "Eva" de Santo António

		Ano	
		1940	1941
P r é m i o s	<p>1º Seis meses de renda de habitação paga no valor de 300\$00 por mês; Seis meses de mercearia paga no valor de 250\$00 por mês; Seis meses de despesas no talho pagas no valor de 100\$00 por mês; Seis meses de compras variadas pagas no valor de 120\$00 por mês; Seis meses de água e luz pagas no valor de 60\$00 por mês. Isto é, um total de 830\$00 por mês. E o valor total do prémio 4980\$00. E, ainda, o décimo nº 4297 para a Lotaria de Santo António que sorteia 300 contos. 2º e 3º - <i>Idem, Idem, Idem</i> e os décimos nº 1016 e 1017; 4º - Meio bilhete nº 1030 para a Lotaria de Santo António, que habilita a 1.500 contos e um serviço de chá. 5º - Meio bilhete para a Lotaria com o nº 6351 e um serviço de café; 6º - Meio bilhete para a Lotaria com o nº 952 e 1/2 caixa de vinho do Porto; 7º - Meio bilhete para a Lotaria com o número 4963 e 1/2 caixa de vinho do Porto; 8º - Meio bilhete para a Lotaria com o nº 4794 e 1/2 caixa de espumante; 9º Meio bilhete para a Lotaria com o nº 8615 e uma série de perfumaria; 10º - Meio bilhete para a Lotaria com o nº 5737 e uma série de perfumaria; 11º - Meio bilhete com o nº 598 e 1/2 caixa de meias de seda natural; 12º - Meio bilhete com o nº 7909 e uma blusa de malha; 13º - Meio bilhete com o nº 3103 e uma série de perfumaria; 14º - Um corte de seda estampada para vestido; 15º - 24 latas de conserva; 16º - 1/2 Caixa de meias de seda; 17º - Uma série de perfumaria; 18º - Uma batedeira para "mayonnaise", doces, entre outros; 19º e 20º - Um décimo da Lotaria para cada com o número 8649; 21º e 22º - Um décimo da Lotaria para cada com o nº 8611; 23º e 24º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 7949; 25º e 26º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 7911; 27º e 28º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 7221; 29º e 30º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 6352; 31º e 32º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 6362; 33º e 34º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 6366; 35º e 36º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 6377; 37º e 38º - Um décimo para cada um da Lotaria com o nº 6399; 39º e 40º - Um décimo para cada um da Lotaria com o nº 5949; 41º e 42º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 5941; 43º e 44º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 5933; 45º e 46º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 5923; 47º e 48º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 5921; 49º e 50º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 5733; 51º e 52º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 5731; 53º e 54º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 4994; 55º e 56º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 4982; 57º e 58º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 4308; 59º e 60º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 3064; 61º e 62º - Um décimo da Lotaria para cada um com o nº 2502; 63º - Um décimo da Lotaria com o nº 1018; 64º - Um décimo da Lotaria com o nº 958; 65º - Um décimo da Lotaria com o nº 956.</p>	<p>1º - Dez mil escudos; 2º, 3º e 4º - Cinco mil escudos; 6º e 7º - Bragais de roupa de casa; 8º e 9º - Serviço de vidros para 12 pessoas; 10º e 11º - Trens de cozinha de loiça esmaltada; 12º a 19º - "Parures" de malha de seda; 20º a 37º - Seis pares de meias de seda; 38º a 43º - Séries de perfumaria; 44º a 61º - Fogões a gasóleo; 62º - Um vestido de malha.</p>	

Anexo IX
Inventário anual do tipo de prémios sorteados na "Eva" de Natal

Tipologia dos prémios	Ano							Total	%
	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945		
Automóveis	3	1	---	---	---	---	---	4	0.57
Rendas de casa, estabelecimento ou propriedade agrícola	7	---	---	---	---	---	---	7	1
Utilitários domésticos	11	161	55	13	13	47	34	334	47.7
Adornos pessoais	13	44	15	62	66	112	72	384	54.8
Produtos de beleza e higiene	8	---	10	15	50	22	33	138	19.7
Assinaturas anuais, mensais e semestrais da "Eva"	16	---	---	---	---	15	20	51	7.28
Bilhetes para a Lotaria de Natal	---	36	3	3	3	4	4	53	7.57
Géneros alimentares	6	---	32	20	98	35	39	230	32.8
Jogos e brinquedos infantis	28	---	---	4	---	---	---	32	4.57
Objectos didáticos e lúdicos	---	---	85	83	70	65	98	401	57.2
Fornecimentos de serviços e compras diversas	8	10	3	3	3	4	4	35	5

Fonte: Revista "Eva", 16/12/1939, p.4; 14/12/1940, p.4; Dezembro de 1941, p. 3; Dezembro de 1942, p. 3; Dezembro de 1943, p. 3; Dezembro de 1944, p. 50; Dezembro de 1945, p. 7.

Anexo X

Cartaz promocional da iniciativa “Madrinhas de Guerra, Madrinhas de Paz” com a Madrinha nº 1 Carolina Homem Christo



Fonte: Revista “Eva”, Outubro de 1942

Cartaz promocional da iniciativa “Madrinhas de Guerra, Madrinhas de Paz”, com a representante das Madrinhas de Guerra



Fonte: Revista “Eva”, Outubro de 1942

Anexo XI

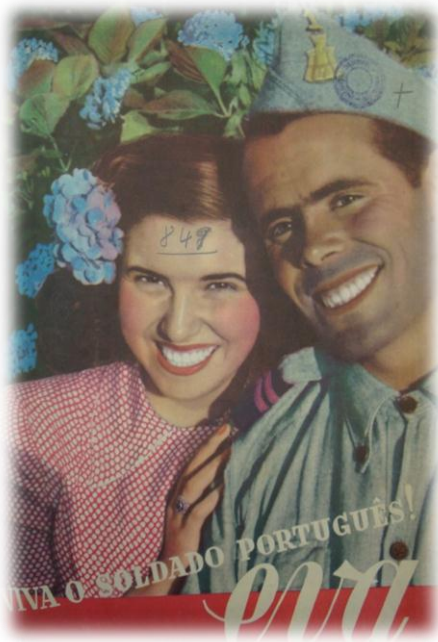
Algumas capas da “Eva”



Fonte: Revista “Eva”, Outubro de 1944; Agosto de 1945; Setembro de 1944; Julho de 1944

Anexo XII

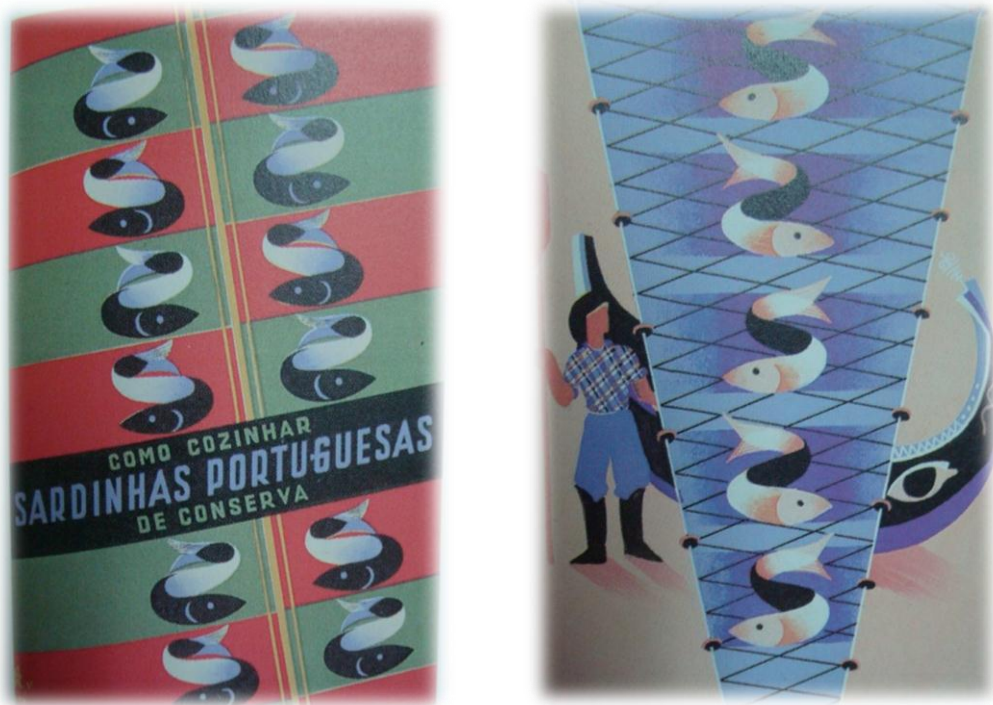
Duas capas alusivas à iniciativa “Madrinhas de Guerra, Madrinhas de Paz”



Fonte: Revista “Eva”, Outubro de 1942; Março de 1942

Anexo XIII

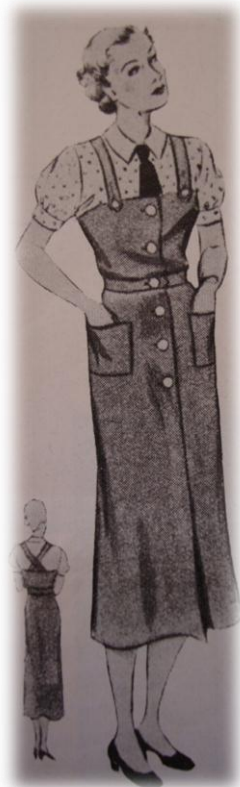
As campanhas das conservas para diminuir a dependência alimentar externa



Fonte: VIEIRA, Joaquim, *Portugal século XX: Crónica em imagens 1930-1940*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p.145

Anexo XIV

Alguns aventais e bibes sugeridos pela “Eva”



Anexo XV

Para os pequenos nadas do quotidiano (uma breve amostragem)

A utilidade das cinzas de cigarro:

Para tirar manchas e devolver o brilho a espelhos e cristais basta, uma vez por semana, aplicar-lhes um uma loção de cinza misturada em água quente e, no final, passá-los por água limpa.

Como desenformar com facilidade um pudim:

Aplicar sobre a forma um pano húmido, abanar duas ou três vezes e, em poucos minutos, o pudim soltar-se-á facilmente.

Quando os ovos se desmancham na frigideira:

Por vezes, quando se deitam os ovos na frigideira a sua gema desmancha-se, para que não se espalhe basta que se deite em cima um pouco de leite.

Fonte: “Receitas Caseiras” in “Eva”, 9712/1939, p. 17

O cheiro do tabaco:

Para eliminar o odor a tabaco de qualquer aposento deve conservar-se aí uma esponja embebida em água.

Fonte: “Alguns truques caseiros” in “Eva”, 23/12/1939, p. 21

Anexo XVI

A publicidade de electrodomésticos e equipamentos domésticos na “Eva”



Restrições da electricidade

*Quer V. Ex.^a saber como utilizar o seu **ASPIRADOR DE PÓ** ou a **ENCERADORA**, de forma a gastar apenas **1 kw. por mês** ?*

CONSULTE A
ELECTROLUX, LIMITADA
Avenida da Liberdade, 141
LISBOA

ELECTROLUX · L. DA

ESPECIALISADA EM :

- ASPIRADORES DE PÓ
- ENCERADORAS E FRIGORÍFICOS
-



Avenida da Liberdade, 141, Lisboa
Praça da Liberdade, 123, Pórtal

NATAL - FESTA SAGRADA DA FAMÍLIA!

Haverá alguma oferta que melhor represente o conforto e a higiene do lar?



Este é o Presente que sua Espósa espera...

AVENIDA DA LIBERDADE, 141 — LISBOA
Telefone 28246
PRAÇA DA LIBERDADE, 123 — PORTO
Telefone 2033



O SONHO IDEAL DE TODA A SENHORA MODERNA



é possuir um

FRIGURÍFICO «ELECTROLUX»!

Modelos modernos desde Esc. 7.000\$00

Vendas em prestações

ELECTROLUX LIMITADA

LISBOA
Av. Liberdade, 141

PORTO
Pr. Liberdade, 123

APP

INCA

AS BALANÇAS DE GRANDE SUCESSO

A FAMOSA MARCA SUISSA, QUE TRIUNFOU EM PORTUGAL

LINDAS, RIGOROSAS, ÚTEIS, SÓLIDAS E BARATAS

SÃO O COMPLEMENTO NECESSÁRIO A UMA COSINHA MODERNA VEJA-AS HOJE MESMO EM QUALQUER BOA LOJA DE ARTIGOS DE UTILIDADES

DEPÓSITOS PARA VENDA POR GROSSO
SUL - R. da Conceição, 46. 1.º - Telef. 21672 - LISBOA
NORTE - R. Santa Catarina, 53. 1.º - Telef. 5582 - PORTO

Fonte: Revista "Eva", Agosto de 1942, p. 54; Outubro de 1942, p. 47; Dezembro de 1942, p. 54; Junho de 1944, p. 52; Maio de 1943, p. 50

Anexo XVII

A publicidade de produtos para tratar a roupa na “Eva”

Há muitos produtos de beleza para o rosto...



...mas só há um produto de «beleza» para as roupas:

o CASULO Limpa-Fatos!

Com efeito, esta fórmula inimitável de 6 substâncias químicas inofensivas, suprime por completo LUSTRO, NÓDOAS, MAU CHEIRO e TORNA OS FATOS COMO NOVOS E MAIS DURÁVEIS.

É, pois, indispensável na «toilette» das roupas

Só custa 2\$00
Em todas as drogas
REVENDA:
SCHROETER
& ALMEIDA
R. da Madalena, 128, 2.ª
LISBOA



Perdoai-lhes, Senhor...



ELA — As tuas calças estão cheias de lustro...

ELE — Esse teu vestido está crivado de nódoas...

IGNORANTES! Não sabem o que toda a gente sabe: que o CASULO LIMPA-FATOS é «remédio» santo contra o LUSTRO e as NÓDOAS e que torna as roupas como novas e mais duráveis.

E só custa 2\$50!
REVENDA:
Schroeter & Almeida
R. da Madalena, 128, 2.ª
LISBOA



Fonte: Revista “Eva”, Julho de 1944, p. 50; Agosto de 1944, p. 48